



ANO II - 2017

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO
PPA PARTICIPATIVO 2016 - 2019**

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PPA PARTICIPATIVO 2016 – 2019

ANO II – 2017

SALVADOR, 2017

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

RUI COSTA
GOVERNADOR

JOÃO LEÃO
VICE-GOVERNADOR

CÍCERO DE CARVALHO MONTEIRO
CHEFE DE GABINETE DO GOVERNADOR

BRUNO DAUSTER MAGALHÃES E SILVA
CASA CIVIL

CEL. PM CARLOS AUGUSTO GOMES SOUZA E SILVA
CASA MILITAR DO GOVERNADOR

PAULO MORENO CARVALHO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

EDELVINO DA SILVA GÓES FILHO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - SAEB

NESTOR DUARTE GUIMARÃES NETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
E RESSOCIALIZAÇÃO - SEAP

JOÃO VITOR DE CASTRO LINO BONFIM
SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, IRRIGAÇÃO,
PESCA E AQUICULTURA - SEAGRI

ANDRÉ NASCIMENTO CURVELLO
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM

JOSÉ VIVALDO SOUZA DE MENDONÇA FILHO
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SECTI

ARANY SANTANA NEVES SANTOS
ANTÔNIO JORGE PORTUGAL
SECRETARIA DE CULTURA - SECULT

JAQUES WAGNER
JORGE FONTES HEREDA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE

JERÔNIMO RODRIGUES SOUZA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR

JUSMARI TEREZINHA DE SOUZA OLIVEIRA
FERNANDO TORRES
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDUR

WALTER DE FREITAS PINHEIRO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEC

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
SECRETARIA DA FAZENDA - SEFAZ

MARCUS BENÍCIO FOLTZ CAVALCANTI
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA

CÁSSIO RAMOS PEIXOTO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
HÍDRICA E SANEAMENTO - SIHS

CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA
JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS,
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SJDHDS

JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS
EUGÊNIO SPENGLER
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SEMA

JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO - SEPLAN

JULIETA MARIA CARDOSO PALMEIRA
MARIA OLÍVIA SANTANA
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SPM

FABYA DOS REIS SANTOS
SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - SEPMI

JOSIAS GOMES DA SILVA
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - SERIN

FÁBIO VILAS-BOAS PINTO
SECRETARIA DA SAÚDE - SESAB

MAURÍCIO TELES BARBOSA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP

MARIA OLÍVIA SANTANA
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE - SETRE

JOSÉ ALVES PEIXOTO JÚNIOR
SECRETARIA DO TURISMO - SETUR

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Relatório de Execução do PPA Participativo 2016-2019 ANO II - 2017
Copyright Secretaria do Planejamento - SEPLAN
Superintendência de Monitoramento e Avaliação - SMA

RUI COSTA
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO - SEPLAN

CLÁUDIO RAMOS PEIXOTO
CHEFE DE GABINETE - SEPLAN

ELIANA MARIA SANTOS BOAVENTURA
DIRETORIA GERAL DA SEI

MARIA LÚCIA CUNHA DE CARVALHO
SUPERINTENDÊNCIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO - SMA

VERENA DE CARVALHO RAMOS
COORDENAÇÃO DO RELATÓRIO

EQUIPE TÉCNICA

GERALDO DIAS ABBEUSEN
DIRETOR GERAL - DG SEPLAN

ALFREDO JAIRO DOS SANTOS
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM

DILMA SANTANA DE JESUS
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - APG

SUPERINTENDÊNCIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO - SMA

MARIA APARECIDA FORTES DE ALMEIDA PRESÍDIO
DIRETORIA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO - DAM

JAMILLE SANTOS DOS SANTOS LIMA
COORDENAÇÃO DE MONITORAMENTO

TÉCNICOS

ALACIR DANTAS
ANA CRISTINA DE OLIVEIRA SANTOS

ANA SUELY QUEIROZ FERREIRA

MATEUS SANTOS SILVA

NADYA MARIA SANTANA FIGUEIREDO

NATACHA DALTRO BASTOS

ROBERLINDA RIBEIRO SANTOS

VERALÍCIA DE FÁTIMA MARQUES MENDONÇA DE BRITO

ALEXANDRE VASCONCELOS JUNQUEIRA
COORDENAÇÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

TÉCNICOS

LORENA SANTOS DA SILVA
SHEILY MARIA BASTOS DE MACÊDO

CRISTINA XAVIER FERREIRA
DIRETORIA DE AVALIAÇÃO

LENALDO AZEVEDO DOS SANTOS
COORDENAÇÃO DE ESTATÍSTICA E ANÁLISE

TÉCNICOS

FÁBIA SANTOS ALVES
JAILSON ALVES DOS SANTOS

MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA FERREIRA
COORDENAÇÃO DE PESQUISA

TÉCNICOS

SUZANA SODRÉ DE ARAGÃO VASCONCELLOS
MARCELO MENEZES CORDEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA BAHIA - SEI

GUSTAVO CASSEB PESSOTI
DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICA

ARTHUR SOUZA CRUZ
CARLA JANIRA SOUZA DO NASCIMENTO
ELISSANDRA ALVES BRITTO
PEDRO MARQUES DE SANTANA
COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL

ARMANDO AFFONSO DE CASTRO NETO
DIRETORIA DE PESQUISA

GUILLERMO JAVIER PEDREIRA ETKIN
ANTÔNIO MARCOS BARRETO SILVA
LUANA GABRIELA DA SILVA RODRIGUES
LUCIGLEIDE NERY NASCIMENTO
LUIZ FERNANDO ARAÚJO LOBO
COORDENAÇÃO DE PESQUISAS SOCIAIS



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
2. INTRODUÇÃO.....	15
3. DESTAQUES DA ECONOMIA BAIANA NO CENÁRIO DA ECONOMIA BRASILEIRA E INTERNACIONAL	20
3.1 CENÁRIO MACROECONÔMICO INTERNACIONAL	20
3.2 CONTEXTO NACIONAL.....	21
3.3 A ECONOMIA BAIANA	26
3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
4. GESTÃO FINANCEIRA	47
4.1 RECEITAS PÚBLICAS	47
4.2 RECEITAS CORRENTES	49
4.3 ARRECADAÇÃO DO ICMS.....	49
4.4 ARRECADAÇÃO DO IPVA	50
4.5 RECEITAS DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS - FPE.....	50
4.6 RECEITAS DE CAPITAL	51
4.7 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	51
4.8 COMPORTAMENTO DAS DESPESAS PÚBLICAS	52
4.9 PESSOAL E ENCARGOS.....	53
4.10 APLICAÇÕES DE RECURSOS EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	54
4.11 APLICAÇÕES DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	54
4.13 RESULTADO PRIMÁRIO	56

5. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARCIAL DOS PROGRAMAS	57
5.1 PROCEDIMENTOS DA AVALIAÇÃO	57
5.2 DESEMPENHO DOS PROGRAMAS	60
6. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA	221
6.1 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO	222
6.2 OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO E INTERNO	229
6.2.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNO	229
6.2.2 OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	230
Anexo I – Desempenho dos Programas do PPA por Componentes (mídia digital)	231
200 – Saúde Mais Perto de Você	233
201 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento	283
202 – Cultura e Identidade	313
203 – Desenvolvimento Produtivo	345
204 – Infraestrutura para o Desenvolvimento	397
205 – Pacto pela Vida	433
206 – Desenvolvimento Rural Sustentável	473
207 – Meio Ambiente e Sustentabilidade	551
208 – Bahia Trabalho Decente	545
209 – Desenvolvimento Urbano	561
210 – Turismo	595
211 – Mulher Cidadã	611
212 – Educar para Transformar	629
213 – Água para Todos	699
214 – Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais	737
215 – Cidadania e Direitos	763
216 – Vida Melhor	815
217 – Esporte e Lazer	843
218 – Gestão Participativa	859
219 – Primeiro Emprego	939

Anexo II – Execução Física dos Programas do PPA por Território de Identidade (mídia digital)	951
200 – Saúde Mais Perto de Você	953
201 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento	1027
202 – Cultura e Identidade	1081
203 – Desenvolvimento Produtivo	1109
204 – Infraestrutura para o Desenvolvimento	1191
205 – Pacto pela Vida	1277
206 – Desenvolvimento Rural Sustentável	1381
207 – Meio Ambiente e Sustentabilidade	1575
208 – Bahia Trabalho Decente	1611
209 – Desenvolvimento Urbano	1637
210 – Turismo	1677
211 – Mulher Cidadã	1705
212 – Educar para Transformar	1739
213 – Água para Todos	1951
214 – Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais	2079
215 – Cidadania e Direitos	2111
216 – Vida Melhor	2269
217 – Esporte e Lazer	2327
218 – Gestão Participativa	2355
219 – Primeiro Emprego	2481



APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Execução do Plano Plurianual Participativo 2016-2019, ora apresentado, é o instrumento legal (Lei nº 13.468 de 29 de dezembro de 2015), por meio do qual o Governo do Estado torna público as suas realizações em 2017.

Atendendo aos princípios da transparência e compromisso com o cumprimento do planejado no PPA-P 2016-2019, o Relatório de Execução do PPA Participativo 2016-2019, ano II, apresenta os resultados para a sociedade baiana, na primeira sessão da Assembleia Legislativa da Bahia.

Este relatório anual de governo, além de cumprir esse preceito legal, incorpora em sua gênese e estrutura, o imperativo de ser uma peça que amplia e fortalece as interfaces do estado com a sociedade.

Embora marcado por um cenário nacional desalentador sob o ponto de vista político e econômico, o ano de 2017 transcorreu acumulando al-

gumas conquistas no âmbito do executivo baiano, sempre perseverando nos princípios democráticos e na opção pelos excluídos socialmente, capazes de transformar a vida dos cidadãos baianos e soteropolitanos, e praticando uma política de austeridade, responsabilidade fiscal e qualificação do gasto público.

Essa política permitiu ao Governo da Bahia manter volume expressivo de investimentos públicos, colocando o Estado em segundo lugar no Brasil, com recursos majoritariamente próprios, graças ao equilíbrio fiscal que, com muito esforço, vem sendo preservado. Vale ressaltar que o Estado da Bahia coloca-se como o que acumula o maior volume de investimentos em Mobilidade Urbana e Saúde no Brasil.

Com efeito, a qualificação do gasto público resultou numa economia de cerca de R\$ 1,4 bilhão desde 2015, permitindo ao executivo baiano prosseguir com investimentos, fomentando a geração de emprego e renda

no Estado. Assim, a continuidade de obras estruturantes foi assegurada, por meio de investimentos na capital e no interior, destacando-se a diversificação e integração da matriz de transportes, com ênfase nos modais rodoviário, aeroviário e ferroviário e a mobilidade na Região Metropolitana de Salvador, focada no sistema metroviário e na implantação de corredores estruturantes.

Já a ampliação da cobertura dos serviços integrados de esgotamento sanitário e a inovação da gestão estadual do saneamento básico, decorreram da estratégia de prosseguir ampliando a prestação de serviços essenciais aos baianos até alcançar a sua universalização.

Deste modo, o Programa Água para Todos - PAT, em execução há dez anos, realizou em 2017, 120,7 mil ligações domiciliares de água, e o abastecimento de água na zona rural foi ampliado, com a perfuração de 583 poços e a implantação de 301 Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água. O número de módulos sanitários domiciliares entregues alcançou 358, e 99,6 mil ligações de esgoto foram realizadas. Já o público beneficiado pelo PAT, em 2017, foi de 286,3 mil e 247,4 mil pessoas, em abastecimento de água e esgotamento sanitário, respectivamente.

No que diz respeito à garantia da segurança hídrica, a adutora de Gaviãozinho reforçará o abastecimento de Vitória da Conquista, assim como a construção da barragem de Catolé, já com processo de licitação concluído e que beneficiará 348,6 mil habitantes do Território Sudoeste

Baiano. Outra importante intervenção é a Barragem do Rio Colônia em Itapé, com ações em andamento e investimento de R\$ 108,4 milhões, beneficiando a população de Itabuna e outros municípios do Território Litoral Sul.

Merece destaque a estratégia exitosa de regionalização da saúde com três novos hospitais (Hospital da Mulher, da Chapada e da Costa do Cacau) com a adição de 421 novos leitos à rede hospitalar estadual e um investimento da ordem de R\$ 200,0 milhões. Também fortalece e consolida essa estratégia de descentralização regional dos serviços de assistência à saúde, as policlínicas construídas nas cidades de Jequié, Guanambi, Teixeira de Freitas e Irecê, que somam cerca de R\$ 88,0 milhões. Mais 16 policlínicas têm previsão de construção em 2018, assegurando a consolidação desta regionalização e o êxito do Programa Saúde Mais Perto de Você.

No que se refere às ações de Inclusão Produtiva e Acesso a Mercados, os oito primeiros editais do Projeto Bahia Produtiva, tiveram investimentos em todos os Territórios de Identidade da Bahia. A maior parte dos Empreendimentos selecionados localiza-se nos Territórios do Sisal (43), Bacia do Jacuípe (39), Semiárido Nordeste II (37), Sudoeste Baiano (33), Litoral Sul (31) e Baixo Sul (30), abrangendo 41% do número de empreendimentos beneficiados.

Em 2017, três editais foram lançados para as cadeias produtivas de mandioca, oleaginosas e fruticultura e, em 2018, o projeto prevê o lança-

mento de três editais, dos quais dois são para comunidades quilombolas e povos indígenas.

O projeto Pró-semiárido integra um conjunto de ações do governo estadual para apoiar as cadeias produtivas dos agricultores familiares, como fruticultura, apicultura e caprinovinocultura, entre outras, com a meta de beneficiar 13,8 mil famílias, de 460 comunidades e 32 municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Estado.

Também o Programa Educar para Transformar destacou-se pelas atividades desenvolvidas nos projetos Mais Futuro, Partiu Estágio e Primeiro Emprego. Vale salientar o lançamento do documento Diretrizes para uma Educação Inclusiva, marco que consolida a Política Estadual de Educação Inclusiva na Bahia.

A educação empreendedora, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, fomentou a implantação de Fábricas-Escolas, instaladas nos centros de Educação Tecnológica Profissional, sendo a primeira inaugurada no Território do Baixo Sul, em Gandu. Mais três outras fábricas estão sendo implantadas nos Territórios de Médio Rio de Contas (Ipiaú) e Litoral Sul (Arataca e Ilhéus).

Constitui outra ação importante e que propiciou nova configuração ao transporte público de Salvador, com cerca de 95% das obras concluídas, a implantação do sistema metroviário com 19 estações em ope-

ração plena das linhas 1 e 2 projetadas até Lauro de Freitas. Quando o sistema estiver operando até o aeroporto, a previsão é transportar 500 mil passageiros por dia. Os investimentos realizados na implantação do metrô somam, com a contrapartida do governo estadual, a quantia de R\$ 7,4 bilhões.

Na área de segurança pública vale mencionar a estabilização das ocorrências de assaltos a ônibus. Enquanto no primeiro trimestre ocorreu, em Salvador, um aumento de 25% nesses índices, com a intensificação das ações voltadas a essas ocorrências, no segundo trimestre, verificou-se uma redução de 2,1% dos registros e a sua estabilização. Ainda na capital, em relação à subtração de veículos em 2017, foi contabilizada a redução de 488 casos de roubos e 78 de furtos, representando um decréscimo, respectivamente, de 7,9% e 4,8%.

Já os Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLIs – homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte – também tiveram queda em comparação com o ano passado. Enquanto em 2016 foram contabilizadas 6.563 mortes, este ano, no estado, o índice baixou para 6.200, representando a preservação de 363 vidas. O maior destaque foi registrado no interior do estado, onde os crimes violentos tiveram baixa de 8,8% e a Região Metropolitana de Salvador – RMS queda de 1,3%.

Grandes marcos na produção de energia renovável ocorreram em 2017, com a implantação de dois parques solares na Bahia, nos municípios

de Bom Jesus da Lapa e Tabocas do Brejo Velho com 158 MW de capacidade instalada, sendo o primeiro, pioneiro em geração centralizada na Bahia. Investimento da ordem de US\$ 175,0 milhões materializaram o funcionamento dos referidos parques.

O projeto do Sistema Viário Oeste - SVO, em que a Ponte Salvador/Ilha de Itaparica é a intervenção de maior magnitude, está orçado em cerca de R\$ 7,7 bilhões (R\$ 1,7 bilhão para os trechos rodoviários no continente). Foi assinado pelo executivo baiano, memorando com representantes de empresa chinesa para a realização de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, complementares ao projeto de construção e operação do SVO. Na chamada pública, três empresas, duas chinesas e uma brasileira demonstraram interesse na revisão dos projetos.

O desenvolvimento territorial sustentável tem na Agenda Territorial da Bahia - AG-TER, um projeto voltado para potencializar as vocações natu-

rais dos Territórios de Identidade, buscando acelerar o desenvolvimento econômico e aumentar a renda das famílias baianas.

Com a sua implementação, ancorada numa estrutura de governança que congrega parceiros locais e regionais (prefeituras, órgãos estaduais, federais, universidades, consórcios públicos intermunicipais e agentes financeiros), a AG-TER considera a dimensão espacial local e fomenta a cultura empreendedora com vista a um projeto de desenvolvimento territorial sustentável e de longo prazo para os Territórios de Identidade, dando concretude à Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia.

O presente relatório é publicizado por meio do site da SEPLAN, e dos representantes de conselhos setoriais e representativos da sociedade civil.

Ao disponibilizar à sociedade as informações que constam neste Relatório sobre a execução dos programas do PPA-P, o Poder Executivo assegura a transparência da gestão pública e fortalece a democracia cidadã na Bahia.

JOÃO LEÃO
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO



2. INTRODUÇÃO

O Relatório de Execução do PPA Participativo 2016-2019 – Ano II 2017, além de cumprir a determinação legal contida na Lei nº 13.468 de dezembro de 29 de dezembro de 2015, tem como objetivo apresentar a execução das ações governamentais, considerando as informações decorrentes dos processos de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação – M&A, coordenados pela Secretaria do Planejamento – SEPLAN, que constituem etapas do ciclo de planejamento consubstanciado no Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica – Sepege.

A elaboração do presente Relatório, sob a coordenação da Secretaria do Planejamento – SEPLAN, contou com a participação da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, Casa Civil, Gabinete do Governador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, Assessorias de Planejamento e Gestão – APG das 24 secretarias e dos gestores responsáveis pela execução das metas e indicadores, em um trabalho interinstitucional, pautado na cooperação de todos os envolvidos.

Cumprir enfatizar que os processos de M&A estão ancorados na perspectiva de elaboração do Plano Plurianual – PPA, estruturado em diretrizes, programas, indicadores, compromissos, metas e iniciativas, fruto da participação social e do trabalho de gestores e técnicos governamentais de todas as Secretarias e demais órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

O Relatório é apresentado em um volume impresso com dois anexos em mídia digital, e está estruturado da seguinte forma: esta introdução, o contexto socioeconômico e financeiro e, em seguida, a Avaliação de Desempenho Parcial dos Programas do PPA-P 2016-2019ⁱ. Em mídia digital, apresenta-se no Anexo I a evolução dos indicadores, a execução de metas e a execução orçamentário-financeira por Programa. O Anexo II demonstra a execução física da entrega de bens e serviços, por Programa, de forma territorializada.

i – Programas do Executivo Estadual

É importante destacar que o propósito da avaliação dos programas do PPA-P é apresentar o estágio da execução dos Programas de Governo, por meio de seus indicadores e da análise das metas representativas para o alcance dos objetivos, face aos resultados esperados ao final de vigência do Plano Plurianual. Ou seja, procedeu-se a uma avaliação parcial mirando o alcance do que foi planejado para 2019.

De acordo com a metodologia adotada (vide Capítulo 5), foram avaliados 20 programas de governo, 100 indicadores e 408 metas, que correspondem a 41% do total das metas dos programas que compõem o PPA. Os resultados da avaliação referem-se ao período de 2016 e 2017, até 30/09, portanto, parciais.

Quanto à abordagem dos anexos I e II, é oportuno frisar que são informações resultantes dos Processos de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação e demonstram a execução geral dos programas (indicadores, metas e a orçamento-financeira) e a execução física, territorializada, das entregas de bens e serviços. Estas informações estão registradasⁱⁱ no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças – Fiplan, pelas secretarias executoras.

ⁱⁱ - Data de corte 31/12.

O Anexo I apresenta:

- A evolução dos indicadores (100);
- a execução de todas as metas do PPA 2016-2019 (987), tendo como referência o valor planejado para o final do quadriênio, em 2019; e
- a execução orçamento-financeira por compromisso.

No demonstrativo da execução das metas por Programa, aquelas que fazem parte do processo de monitoramento, totalizando 262, estão sinalizadas de azul; e as associadas à escuta social estão indicadas logo abaixo do nome da meta, conforme destacado no quadro a seguir. Além dessas informações relacionadas à meta, o demonstrativo também expressa:

- Ações realizadas no exercício para o alcance da meta;
- evolução da meta;
- explicação da evolução da meta; e
- forma de apuração da meta.

Meta Monitorada

Meta Associada à Escuta Social

Apuração

COMPROMISSO		2 - Consolidar as ações e serviços de saúde da atenção básica, com resolutividade									
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		SESAB		ÓRGÃOS PARTICIPANTES		SESAB					
Nº	DESCRIÇÃO DA META / ÓRGÃO RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR 2019	APURAÇÃO ACUMULADA DA META QUADRIENAL							
				2016		2017		2018		2019	
				APURADO	%	APURADO	%	APURADO	%	APURADO	%
1	Fomentar a ampliação da cobertura da atenção básica - SESAB (Monitorada)	%	82	73,3	89,4	77,4	94,4				
*Meta associada à Escuta Social (pesquisar site www.seplan.com.br)											
Ações realizadas no exercício para o alcance da meta											
1.Cofinanciamento cerca de 3,5 mil equipes de saúde da família em todo território da Bahia, com investimento na ordem de R\$ 51,1 milhões. 2.Apoio a 413 municípios visando a organização da atenção básica, por meio da realização de 110 Colegiados de Coordenadores de Atenção Básica – Cocab e de 105 visitas técnicas. Com a utilização de recursos na ordem de R\$ 5,1 milhões.											
Evolução da Meta											
Acima do esperado											
Explicação da Evolução da Meta											
A estratégia utilizada com maior destaque foi a intensificação dos Colegiados de Coordenadores de Atenção Básica e o incremento das visitas técnicas de acompanhamento aos municípios para qualificação da gestão municipal, o que originou maior adesão dos municípios na implantação de equipes de Saúde da Família.											
Forma de apuração da meta											
Indicador: Número de equipes de Atenção Básica X 3.450 / população do Estado. Fonte: Datasus e Ibge.											

Resultado da comparação entre o valor acumulado registrado no momento da apuração. O resultado da comparação será: acima do esperado, conforme o esperado ou abaixo do esperado.

Explicações sempre que o resultado da avaliação for “acima do esperado” ou “abaixo do esperado”

Já o Anexo II, além da execução da meta, aborda a execução física da entrega de bens e serviços por Programa, de forma territorializada, conforme demonstrado na figura abaixo.

As informações deste relatório contribuem, sobremaneira, para o conhecimento e aperfeiçoamento da execução da ação de governo, e apoia a

tomada de decisão nos diversos níveis de atuação governamental, reforçando a relevância dos processos de Monitoramento e Avaliação para a transparência e reformulação da execução das políticas públicas. Outros-sim, propicia aos responsáveis pela execução o conhecimento contínuo da situação e trajetória das ações.

Execução das metas
por território de identidade

PROGRAMA											200 - Saúde Mais Perto de Você														
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS DO PROGRAMA (R\$ 1.000,00)																									
ORÇADO INICIAL						ORÇADO ATUAL						LIQUIDADO						PAGO							
4.316.225,46						5.150.076,70						4.752.769,53						4.707.012,70							
COMPROMISSO		1 - Fortalecer as ações de vigilância à saúde para promoção e proteção da saúde, prevenção de doenças/agravs e controle de riscos																							
ÓRGÃO RESPONSÁVEL		SESAB		ÓRGÃOS PARTICIPANTES		SESAB																			
META		1 - Desenvolver ações de vigilância em saúde nos municípios, conforme resolução Comissão Intergestora Bipartite - CIB - SESAB																							
META 2019		417		UNIDADE DE MEDIDA				APURADO 2016				APURADO 2017				APURADO 2018				APURADO 2019					
				un				235,0				417,0				-				-					
Evolução da Meta																									
Conforme esperado																									
Explicação da Evolução da Meta																									
Não informado pelo responsável da meta																									
Forma de Apuração da Meta																									
O quantitativo informado, refere-se ao número de municípios sujeitos a ação governamental da esfera estadual (capacitação e institucional), adicionado do número de municípios executando ações transversais de monitoramento de vigilância em saúde (sanitária e ambiental; epidemiológica, saúde do trabalhador e laboratorial). Para apuração da meta, utilizou-se os Sistemas de Informação do SUS (SIM, SINAN, SINASC), bem como Relatórios Financeiros e Relatórios Quadrimestrais (dados das capacitações).																									
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE: ESTADO																									
META ESPERADA 2019						UNIDADE DE MEDIDA				APURADO 2016				APURADO 2017				APURADO 2018				APURADO 2019			
417						un				235,0				417,0											
BEM OU SERVIÇO		QUANT. ATUAL		NÃO DISTRIBUÍDO		NÃO INICIADO		INICIADO		DESCONTINUADO		EM EXECUÇÃO		PARALISADO		CONCLUÍDO									
																2016		2017		2018		2019			
Ação de vigilância no município realizada - un		250,0		246,0														4,0							
Ação municipal de atenção ao trabalhador apoiada - un		338,0		1,0		5,0												332,0							
Alvará sanitário liberado - un		1.500,0		984,0		296,0										290,0		220,0							
Centro de referência em saúde construído - un		1,0						1,0																	
Curso de vigilância da saúde desenvolvido - un		40,0		40,0																					
Documento técnico-científico publicado - un		8,0						8,0								6,0									
Encerramento de doença/agravo realizado - % ao ano		70,0										70,0													

O calendário das atividades de M&A, a seguir apresentado, demonstra o *modus operandi* do processo de elaboração do Relatório de Execução do PPA Participativo 2016-2019.

Atividade	Prazo/Período	Responsáveis
1ª reunião de monitoramento ⁱⁱⁱ .	6/03 a 30/04	DAM ^{iv}
Oficinas Preparatórias para a Avaliação de Desempenho Parcial 2017 (1ª etapa).	17/07 a 21/08	DAV ^v
1ª apuração parcial das Metas do PPA (data de corte 30/05).	até 28/07	DAM e Órgãos responsáveis
2ª reunião de monitoramento ^{vi} .	31/07 a 25/08	DAM
2ª apuração parcial das Metas do PPA (data de corte 30/09).	01/10 a 31/10	DAM e Órgãos responsáveis
Atendimento às secretarias para apoio quanto à atualização dos indicadores de 2016 e apuração de 2017.	9 a 20/10	DAV
Encaminhamento da apuração atualizada dos indicadores em 2016 e apuração de 2017.	Até 27/11	DAV
Extração das informações registradas nos submódulos de Acompanhamento e Monitoramento para efeito da Avaliação Parcial de Desempenho 2017 (data de corte 30/09).	07/11	DAV
Oficinas da Avaliação de Desempenho Parcial 2017 (2ª etapa).	9 a 27/11	DAV
Apuração final das Metas do PPA (data de corte 31/12).	Até 11/01	DAM
Atualização da apuração da execução física no Submódulo de Acompanhamento.	Até 11/01	DAM
Extração de todos os registros do Fiplan (anexos I e II).	12/01	Assessoria SMA
Entrega do Relatório impresso à Casa Civil.	31/01	Gasec Seplan
Entrega do Relatório impresso à Assembleia Legislativa.	01/02	Casa Civil

Obs.: Todas as informações provenientes das atividades acima descritas foram registradas em seus respectivos Submódulos no Fiplan.

ⁱⁱⁱReunião que trata do planejamento e evolução da meta.

^{iv}Diretoria de Acompanhamento e Monitoramento – DAM.

^vDiretoria de Avaliação – DAV.

^{vi}Reunião que trata da análise da 1ª apuração parcial, registro dos Achados de Monitoramento e demais orientações.



3. DESTAQUES DA ECONOMIA BAIANA NO CENÁRIO DA ECONOMIA BRASILEIRA E INTERNACIONAL

3.1 CENÁRIO MACROECONÔMICO INTERNACIONAL

As projeções econômicas, captadas pelas agências oficiais de estatísticas, sinalizaram um cenário mais otimista para a economia mundial em 2017. O Fundo Monetário Internacional (FMI), em seu relatório econômico mais recente, prevê um crescimento médio de 3,6% da economia global este ano, que corresponde a 0,4 ponto percentual acima daquele observado em 2016. Para 2018, a expansão deverá ser mais tímida, projetada em 3,7%.

A principal novidade tem sido o desempenho das economias avançadas, ao mostrar uma recuperação mais sólida do ritmo da atividade econômica que se traduz na redução das taxas de desemprego e aumento da demanda, sobretudo dos gastos das famílias. Os Estados Unidos (EUA), a Zona do Euro e o Japão apresentam índices inflacionários ainda abaixo das metas definidas pelas suas autoridades monetárias.

O aumento do Produto Interno Bruto (PIB) este ano foi atribuído à aceleração das exportações, assim como uma maior demanda doméstica, estimulada pela política monetária expansionista do Banco Central Eu-

A principal novidade tem sido o desempenho das economias avançadas, ao mostrar uma recuperação mais sólida do ritmo da atividade econômica, que se traduz na redução das taxas de desemprego e aumento da demanda, sobretudo dos gastos das famílias.

ropeu (BCE). A inflação anual da região, medida pela Eurostat (agência estatística oficial da União Europeia), foi calculada em 1,7% em outubro. A taxa de desemprego ficou estimada em 7,5% em setembro. O PIB cresceu 2,6% e 2,0% nos dois primeiros trimestres, respectivamente, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

O crescimento projetado pelo FMI para a economia norte-americana é de 2,2% em 2017 e de 2,3% em 2018. De acordo com o Departamento de Comércio, houve taxas positivas, respectivamente, de 1,2%, 3,1% e 3,0%, nos três primeiros trimestres, na comparação anual, determinadas principalmente pelo aumento dos gastos de consumo das famílias.

A expansão média das economias emergentes e em desenvolvimento ficou estimada em 4,6% este ano, ante o resultado de 4,3% verificado em 2016. Em 2018, o crescimento esperado é de 4,9% do PIB, de acordo com o FMI. A China (taxa de crescimento estimada em 6,8% com perspectiva de ligeira desaceleração em 6,5%), no próximo ano, e a Índia são as grandes locomotivas desse crescimento devido às dimensões de seus mercados e a estratégia de inserção na economia mundial.

A economia chinesa tem contrariado as expectativas negativas relativamente ao processo de transição do seu modelo econômico. A economia tem apresentado altas taxas de crescimento, conforme observado nos dois primeiros trimestres do ano, sendo sustentadas pelas exportações e pelos investimentos públicos. Por outro lado, para a região da América Latina e Caribe, que

sofreu retração de 1,0% em 2016, deve crescer 1,2% em 2017 e 1,9% em 2018. Para o Brasil, o FMI estima alta de 0,7% em 2017 e 1,5% em 2018.

3.2 CONTEXTO NACIONAL

A economia brasileira atravessou um dos ciclos recessivos mais acentuados da sua história recente. Segundo o Comitê de Datação dos Ciclos Econômicos (Codace), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o marco inicial desse processo ocorreu no segundo trimestre de 2014, chegando a termo no quarto trimestre de 2016. Nesse período, o PIB apresentou variação positiva (0,5%) em 2014, e negativa de 3,5% nos anos subsequentes, pelos cálculos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além dos fatores especificamente econômicos, internos e externos, a queda da atividade econômica foi potencializada pelas incertezas geradas a partir do agravamento da instabilidade de natureza política e institucional do país nos últimos dois anos.

As incertezas políticas permaneceram em 2017, entretanto a atividade econômica arrefeceu seu ritmo de descenso e começou a apresentar sinais de reversão do ciclo, como pode ser aferido pela retomada tímida de certos indicadores a patamares positivos. Trata-se de um processo lento e gradual de recuperação da atividade, tendo em vista a elevada ociosidade dos fatores de produção, expressa no alto contingente de força de trabalho desocupada e no baixo nível de utilização da capacidade produtiva no setor industrial.

Com base nos dados trimestrais do IBGE, o PIB nacional atingiu a cifra de R\$ 1,6 trilhão em valores correntes no terceiro trimestre do ano, correspondente a um crescimento real de 1,4% em relação ao mesmo trimestre de 2016. No acumulado do ano até o mês de setembro, a variação foi positiva em 0,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. No ano passado, esse indicador havia registrado queda de 4,0% nessa mesma base de comparação. No acumulado dos últimos quatro trimestres, a atividade econômica recuou 0,2% contra 4,2% no ano anterior. Portanto, do ponto de vista das estatísticas oficiais, a economia brasileira arrefeceu seu ritmo de queda, sinalizando a possibilidade de um crescimento positivo entre 0,5% e 0,7% em 2017.

Na decomposição dos resultados, sob a ótica da demanda interna, verificou-se que a despesa de consumo das famílias voltou a apresentar

...o PIB nacional atingiu a cifra de R\$ 1,6 trilhão em valores correntes no terceiro trimestre do ano, correspondente a um crescimento real de 1,4% em relação ao mesmo trimestre de 2016.

resultado positivo no terceiro trimestre (2,2%). No acumulado do ano, o indicador variou 0,4%, influenciado pela desaceleração da inflação e pelo crescimento real da massa salarial. Já a formação bruta de capital fixo variou negativamente (0,5%) no terceiro trimestre e no acumulado do ano (3,6%) em relação ao mesmo período de 2016 em função, principalmente, do desempenho negativo do segmento da construção, que acumula queda de 6,1% no ano.

A despesa de consumo do governo recuou (0,6%) no período, mesmo resultado em relação ao terceiro trimestre do ano anterior. As exportações apresentaram alta de 7,6% no trimestre e 4,0% no acumulado do ano, destacando-se o crescimento das vendas externas de bens agropecuários, veículos automotivos, máquinas e tratores, petróleo e siderurgia. As importações reagiram no período em análise, registrando alta de 5,7% no trimestre e de 3,9% no acumulado do ano, com aumento relevante nas compras de matérias-primas, bens de capital e produtos de vestuário.

Pela análise da oferta, o setor agropecuário apresentou o melhor resultado (9,1%) tanto na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior como no acumulado do ano (14,5%). A estimativa de safra nacional supera em cerca de 30,0% a produção agrícola de 2016, alcançando 241,6 milhões de toneladas. As culturas de soja (19,4%), arroz (16,0%), milho (54,7%) e algodão (10,7%) registraram altas relevantes no ano, contribuindo para o resultado. A indústria registrou variação positiva de 0,4% no terceiro trimestre e queda de 0,9% no acumulado do ano. Já os segmentos de ex-

tração mineral (5,9%), transformação (0,3%) e eletricidade e gás (1,3%) tiveram resultado positivo. O setor de serviços apresentou crescimento de 1,0% no trimestre e recuo 0,2% no acumulado do ano. Entre os segmentos relevantes, somente o comércio e as atividades imobiliárias apresentaram dados positivos, ambos de 0,8% ao longo do ano.

Ainda de acordo com o IBGE, analisando os indicadores mensais por setores econômicos, observa-se que a indústria cresceu a uma taxa de 1,6% no acumulado de janeiro a setembro. O resultado sofreu influência da baixa base de comparação, uma vez que o total da indústria apresentou queda 7,5% no período janeiro-setembro de 2016. O segmento de bens de capital (4,5%) foi o que mais avançou no período, seguido pelo de bens de consumo (2,4%) e bens intermediários (0,7%). Nota-se que na categoria de bens de consumo, o segmento de bens duráveis apresentou uma taxa positiva relevante de 11,7% na mesma base de comparação.

O comércio varejista cresceu à taxa de 1,3%, em termos de volume de vendas, e a uma taxa de 2,0% em receita nominal, no acumulado do ano até setembro. O volume comercializado pelo setor de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo avançou 0,4% no período, o primeiro resultado positivo, nessa base de comparação, desde junho de 2015. Os fatores que mais contribuíram para esse resultado foram o crescimento da massa de rendimentos, a deflação do preço dos alimentos em domicílio, assim como a ampliação de pontos de venda nessa atividade.

O aumento da massa real de rendimentos e o efeito preço também contribuíram para o desempenho do setor de tecidos, vestuário e calçados, que cresceu à taxa de 7,8% nas vendas de janeiro a setembro. Por seu turno, o setor de combustíveis e lubrificantes apresentou recuo de 3,2% nos nove primeiros meses do ano. A elevação dos preços de combustíveis, acima da variação média de preços, tem sido relevante no desempenho do setor.

O segmento de bens de capital (4,5%) foi o que mais avançou no período, seguido pelo de bens de consumo (2,4%) e bens intermediários (0,7%).

O comércio varejista ampliado teve expansão de 2,7% no acumulado até setembro em volume de vendas e de 2,8% em receita nominal de vendas. A venda de veículos, motos, partes e peças acumulou variação de 0,5% no período. Quanto ao segmento de material de construção, a variação para o volume de vendas foi de 7,5% nos nove primeiros meses e 3,7% nos últimos 12 meses.

O setor de serviços registrou queda de 3,7% na taxa acumulada anual e 4,3% na taxa acumulada dos 12 meses, medido pelo volume de ser-

viços prestados. Na comparação de setembro com o mesmo mês do ano anterior, o indicador caiu 3,2%, resultado que tem se repetido desde abril de 2015. Em termos de receita nominal, a taxa para setembro foi positiva em 2,3%. A taxa acumulada no ano ficou em 1,7% e, em 12 meses, 0,9%. Observa-se, portanto, um efeito de preços sobre o resultado do indicador.

No tocante ao mercado de trabalho, a taxa de desocupação ficou estimada em 12,4% no terceiro trimestre de 2017, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua/IBGE, somando 12,7 milhões de pessoas. O resultado supera em 0,6 ponto percentual o verificado para o mesmo período em 2016, e queda de 0,6 ponto percentual na comparação com o trimestre anterior.

A população ocupada ficou estimada em 91,3 milhões de pessoas, cerca de 0,4 p.p (365,2 mil pessoas) acima do segundo trimestre. Na comparação com o terceiro trimestre de 2016, o nível de ocupação permaneceu estável. Em relação ao rendimento real habitual, o valor médio estimado (R\$ 2.115) ficou estável em relação ao trimestre imediatamente anterior (R\$ 2.108), e ao mesmo trimestre do ano anterior (R\$ 2.065).

A Região Nordeste permaneceu registrando a maior taxa de desocupação (14,8%) entre as regiões. Também a taxa de participação na força de trabalho, que mede a proporção da população de 14 anos ou mais

de idade na força de trabalho, foi a menor entre as regiões (54,7%), no período analisado. O valor médio do rendimento real habitual, na região, foi calculado em R\$ 1.439.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) apontaram acréscimo de 302.189 postos de trabalho no país de janeiro a outubro de 2017. O resultado representou uma variação positiva de 0,8% em relação ao estoque de empregos formais relativos a dezembro de 2016. Em termos setoriais, o Comércio (37.321 postos), a Indústria de Transformação (33.200 postos) e os Serviços (15.915 postos) apresentaram os maiores saldos positivos no acumulado do ano. Por outro lado, os setores da Construção Civil (-4.764 postos de trabalho), Agropecuária (-3.551 postos), Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) (-729 postos), Extrativa Mineral (-532 postos) e Administração Pública (-261 postos) contribuíram, negativamente, para o estoque de empregos no período.

O contexto macroeconômico de desemprego e recessão contribuiu para a estabilidade monetária consignada na expectativa para uma taxa de inflação anual abaixo da meta de 4,5% estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para o ano corrente. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou variação de 2,21%, no acumulado do ano até outubro, abaixo dos 5,78% registrados em igual período do ano passado, sendo este o menor resultado verificado para um mês de outubro desde 1998 (1,44%). No acumulado dos 12 meses, o indicador

teve variação positiva de 2,70%. A expectativa do mercado para o IPCA ao final de 2017 é de 3,2% e, em 2018, de 4,3%.

O grupo que registrou a maior queda no período foi o de alimentos e bebidas, que recuou de 2,02% até outubro, a menor taxa registrada para o período desde a implantação do Plano Real. Os itens cujos preços caíram com mais intensidade, no ano, foram cereais, leguminosas e oleaginosas (-21,27%), frutas (-15,86%) e açúcares e derivados (-11,53%).

Diante da evolução do cenário inflacionário, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BACEN iniciou, desde outubro de 2016, o ciclo de afrouxamento da política monetária. Na reunião de outubro, o comitê decidiu pelo corte de 0,75 ponto percentual, definindo a taxa Selic em 7,5% ao ano, sem viés. Não obstante, a expectativa para a última reunião anual do comitê é que essa taxa alcance os 7,0% ao ano. Na avaliação da instituição, há sinais compatíveis com a recuperação gradual da economia. O cenário de recuperação da atividade econômica nas economias desenvolvidas e a alta liquidez contribuíram para a atratividade dos títulos das economias emergentes, reduzindo os riscos externos no horizonte de curto prazo.

A conta de transações correntes apresentou déficit de US\$ 343 milhões em outubro deste ano. Em 12 meses, o saldo negativo acumulado alcançou US\$ 9,6 bilhões, equivalente a 0,48% do PIB. O ingresso líquido de investimentos estrangeiros diretos somou US\$ 83,3 bilhões no mesmo

período, representando 4,1% do PIB. Por sua vez, é esperado um saldo recorde da balança comercial em sua série histórica. De janeiro a outubro, o saldo superavitário foi de US\$ 58,4 bilhões.

No acumulado do ano até outubro, o déficit primário do setor público consolidado registrou R\$ 77,4 bilhões. No acumulado dos 12 meses para o mesmo período, o resultado foi de R\$ 187,2 bilhões, que representa 2,9% do PIB.

O crescimento do PIB em 2018 é projetado entre 1,5% pelo FMI, e 2,6% pelo mercado. Esse crescimento deverá ocorrer sobre base de uma elevada ociosidade da capacidade produtiva da economia, estimulada, sobretudo, pelos gastos em consumo das famílias. Por outro lado, a recuperação do mercado de trabalho é muito lenta, acentuando o crescimento da informalidade na geração de postos de trabalho. Do ponto de vista do trabalhador, é preocupante a agenda de reformas socialmente regressivas, que tem sido efetivada na atual conjun-

...é esperado um saldo recorde da balança comercial em sua série histórica. De janeiro a outubro, o saldo superavitário foi de US\$ 58,4 bilhões.

tura. O impacto dessa agenda pode se refletir num mercado interno de consumo mais restrito e concentrar o potencial crescimento da economia nos estratos mais altos de renda. Ademais, no médio e no longo prazos, esse crescimento pode ser comprometido pelas restrições impostas, constitucionalmente, à formação bruta de capital por parte do setor público.

3.3 A ECONOMIA BAIANA

Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto da Bahia, divulgado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), apresentou leve crescimento neste ano, após declinar a uma taxa de 4,9%, em 2016. No acumulado do ano até o terceiro trimestre, a atividade econômica baiana aumentou 0,3% (Tabela 1). A Agropecuária variou positivamente em 26,6%, enquanto a Indústria e os Serviços apresentaram queda de 4,0% e 0,2%, respectivamente.

O cenário macroeconômico de elevado endividamento das famílias e das empresas e o baixo nível de emprego afetaram o consumo, os gastos do governo e os investimentos privados, o que acarretou no baixo crescimento do setor Serviços. A fraca demanda doméstica prejudicou o crescimento da produção industrial, especialmente da indústria da transformação. O setor Agropecuário, por sua vez, apresentou desempenho bastante satisfatório influenciado, principalmente, pelo clima favorável.

Tabela 1	PRODUTO INTERNO BRUTO E VALOR ADICIONADO BAHIA, JAN.-SET./2017	
	Atividades	%
	Agropecuária	26,6
	Indústria	-4,0
	Indústria de transformação	-2,7
	Prod. e distrib. de eletr. e gás, água, esg. e limp. urbana	-8,0
	Extrativa mineral	-14,0
	Construção civil	-3,9
	Serviços	-0,2
	Comércio	1,4
	Transportes	-4,3
	Atividades imobiliárias	1,3
	Administração pública (APU)	-0,8
	Valor Adicionado básico	0,7
	Imposto sobre o produto	-2,5
	PIB	0,3

Fonte: SEI

Nota: Dados preliminares, sujeitos a revisão

Atividade Agrícola

No terceiro trimestre de 2017, o valor adicionado pela agropecuária baiana cresceu 10,9% na comparação com o mesmo período de 2016, de acordo com a SEI. No acumulado do ano, o setor registrou uma variação positiva expressiva de 26,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. É preciso destacar que o ano safra de 2016 foi marcado pelo fenômeno meteorológico do El Niño, que provocou forte escassez e irregularidades na distribuição das chuvas em todas as regiões do estado,

provocando a quebra de produção de diversas culturas e redução da área colhida (10,2%) e do valor da produção (5,1%) entre 2015 e 2016.

O valor bruto da produção agrícola baiana, em 2016, foi estimado em R\$ 15,7 bilhões, produzido numa área colhida total de 4,3 milhões de hectares, de acordo com a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), realizada pelo IBGE. Não obstante, nesse período, a Bahia tornou-se o segundo maior produtor nacional da fruticultura, superando Minas Gerais.

A Bahia permaneceu como sétimo maior produtor agrícola do país, porém a participação no conjunto da safra nacional caiu de 6,4%, em 2015, para 4,9%. A soja permaneceu como o principal produto da lavoura baiana, apresentando o maior valor de produção em termos absolutos (R\$ 3,5 bilhões) e relativos (22,3%) no período. Os maiores produtores da oleaginosa foram os municípios de Formosa do Rio Preto (R\$ 855,5 milhões), São Desidério (R\$ 832,2 milhões), Correntina (R\$ 492,1 milhões), Barreiras (R\$ 416,1 milhões) e Luís Eduardo Magalhães (R\$ 343 milhões), responsáveis por 84,4% da produção estadual da oleaginosa.

Para 2017, o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo IBGE, relativo ao mês de outubro, prevê a expansão da safra de grãos na Bahia na ordem de 41,1%, na comparação com 2016. Estima-se uma produção em torno de 8,6 milhões de toneladas, numa área plantada de 3,2 milhões de hectares, 3,4% maior em

A soja permaneceu como o principal produto da lavoura baiana, apresentando o maior valor de produção em termos absolutos (R\$ 3,5 bilhões) e relativos (22,3%) no período.

relação a 2016. A área colhida, por sua vez, estimada em 3,1 milhões de hectares, supera em 11,6% a de 2016. Dessa forma, a produtividade média da lavoura de grãos registrou elevação de 26,5% (Tabela 2).

Entre os principais produtos, destaque para a safra da soja, cuja produção avançou 57,7% em relação a 2016, alcançando 5,1 milhões de toneladas. O LSPA apontou um volume aproximado de 2,0 milhões de toneladas de milho para a atual temporada, correspondendo a um crescimento de 28,7% na comparação com 2016, subdividido em 1,5 milhão de toneladas da primeira safra e 517 mil toneladas da segunda safra.

O valor bruto da produção agrícola baiana, em 2016, foi estimado em R\$ 15,7 bilhões, produzido numa área colhida total de 4,3 milhões de hectares.

Tabela 2

ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO FÍSICA, ÁREAS PLANTADA E COLHIDA E RENDIMENTOS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS
BAHIA, 2016/2017

Produtos/Safras	Produção Física (mil t)			Área Plantada (mil ha)			Área Colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha) ⁽³⁾		
	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽²⁾	Var. (%)	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽²⁾	Var. (%)	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽²⁾	Var. (%)	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽²⁾	Var. (%)
Mandioca	1.956	2.079	6,3	235	230	-2,1	174	192	10,4	11.235	10.819	-3,7
Cana-de-açúcar	6.414	3.231	-49,6	116	52	-55,1	108	47	-56,6	59.225	68.745	16,1
Cacau	116	84	-27,5	596	480	-19,5	554	430	-22,3	209	195	-6,7
Grãos	6.082	8.582	41,1	3.081	3.186	3,4	2.831	3.159	11,6	2.148	2.717	26,5
Algodão	879	833	-5,1	280	204	-27,1	275	204	-25,8	3.192	4.084	27,9
Café	129	205	58,4	182	160	-12,0	164	143	-12,6	790	1.430	81,1
Feijão	145	268	85,5	372	473	27,3	312	463	48,2	463	579	25,1
Milho	1.580	2.034	28,7	621	667	7,4	458	667	45,6	3.451	3.051	-11,6
Soja	3.257	5.136	57,7	1.537	1.584	3,1	1.537	1.584	3,1	2.120	3.242	53,0
Sorgo	92	106	15,7	90	98	9,1	85	98	15,5	1.079	1.080	0,2
TOTAL	-	-	-	4.028	3.948	-2,0	3.667	3.828	4,4	-	-	-

Fonte: IBGE - LSPA
Elaboração: CAC - SEI.

(1) PAM/IBGE safra 2016

(2) LSPA/IBGE previsão de safra (out. 2017)

(3) Rendimento = produção física/
área colhida.

A estimativa para o feijão totaliza 268,3 mil toneladas, superando em 85,5% a safra anterior. As safras de verão e de inverno registraram, respectivamente, produção de 141,4 mil e 126,8 mil toneladas. A produção cafeeira variou positivamente em 58,4% na comparação com a safra anterior, estimada em 205 mil toneladas. Destaque para a produção do tipo *canephora* com 143,5 mil toneladas. A safra do *arábica* ficou projetada em torno de 60,9 mil toneladas.

A lavoura do algodão acumulou perda de 5,1% em relação ao ano anterior, com estimativa de 833 mil toneladas. Da mesma forma, as culturas da

cana-de-açúcar (3,2 milhões de toneladas) e do cacau (84 mil toneladas) declinaram em de 50,0% e 27,5%, respectivamente. Após anos seguidos de maus resultados, a mandioca teve sua expectativa de desempenho revisada para uma produção em torno de 2,0 milhões de toneladas, superando em 6,3% a safra anterior.

Atividade Industrial

O valor adicionado pela Indústria caiu 4,0% no acumulado até o terceiro trimestre do ano, comparado com o mesmo período de 2016.

Entre as atividades do setor, todas acumularam queda no período, Indústria de transformação (-2,7%), Indústria extrativa (-14,0%), Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (-8,0%) e Construção (-3,9%).

A Indústria de transformação, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, registrou, na mesma base de comparação, contração de 3,0% (Tabela 3). O resultado pode ser parcialmente explicado

pela demanda interna retraída. Mais da metade dos setores da indústria baiana registraram queda em 2017.

O baixo desempenho da Indústria de transformação decorreu da contração na produção física dos segmentos de Metalurgia (-30,5%), Derivados do petróleo e biocombustíveis (-7,9%), Produtos químicos (-1,4%), Bebidas (-2,7%) e Minerais não metálicos (-0,5%); explicados, sobretudo, pela menor produção de barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre, no primeiro; de óleo diesel, naftas para petroquímicas e óleos combustíveis, no segundo; de ureia, amoníaco, misturas de alquilbenzenos e adubos ou fertilizantes minerais ou químicos fosfatados, no terceiro; de refrigerantes, no quarto; e de cimentos "Portland", no último.

Tabela 3	
PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BAHIA, JAN.-SET./2017	
Classes e Gêneros	%
Indústria geral	-2,9
Indústrias extrativas	-2,5
Indústrias de transformação	-3,0
Produtos alimentícios	1,4
Bebidas	-2,7
Couros, artigos para viagem e calçados	9,3
Celulose, papel e produtos de papel	0,6
Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	-7,9
Outros produtos químicos	-1,4
Produtos de borracha e de material plástico	6,0
Produtos de minerais não-metálicos	-0,5
Metalurgia	-30,5
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-67,7
Veículos automotores, reboques e carrocerias	19,2

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal da Indústria
Elaboração: CAC/SEI

...os segmentos que exerceram as contribuições positivas sobre o total da indústria baiana foram: Veículos automotores (19,2%), Couro, artigos para viagem e calçados (9,3%), Produtos alimentícios (1,4%), Produtos de borracha e de material plástico (6,0%) e Celulose, papel e produtos de papel (0,6%)...

Em sentido oposto, os segmentos que exerceram as contribuições positivas sobre o total da indústria baiana foram: Veículos automotores (19,2%), Couro, artigos para viagem e calçados (9,3%), Produtos alimentícios (1,4%), Produtos de borracha e de material plástico (6,0%) e Celulose, papel e produtos de papel (0,6%); influenciados, principalmente, pela maior produção de automóveis, no primeiro; de tênis de material sintético, no segundo; de açúcar cristal, farinha de trigo, cacau e chocolate em pó, no terceiro; de pneus novos de borracha para automóveis e tubos ou canos de plástico para construção civil, no quarto; e de pasta química de madeira, no último.

As vendas internas de veículos estão contribuindo para a retomada, embora ainda lenta e gradual. As montadoras seguem com elevado nível de ociosidade, resultado da queda acentuada de vendas nos quatro últimos anos. As exportações estão sendo um importante canal de escoamento da produção, que vem permitindo minimizar a ociosidade. Os esforços para a realização de acordos comerciais com países da América Latina e o crescimento econômico na região vem contribuindo, positivamente, para a expansão dos embarques.

A produção industrial, que vinha sendo estimulada especialmente pelo crescimento das exportações, passou a refletir também uma melhora na demanda doméstica, alcançando no terceiro trimestre em aumento de 5,4%, quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. O aumento dos níveis de ocupação no mercado de trabalho nos últi-

mos meses, acompanhado da recuperação do poder de compra dos salários e a redução das taxas de juros, explica boa parte da retomada da demanda.

Ainda de acordo com a pesquisa do IBGE, a Indústria extrativa recuou 2,5% no período, associada ao posicionamento da Petrobras em reduzir suas atividades de exploração de petróleo e de gás natural, na Bahia, que caíram 11,5% e 15,0%, respectivamente, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

O setor de Serviços industriais de utilidade pública também contribuiu, negativamente, para o PIB, explicado, especialmente, pela queda de 5,1% no consumo de energia elétrica no estado, com base nos dados acumulados até setembro da Coelba e da Chesf, uma vez que o consumo de gás natural aumentou 2,9% no período, conforme dados da Bahiagás.

E a Construção Civil segue a tendência nacional, justificada pela redução no nível de ocupação na atividade, que, segundo dados de emprego formal divulgados pelo Ministério do Trabalho, indicaram perda de 1.711 postos de trabalho no período de janeiro a setembro de 2017. Esse setor foi prejudicado pela conjuntura desfavorável de queda da renda e do crédito habitacional. Como o mercado imobiliário encontra-se ainda deprimido e com muita oferta excedente, o governo estadual assume papel de destaque no estímulo para a atividade da Construção, conduzindo os projetos de infraestrutura.

Serviços e Comércio

O valor adicionado de Serviços do estado teve queda de 0,2% no acumulado até o terceiro trimestre de 2017, na comparação com o mesmo período do ano anterior. O desempenho do setor foi influenciado pela Administração Pública (-0,8%) e Transportes (-4,3%), enquanto as demais atividades tiveram resultados positivos: 1,4% do Comércio (atacadista e varejista) e 1,3% de Atividades imobiliárias.

Com base nos resultados da Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE (Tabela 4), houve queda de 1,2% no volume de serviços no acumulado até setembro. Observa-se que a pesquisa acompanha somente 1/3 das atividades que compõem o valor adicionado do setor de serviços. Tal resultado foi atribuído à queda nas atividades de Serviços profissionais, administrativos e complementares (-16,3%), de Serviços prestados às famílias (-1,0%) e de Serviços de informação e comunicação (-8,3%).

As vendas do comércio varejista ampliado na Bahia mostraram expansão de 0,2% no acumulado do ano até setembro, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio, divulgada pelo IBGE (Tabela 5), comparadas ao mesmo período do ano anterior. As maiores contribuições vieram de Veículos, motos, partes e peças e Material de construção, que mostraram altas de 2,9% e 4,2%, respectivamente, indicando que os segmentos atrelados à confiança e ao crédito têm tido desempenho mais robusto que

Tabela 4

VOLUME DE SERVIÇOS BAHIA, JAN.-SET./2017

Atividades de serviços	%
Total	-1,2
Serviços prestados às famílias	-1,0
Serviços de informação e comunicação	-8,3
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-16,3
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	13,8
Outros serviços	6,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços
Elaboração: CAC/SEI

aqueles dependentes da renda. Destaca-se a baixa base de comparação em igual período do ano passado, quando registrou a taxa negativa de 12,7%. Em sentido contrário, as vendas do comércio varejista restrito baiano apresentaram queda de 1,4%, na mesma base de comparação.

As vendas do comércio varejista ampliado na Bahia mostraram expansão de 0,2% no acumulado do ano até setembro, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio, divulgada pelo IBGE (Tabela 5), comparadas ao mesmo período do ano anterior.

Dos oito segmentos que compõem o setor, apenas três registraram comportamento negativo (Tabela 5).

A análise por atividade indica que, em 2017, o segmento mais comprometido no âmbito do comércio varejista foi o de hipermercados, super-

Tabela 5		VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA BAHIA, JAN.-SET./2017⁽¹⁾
Atividade	%	
Comércio Varejista	-1,4	
1 - Combustíveis e lubrificantes	-3,0	
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-13,1	
2.1 - Hipermercados e supermercados	-13,8	
3 - Tecidos, vestuário e calçados	6,9	
4 - Móveis e eletrodomésticos	24,4	
4.1 - Móveis	0,8	
4.2 - Eletrodomésticos	29,4	
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	-6,6	
6 - Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	27,1	
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	6,3	
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	4,6	
Comércio Varejista Ampliado ⁽²⁾	0,2	
9 - Veículos, motos, partes e peças	2,9	
10 - Material de construção	4,2	

Fonte: IBGE – Pesquisas Mensal do Comércio

Elaboração: CAC/SEI

Notas: 1. Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior. 2. O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10.

mercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-13,1%), seguido por artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (-6,6%) e combustíveis e lubrificantes (-3,0%).

O comportamento de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo chamou a atenção ao longo do ano. Segmento de maior peso para o indicador de volume de vendas, essa atividade registrou quedas consecutivas nas vendas desde maio de 2015. Muito provavelmente, essa trajetória se deve à mudança do comportamento do consumidor que está preferindo comprar em estabelecimentos de atacados, os quais não fazem parte da amostra da pesquisa, além de uma mudança de perfil dos consumidores ao optarem em realizar suas compras nos mercadinhos de bairro.

O segmento de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria, juntamente com combustíveis e lubrificantes, também comprometeram as vendas do setor. A queda nas vendas, no primeiro caso, pode estar associada à moderação nos gastos com produtos supérfluos, restringindo o consumo aos produtos necessários, como, por exemplo, remédios. Enquanto, no segundo, a redução no consumo se deve às oscilações nos preços dos combustíveis, verificadas ao longo do ano.

Contrapondo o desempenho registrado por esses segmentos, tem-se o segmento de móveis e eletrodomésticos, que expandiu 24,4% no acumulado até setembro. O seu comportamento foi determinante para trazer novas perspectivas para o setor.

O comércio varejista já apresenta retomada em 2017, uma vez que cresceu 1,0% no terceiro trimestre do ano até setembro em relação ao mesmo período do ano anterior, de acordo com o IBGE. O desempenho positivo da maioria dos segmentos esteve atrelado ao crescimento da ocupação aliada à queda da inflação, que proporcionou ganhos reais de massa salarial e beneficiou o consumo. Os saques das contas inativas do FGTS também foram positivos para o varejo.

Quando se observa o comportamento dos segmentos de móveis e eletrodomésticos, de veículos, motos, partes e peças e de material de construção, percebe-se uma nova perspectiva para o comportamento do setor no próximo ano, que vai de encontro ao desempenho do setor no ano de 2016. Esses segmentos dependem da taxa de juros praticada às pessoas físicas e da recomposição da massa de rendimentos reais, além do fato de as compras serem, normalmente, realizadas a prazo, visto que comercializam bens de maior valor agregado.

O comércio varejista já apresenta retomada em 2017, uma vez que cresceu 1,0% no terceiro trimestre do ano até setembro em relação ao mesmo período do ano anterior, de acordo com o IBGE.

Comércio Exterior

O comércio global deverá se recuperar neste ano e atingir um aumento de 3,6%, segundo prevê a Organização Mundial do Comércio (OMC), em contraste com o crescimento de apenas 1,3% no ano passado. O resultado está associado ao bom desempenho da economia global, cujo crescimento acelerou-se nos últimos trimestres de 2017.

Os ciclos econômicos, tornados mais sincronizados no mundo, resultam em efeitos que reforçam a demanda de bens comercializáveis. Com isso, a demanda por importações está particularmente grande na China, nos Estados Unidos e na União Europeia. Ao mesmo tempo em que o ritmo de expansão global se intensificou e o comércio mundial voltou a crescer, as exportações passaram a ganhar relevância, cada vez maior, para as empresas, ajudando a impulsionar a atividade econômica.

Os segmentos das exportações baianas mais beneficiados por esse maior dinamismo do comércio global foram os produtos básicos, impulsionados pela recuperação da produção agrícola, cujas vendas externas registraram crescimento de 16,7% no acumulado até outubro, na comparação com o mesmo período de 2016.

Os embarques foram puxados pelo chamado “complexo soja” (grão, farelo e óleo) com vendas de US\$ 1,32 bilhão e incremento de 81% ante o mesmo período do ano passado. O volume embarcado da oleaginosa alcançou

3,65 milhões de toneladas até outubro, alcançando recorde histórico. Além da maior produção em relação ao ano passado, quando houve perdas significativas devido à seca, os embarques do produto, travados desde o fim de 2016, ganharam impulso, desde maio, devido à maior importação de soja por parte da China, responsável por 82% dos embarques até outubro, e ao aumento de suas cotações no mercado internacional.

Com efeito, a melhora dos preços das *commodities* ajudou no desempenho positivo, mas a alta das exportações no ano se deve em grande parte ao aumento do volume embarcado, que cresceu 15,6% até outubro, puxado principalmente pela soja, além dos minerais e do setor automotivo.

As vendas de produtos manufaturados também cresceram 18,2% comparadas ao mesmo período do ano anterior. O setor químico/petroquímico teve incremento de 29,2%, o de derivados de petróleo cresceu 30,2%, enquanto o automotivo, duramente atingido no ano passado, teve expansão de 24,8% (Tabela 6).

O câmbio mais competitivo desde meados do ano passado reorientou vendas do setor automotivo ao exterior, crescendo 32% em volume físico. Apesar desse avanço nas exportações de veículos disseminar-se pelos países vizinhos, o mercado da Argentina tem importância absoluta diante de seu volume, sendo responsável por 78,5% das compras.

Tabela 6

EXPORTAÇÕES BAIANAS - PRINCIPAIS SEGMENTOS
BAHIA, JAN.-OUT. 2016/2017

Segmento	Valores (US\$ 1000 FOB)		Variação %	Participação %	Variação % Preço médio
	2016	2017			
Soja e Derivados	732.180	1.325.380	81,02	19,67	7,75
Químicos e Petroquímicos	989.880	1.278.917	29,20	18,98	28,56
Papel e Celulose	960.227	1.047.937	9,13	15,55	10,12
Petróleo e Derivados	380.648	495.430	30,15	7,35	33,93
Automotivo	384.377	479.839	24,84	7,12	-0,63
Metalúrgicos	722.021	449.589	-37,73	6,67	-3,04
Metais Preciosos	295.301	333.560	12,96	4,95	19,64
Cacau e Derivados	250.083	222.977	-10,84	3,31	-7,83
Algodão e Seus Subprodutos	222.122	217.632	-2,02	3,23	7,69

Continua

Continuação

Tabela 6 EXPORTAÇÕES BAIANAS - PRINCIPAIS SEGMENTOS BAHIA, JAN.-OUT. 2016/2017					
Segmento	Valores (US\$ 1000 FOB)		Variação %	Participação %	Variação % Preço médio
	2016	2017			
Borracha e Suas Obras	173.750	139.234	-19,87	2,07	-6,71
Minerais	100.826	133.259	32,17	1,98	2,77
Frutas e Suas Preparações	108.083	126.367	16,92	1,88	2,99
Couros e Peles	81.323	104.445	28,43	1,55	4,30
Calçados e Suas Partes	57.489	70.360	22,39	1,04	17,67
Café e Especiarias	63.591	67.741	6,53	1,01	9,18
Sisal e Derivados	75.199	63.160	-16,01	0,94	2,40
Máquinas, Aparelhos e Materiais Mecânicos e Elétricos	38.179	35.687	-6,53	0,53	-30,62
Fumo e Derivados	22.582	22.246	-1,49	0,33	25,99
Carnes e Miudezas	10.950	12.285	12,19	0,18	4,97
Milho e Derivados	4.010	-	-	-	-
Demais Segmentos	101.926	111.884	9,77	1,66	26,46
Total	5.774.746	6.737.926	16,68	100,00	0,70

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 05/11/2017

Elaboração: SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

Com os resultados apurados até o mês de outubro, as importações acumularam US\$ 6 bilhões, o que representa um crescimento de 9,8% sobre o mesmo período de 2016. O incremento das compras externas no ano deve-se, além do aumento nas compras de combustíveis (14,6%), ao incremento em 8% do quantum importado, principalmente de matérias-primas, como minério de cobre e insumos para a indústria química; do aumento das compras de peças e acessórios para indústria automotiva na esteira da melhoria do seu desempenho; e da baixa base de comparação, já que 2016 foi marcado por forte retração da atividade econômica.

As compras de bens intermediários tiveram um crescimento de 20%, resultado da alta reposição de matérias-primas pela indústria e, principalmente, da baixa base de comparação, já que o ano passado foi marcado pela forte contração da economia e da atividade industrial. Já as compras de bens de capital, termômetro de investimentos no parque produtivo, apresentaram queda de 12%, reflexo da lenta recuperação do ritmo da atividade econômica e da paralisação dos investimentos.

Com os resultados apurados até o mês de outubro, a Bahia acumula um superávit de US\$ 735,5 milhões em sua balança comercial.

Com os resultados apurados até o mês de outubro, a Bahia acumula um superávit de US\$ 735,5 milhões em sua balança comercial. As exportações alcançaram US\$ 6,74 bilhões e estão 16,7% acima de igual período de 2016, enquanto que as importações foram de US\$ 6 bilhões, estando também 9,8% maiores se comparadas ao mesmo período do ano passado (Tabela 7). A corrente de comércio exterior do estado alcançou US\$ 12,74 bilhões, superando em 13,3% o resultado para igual período de 2016.

Tabela 7

IMPORTAÇÕES BAIANAS POR CATEGORIAS DE USO BAHIA, JAN.-OUT. 2016/2017

(Valores em US\$ 1000 FOB)				
Discriminação	2016	2017	Var. %	Part. %
Bens intermediários	2.128.207	2.553.900	20,00	42,55
Combustíveis e lubrificantes	1.858.246	2.128.723	14,56	35,46
Bens de capital	1.097.564	965.994	-11,99	16,09
Bens de consumo duráveis	301.160	277.205	-7,95	4,62
Bens de consumo não duráveis	81.204	76.564	-5,71	1,28
Total	5.466.381	6.002.387	9,81	100,00

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 07/11/2017

Elaboração: SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

Observações: importações efetivas, dados preliminares.

Mercado de Trabalho

O quadro geral de dificuldades também atinge o mercado de trabalho baiano, com elevação do desemprego e eliminação de vínculos formais. A taxa de desocupação trimestral na Bahia exibiu uma tendência crescente ao longo de 2016, e chegou ao seu ápice no primeiro trimestre de 2017 (18,6%). Desde então, a referida taxa vem caindo, alcançando 16,7% no terceiro trimestre de 2017.

O rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas no terceiro trimestre do ano na Bahia, foi estimado em R\$ 1.375, o que representa um ganho de 2,2% em relação ao do mesmo trimestre do ano de 2016 (R\$ 1.346), e uma perda de 4,6% em relação ao do trimestre imediatamente anterior (R\$ 1.442).

O mercado de trabalho formal, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) (Tabela 8), no acumulado até outubro, apresentou um saldo positivo de emprego formal de 14.228 postos de trabalho, levando em conta a série ajustada, que incorpora as informações declaradas fora do prazo. Enfatiza-se que o resultado do interior do estado foi positivo (+20.674 postos) e da RMS foi negativo (-6.446 postos).

Nos dez primeiros meses de 2017, cinco setores contabilizaram saldos acumulados positivos: Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca

Tabela 8 SALDO DE EMPREGO FORMAL POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA BAHIA, JAN.-OUT. 2017	
Atividade	Quantidade
Extrativa Mineral	-108
Indústria de Transformação	4.645
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1.356
Construção Civil	-2.736
Comércio	-5.012
Serviços	5.592
Administração Pública	2.983
Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca	7.508
Total	14.228

Fonte: Ministério do Trabalho - Caged.

Dados sistematizados pela SEI/DIPEQ/COPES, 2017.

Notas: Dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.

(+7.508 postos), Serviços (+5.592 postos), Indústria de transformação (+4.645 postos), Administração Pública (+2.983 postos) e Serviços Indústria de Utilidade Pública (+1.356 postos). Comércio (-5.012 postos), Construção civil (-2.736 postos) e Extrativa mineral (-108 postos) apresentaram saldos acumulados negativos.

Dos 27 Territórios de Identidade, 20 registraram saldos positivos de emprego, entre janeiro e outubro de 2017, com destaque para: Sertão do São Francisco (+8.464 postos), Bacia do Rio Grande (+3.385 postos) e Extremo Sul (+2.697 postos). Em contrapartida, Metropolitano de Salva-

Dos 27 Territórios de Identidade, 20 registraram saldos positivos de emprego, entre janeiro e outubro de 2017, com destaque para: Sertão do São Francisco (+8.464 postos), Bacia do Rio Grande (+3.385 postos) e Extremo Sul (+2.697 postos).

dor (-6.446 postos), Litoral Sul (-508 postos) e Costa do Descobrimento (-290 postos) foram os principais Territórios de Identidade a registrar redução de trabalhadores com carteira assinada.

Indicadores Sociais

Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC, cuja cobertura abrange todo o território nacional, e nos dados do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), esta seção reúne algumas das principais características sobre a realidade social baiana. Os indicadores selecionados levam em conta aspectos demográficos, educação, ocupação, renda e condições de moradia. Esse conjunto de informações contribui para a compreensão das modificações no perfil

social e econômico da população, possibilitando, assim, o monitoramento de políticas sociais.

As políticas sociais foram fundamentais para aliviar o impacto da crise sobre a população do estado e impedir que os avanços sociais fossem refreados. De 2012 a 2017, a realidade social baiana apresentou, dentre outros, os seguintes destaques: redução da taxa de analfabetismo; ensino quase universalizado de jovens de 6 a 14 anos, tanto na Região Metropolitana de Salvador como no interior; maior número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família entre os estados; cobertura de 99,3% dos domicílios com energia elétrica; e acesso a bens duráveis e tecnologias vigentes.

População e Educação

A tendência de envelhecimento da população baiana continuou em curso na passagem de 2016 a 2017. Assim, em 2017, o total de jovens (0 a 14 anos) correspondia a 21,3% da população do estado e o de idosos (60 anos ou mais) representava 14,0%.

A taxa de analfabetismo para 15 anos ou mais, também, tem mantido trajetória de queda ao longo do tempo, tendo diminuído 2,2 pontos percentuais entre 2012 e 2017, de 15,7% a 13,5% nesse intervalo (Tabela 9). No interior do estado, a redução do analfabetismo foi de 2,9 pontos percentuais, saindo de 20,0% para 17,1%. Na Região Metropolitana de Salvador, a taxa de analfabetismo dessa população passou de 3,9% em 2012 para 3,8 em 2017.

Tabela 9	TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS POR TIPO DE ÁREA NORDESTE E BAHIA, 2012, 2015 E 2017		
Região/UF/Tipo de Área	2012	2015	2017
Nordeste	16,7	15,5	14,4
RM	6,9	6,3	6,0
Interior	21,9	20,3	18,9
Bahia	15,7	13,3	13,5
RMS	3,9	3,5	3,8
Interior	20,0	17,1	17,1

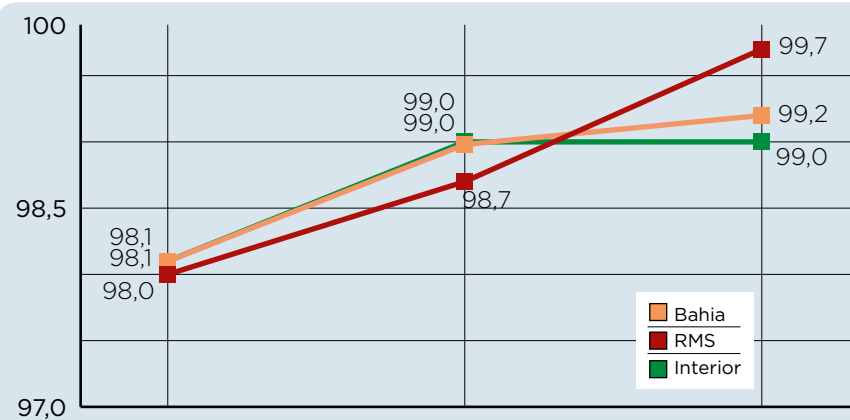
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: 2012 - 2015 e 2017

Elaboração: SEI/DIPEQ/COPEB. Dados sistematizados a partir dos Microdados referente ao 3º Trimestre

Em 2017, o acesso a escola dos jovens de 6 a 14 anos se encontra quase universalizado e sem diferenças significativas entre RMS e interior. Tal realidade começou a ser delineada em 2003, ano em que se intensificaram as políticas sociais e de distribuição de renda em todo o país e, em especial, na Região Nordeste (Gráfico 1).

A taxa de analfabetismo para 15 anos ou mais, também, tem mantido trajetória de queda ao longo do tempo, tendo diminuído 2,2 pontos percentuais entre 2012 e 2017, de 15,7% a 13,5%.

Gráfico 1

TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA DAS PESSOAS DE 6 A 14 ANOS POR TIPO DE ÁREA BAHIA, 2012, 2015 E 2017


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: 2012 - 2015 e 2017

Elaboração: SEI/ DIPEQ/ COPESP. Dados sistematizados a partir dos Microdados referente ao 3º trimestre

Ocupação e Renda

A taxa de desocupação trimestral na Bahia exibiu uma tendência crescente ao longo de 2016, e chegou ao seu ápice no primeiro trimestre de

2017, quando atingiu 18,6% da população na força de trabalho – movimento semelhante ao da taxa do Brasil, que também chegou ao auge nos três primeiros meses do ano (13,7%). Desde então, a referida taxa vem caindo a cada trimestre no território baiano, alcançando 16,7% no terceiro trimestre de 2017 – mas, comparativamente ao mesmo trimestre de 2016, quando a taxa havia sido de 15,9%, ainda 0,8 ponto percentual acima (Quadro 1).

O cenário baiano, no entanto, quando se considera, além dos desocupados propriamente ditos, os subocupados por insuficiência de horas (indivíduos ocupados com uma jornada abaixo de 40 horas semanais, mas que gostariam de trabalhar em um período maior) e os integrantes da força de trabalho potencial (aqueles que gostariam de trabalhar, mas não procuraram trabalho, ou que procuraram, mas não estavam disponíveis para trabalhar) piorou recentemente. A taxa composta da subutilização da força de trabalho na Bahia chegou a 40,1% no terceiro trimestre, res-

Quadro 1

MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO A PNAD CONTÍNUA BAHIA, 1º TRI. 2016-3º TRI. 2017

Indicadores	Período						
	1º Trim. 2016	2º Trim. 2016	3º Trim. 2016	4º Trim. 2016	1º Trim. 2017	2º Trim. 2017	3º Trim. 2017
Taxa de desocupação	15,5%	15,4%	15,9%	16,6%	18,6%	17,5%	16,7%
Taxa composta de subutilização da força de trabalho	31,7%	33,1%	34,1%	36,2%	38,6%	37,9%	40,1%
Rendimento médio real habitual (em reais)	R\$ 1.400	R\$ 1.334	R\$ 1.346	R\$ 1.370	R\$ 1.440	R\$ 1.442	R\$ 1.375
Massa de rendimento real (em milhões de reais)	R\$ 8.301	R\$ 7.968	R\$ 7.903	R\$ 8.031	R\$ 8.216	R\$ 8.365	R\$ 7.941

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - IBGE

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes, 2017.

pectivamente 2,2 e 6,0 pontos percentuais acima da estimada no trimestre imediatamente anterior (37,9%) e um ano antes (34,1%).

O rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas no terceiro trimestre do ano na Bahia, foi estimado em R\$ 1.375, o que representa um ganho de 2,2% em relação ao do mesmo trimestre do ano de 2016 (R\$ 1.346), e uma perda de 4,6% em relação ao do trimestre imediatamente anterior (R\$ 1.442).

Os números encontrados na PNAD Contínua podem ser explicados em parte pelo comportamento do mercado de trabalho formal. De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), no acumulado do ano até outubro, a Bahia apresentou um saldo positivo de 14.228 postos de trabalho com carteira de trabalho assinada, levando em conta a série ajustada, que incorpora as informações declaradas fora do prazo.

...no acumulado do ano até outubro, a Bahia apresentou um saldo positivo de 14.228 postos de trabalho com carteira de trabalho assinada...

Enfatize-se que o interior do estado gerou 20.674 postos de trabalho formais, enquanto a RMS eliminou 6.446 postos. Ainda de acordo com a mesma fonte, aferiu-se que o rendimento médio dos admitidos em 2016 correspondeu a 89,5% do rendimento médio dos desligados. Em 2017, o rendimento médio até outubro dos admitidos foi aferido em 90,4% do rendimento médio dos desligados, um cenário levemente melhor, sinalizando ganho de renda do trabalhador formal naquele ano, porém sem apontar reversão de tendência.

Quanto à inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho também houve um tímido avanço, visto que em 2016 as mulheres admitidas na Bahia recebiam, em média, 87,7% do salário dos homens admitidos, enquanto em 2017 até outubro este percentual se ampliou para 88,6% – mantendo assim a histórica diferença salarial entre os gêneros. O salário nominal médio das mulheres admitidas neste ano foi aferido em R\$ 1.186 e o dos homens admitidos em R\$ 1.338.

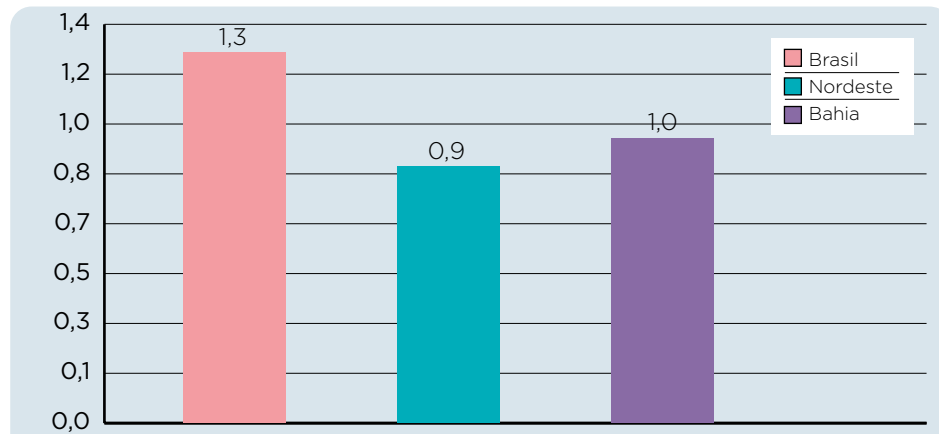
Em 2016, o Índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda, variando de zero (perfeita igualdade) a um (desigualdade máxima), foi aferido em 0,537 para o estado (Tabela 10). O referido índice para o Nordeste (0,544), região mais desigual do Brasil, se situou em patamar superior ao da Bahia, indicando que o estado tem uma distribuição menos desigual para o rendimento dos trabalhos que o restante da região. Contudo, ao se comparar o índice de Gini da Bahia com o do Brasil (0,525), observa-se uma situação onde o estado distribui o seu rendimento de forma mais desigual que o restante do país.

Tabela 10**ÍNDICE DE GINI DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS BRASIL, NORDESTE E BAHIA, 2016**

País / Região / UF	Gini
Brasil	0,525
Nordeste	0,544
Bahia	0,537

Fonte: IBGE - PNAD Contínua. Cálculos da SEI.

Corroborando os resultados vistos, que apontam a Bahia menos desigual que o Nordeste, porém mais desigual que o Brasil, o Gráfico 2 apresenta o percentual da renda apropriada pelos 10% mais pobres da população.

Gráfico 2**PERCENTUAL DA RENDA APROPRIADA PELOS 10% MAIS POBRES DA POPULAÇÃO BRASIL, NORDESTE E BAHIA, 2016**

Fonte: IBGE - PNAD Contínua

Esse estrato populacional baiano se apropriava de 1% do total da renda em 2016, enquanto na Região Nordeste correspondia a 0,9%. Os números reforçam a desigualdade regional brasileira, que tem o Nordeste como a região mais desigual do país (onde os 10% mais pobres se apropriam de 1,3% da renda nacional).

O rendimento médio mensal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, habitualmente recebido no mês de referência, de todos os trabalhos em R\$ de 2016 na Bahia foi de R\$ 1.329. O valor situa-se um pouco abaixo da renda média do Nordeste (R\$ 1.392) e abaixo da renda média do país: R\$ 2.065 (Tabela 11).

Tabela 11**RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS BRASIL, NORDESTE E BAHIA, 2016**

País / Região / UF	2016
Brasil	2.065
Nordeste	1.392
Bahia	1.329

Fonte: IBGE - PNAD Contínua
Nota: Valores em R\$ de 2016.

O rendimento médio mensal de todos os trabalhos na Bahia (R\$ 133) para o décimo mais pobre da população se situou em patamar levemente superior ao da Região Nordeste (R\$ 130). Contudo, esse rendimento médio é cerca de 50% do rendimento médio do mesmo decil

da população nacional (R\$ 259), reforçando a disparidade regional do Nordeste para com o resto do país. Quanto ao último decil (pertencente aos 10% mais ricos da população), observa-se novamente que a disparidade para com o resto do país é grande. A população pertencente ao 10º decil na Bahia possuía, em 2016, uma renda média do trabalho equivalente a R\$ 5.498. No Nordeste esse contingente populacional registrou no mesmo ano uma renda média de R\$ 5.992 e, no Brasil, R\$ 8.623 (Tabela 12).

Tabela 12 RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS, SEGUNDO DECIS BRASIL, NORDESTE E BAHIA, 2016		
País / Região / UF	1º Decil	10º Decil
Brasil	259	8.623
Nordeste	130	5.992
Bahia	133	5.498

Fonte: IBGE-PNAD Contínua. Cálculos da SEI.
Nota: Valores em R\$ de 2016.

Sob a ótica das políticas públicas de transferência de renda do governo federal, com base em informações disponibilizadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), a Bahia é o estado brasileiro com maior número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) – 13,3% do existente no país em novembro de 2017. De 2010 a 2017, houve um aumento de 155.134 famílias beneficiárias do PBF na Bahia, que passou de 1.662.069 para 1.817.203 famílias – um acréscimo equivalente a 9,3% no período (Tabela 13). Enquanto isso, Nordeste e Brasil apresentaram

crescimento de 7,5% e 7,0% no número de famílias com benefícios do PBF, respectivamente.

Do valor total repassado, de janeiro a novembro de 2017 através do PBF, às famílias beneficiárias em todo o Brasil (R\$ 26,6 bilhões), aproximadamente R\$ 3,5 bilhões foram direcionados à Bahia – um quarto do total destinado à região Nordeste (R\$ 13,9 bilhões). No intervalo de 2010 a 2016, já que para 2017 ainda não há informações referentes a dezembro, o repasse anual de recursos do PBF para a Bahia apresentou aumento real de 30,0% e nominal de 94,7%. Nesse intervalo, o ano de 2014 foi o que contou com o maior número de famílias beneficiárias (1.808.376) e, também, com o maior montante real repassado (R\$ 4,2 bilhões).

A extrema pobreza na Bahia em 2016 ocorreu de forma menos intensa que na Região Nordeste, embora maior que no país. Foi observado neste ano que 4,8% da população brasileira vivia sob essas condições, enquanto na Bahia o percentual foi de 8,6% e no Nordeste foi de 9,3% (Gráfico 3). Em números absolutos, a população baiana, vivendo sob essa condição, correspondia a cerca de 1,3 milhão de pessoas.

A maior parte da população baiana extremamente pobre (84%) reside no interior (cerca de 1,1 milhão de pessoas). Nessa área, o percentual da população vivendo sob essas condições supera o percentual do estado, já que alcança 9,8% dos residentes.

Tabela 13

NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS E VALOR TOTAL REPASSADO (R\$ MILHÕES) PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA BAHIA, 2010-2017

Ano	Famílias Beneficiárias	Repasse Real ¹	Repasse Nominal
2010	1.662.069	2.952	1.939
2011	1.752.766	3.246	2.262
2012	1.808.346	3.710	2.745
2013	1.800.055	4.171	3.258
2014	1.808.376	4.244	3.521
2015	1.797.610	3.899	3.600
2016	1.772.853	3.837	3.776
2017 ⁽²⁾	1.817.203	3.534	3.534

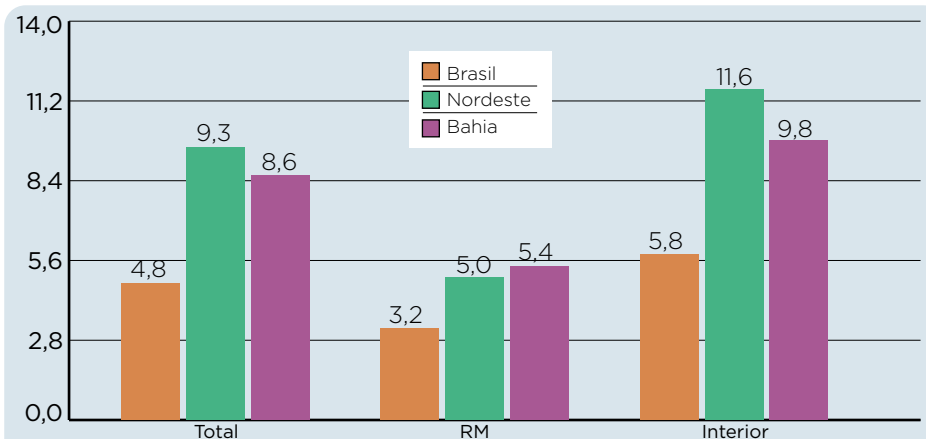
Fonte: Matriz de Informações Sociais/Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).

Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2017

1. Os valores monetários estão expressos em R\$ de outubro de 2017 com base no INPC.

2. Dados até novembro de 2017.

Gráfico 3

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO VIVENDO SOB CONDIÇÃO DE POBREZA EXTREMA BRASIL, NORDESTE E BAHIA, 2016


Fonte: IBGE - PNAD Contínua. Cálculos da SEI.

Nota: A linha de extrema pobreza aqui considerada é de R\$ 70 em junho de 2011 tal como estipulado no Decreto nº 7.492 (Brasil sem Miséria).

Condição dos Domicílios

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, PNAD Contínua, anual, em 2016, na Bahia, do total de 5.139 mil domicílios, 87,9% eram casas (4.519 mil domicílios), 11,9% eram apartamentos (614 mil domicílios) e 0,1% se enquadrava na categoria casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco (6 mil domicílios).

Acerca de esgotamento sanitário, 2.894 mil domicílios estavam conectados à rede geral ou fossa ligada à rede (56,3%) e 1.866 mil domicílios (36,3%) possuíam fossa não ligada à rede. Na categoria outra forma de esgotamento, se enquadravam 189 mil domicílios, ou seja, 3,7% (Tabela 14).

Tabela 14

DOMICÍLIOS POR TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO BAHIA, 2016

Tipo de Esgotamento	x 1.000	%
Rede geral ou fossa ligada à rede	2.894	56,3
Fossa não ligada à rede	1.866	36,3
Outra forma de esgotamento	189	3,7

Fonte: IBGE - PNAD Contínua. Sistematização da SEI.

Em relação ao saneamento básico, o acesso à água era o que mais se destacava. Para o ano em estudo, no estado, a água utilizada em 4.872 mil domicílios era canalizada (94,8%). O percentual de cobertura revelava o comprometimento do governo com programas de acesso, como o Água para Todos. E a coleta direta por serviço de limpeza era o destino

do lixo produzido em 3.304 mil domicílios (64,3%); e 842 mil residências tinham os resíduos coletados em caçamba de serviço de limpeza (16,4%). Um percentual também elevado, 16,4% (843 mil domicílios), ainda queimava o lixo na propriedade.

A rede geral ou fonte alternativa iluminava 5.105 mil domicílios na Bahia, em 2016, cujo percentual total (99,3%) aproximou o estado da universalização e revelou a importância dos programas de eletrificação (Tabela 15). Esse resultado, juntamente com a renda, interferiu na posse de bens.

Tabela 15 DOMICÍLIOS POR FONTE DE ENERGIA ELÉTRICA BAHIA, 2016		
Fonte de energia elétrica	x 1.000	%
Rede geral ou fonte alternativa	5.105	99,3
Rede geral	5.092	99,1

Fonte: IBGE - PNAD Contínua. Sistematização da SEI.

A televisão (4.914 mil domicílios, 95,6%) e a geladeira (4.910 mil domicílios, 95,5%) eram os eletrodomésticos mais comuns. O índice de 31,1% das residências (1.599 mil domicílios) usufruía, também, da praticidade oferecida pela máquina de lavar roupa (Tabela 16).

O total de 1.422 mil domicílios (27,7%) possuía o carro para locomoção e 1.287 mil domicílios (25%) tinham motocicleta. Enquanto 360 mil domicílios detinham ambos os veículos de locomoção (7%).

Tabela 16 DOMICÍLIOS POR EXISTÊNCIA DE ALGUNS BENS DURÁVEIS BAHIA, 2016

Bens duráveis	x 1.000	%
Televisão	4.914	95,6
Geladeira	4.910	95,5
Máquina de lavar roupa	1.599	31,1
Carro	1.422	27,7
Motocicleta	1.287	25,0
Carro e motocicleta	360	7,0

Fonte: IBGE - PNAD Contínua. Sistematização da SEI.

O telefone móvel celular era utilizado como instrumento de comunicação em 4.496 mil domicílios (87,5%). Em contrapartida, apenas 940 mil residências (18,3%) mantinham o telefone fixo convencional. A posse do computador ocorria em 31,9% dos domicílios (1.640 mil). Em 1.385 mil residências (26,9%) o acesso à Internet acontecia nesse tipo de equipamento. Porém, em 2.557 mil domicílios (49,8%), o aparelho celular era utilizado para esse fim, em adição a 424 mil domicílios que acessavam a Internet no tablet (8,3%) e 252 mil na televisão (4,9%) (Tabela 17).

Tabela 17 DOMICÍLIOS POR EXISTÊNCIA DE MICROCOMPUTADOR, TELEFONE E INTERNET BAHIA, 2016

Microcomputador, telefone e Internet	x 1.000	%
Tem microcomputador	1.640	31,9
Acesso à Internet no microcomputador	1.385	26,9
Acesso à Internet no telefone celular	2.557	49,8

Continua

Continuação

Tabela 17		
DOMICÍLIOS POR EXISTÊNCIA DE MICROCOMPUTADOR, TELEFONE E INTERNET BAHIA, 2016		
Microcomputador, telefone e Internet	x 1.000	%
Acesso à Internet no tablet	424	8,3
Acesso à Internet na televisão	252	4,9
Telefone fixo convencional	940	18,3
Telefone móvel celular	4.496	87,5

Fonte: IBGE - PNAD Contínua. Sistematização da SEI.

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Governo da Bahia manteve volume expressivo de investimentos, com recursos majoritariamente próprios, graças ao equilíbrio fiscal que vem sendo preservado com muito esforço, encerrando o ano com um balanço positivo, a despeito da crise econômica.

Pautado em estratégias para o desenvolvimento socioeconômico sustentável, o orçamento para investimentos públicos da Bahia somou R\$ 1,96 bilhão realizado até outubro de 2017, com base nos dados da Secretaria da Fazenda. Do total aplicado no ano, R\$ 1,88 bilhão (95,9%) foi de recursos provenientes do Tesouro estadual.

O governo assegurou a continuidade de obras estruturantes, com investimentos na capital e no interior, destacando-se a diversificação e integração da matriz de transportes, com ênfase nos modais rodoviário, aeroviário e ferroviário, e a mobilidade na Região Metropolitana de Salva-

dor focada no sistema metroviário e na implantação de corredores estruturantes; a ampliação da cobertura dos serviços integrados de esgotamento sanitário e a inovação da gestão estadual do saneamento básico; e o fortalecimento e regionalização do sistema de saúde e a ampliação da infraestrutura hospitalar, entre outras ações.

O pano de fundo para esses investimentos esteve na continuidade do crescimento global e na leve recuperação nos indicadores econômicos do País, conforme visto, que propiciaram a retomada do crescimento econômico baiano, com taxa bastante tímida ainda.

A análise da conjuntura macroeconômica evidenciou um cenário um pouco mais favorável no que se refere às questões socioeconômicas e seus desdobramentos para o País e para a Bahia em 2017. As expectativas para a economia brasileira são de o PIB atingir crescimento de 0,7% em 2017 e 2,6% em 2018.

Ressalta-se que a retomada do crescimento da economia brasileira depende muito da questão fiscal e da percepção de risco em relação à sustentabilidade das contas públicas.

As expectativas para a economia brasileira são de o PIB atingir crescimento de 0,7% em 2017 e 2,6% em 2018.

Tendo em vista o forte crescimento da atividade agropecuária em 2017, a contribuição do setor para o próximo ano deverá manter-se positiva, mas com taxa menos expressiva.

As primeiras estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) apontam para uma taxa de crescimento da produção baiana na margem, podendo chegar a 2,7% em relação à safra de 2017, algo em torno de 8,6 milhões de toneladas de grãos. Pelas características da própria atividade, o comportamento do clima, no tocante às temperaturas e à regularidade na distribuição das chuvas, será determinante para o desempenho da agropecuária.

Na Indústria, a atividade apresentará resultados positivos, condicionada à elevada capacidade ociosa, aos baixos estoques, à demanda interna e externa aquecida e aos juros mais baixos. Mas o crescimento do setor ainda deverá ser suave, apesar da baixa base de comparação, pois a Construção Civil e a Extrativa Mineral ainda exibem desempenho aquém da Indústria de Transformação.

O principal fator a compensar esse cenário está na atração de investimentos, que poderá influenciar o desempenho de setores importantes para a indústria baiana, a exemplo do setor de energia, alimentos, petroquímica, entre outros. Para o orçamento de 2018, estão previstos investimentos de R\$ 3,5 bilhões, considerando-se todas as fontes de recursos.

As perspectivas para o setor de serviços e comércio estão pautadas pela retomada da produção industrial, associadas à manutenção da inflação e de taxa de juros mais baixas, aumento do crédito e aumento do poder aquisitivo. O aumento da ocupação deverá proporcionar ganhos reais de massa salarial impulsionando o consumo. Há expectativas de que a retração da taxa de juros favoreça a financiamento para aquisição de bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos.

Nesse contexto, a taxa de crescimento da economia baiana tende a se aproximar da média nacional em 2018. Espera-se que um ambiente político menos conturbado e a maior confiança dos agentes econômico estimulem os investimentos do setor privado, sobretudo em infraestrutura (portos, aeroportos, ferrovias e rodovias), com intuito de alavancar o crescimento da economia baiana nos próximos anos, assegurando, assim, ganhos sociais fundamentais para mitigar os efeitos da crise sobre a população baiana.

As perspectivas elaboradas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) indicam para a economia baiana, a partir de 2018, a retomada na produção, nas vendas internas e externas, na geração de empregos e nas receitas tributárias, com crescimento mais robusto do que o observado em 2017, com todos os setores de atividade, em 2018, contribuindo para o aumento do PIB.



4. GESTÃO FINANCEIRA

Um dos objetivos globais da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia é equilibrar as contas públicas, gerando recursos para fazer face às despesas de custeio e aos investimentos, visando a melhoria na qualidade do gasto público do Estado e, dentro deste contexto, o resultado apresentado referente ao exercício de 2017, demonstra que o Estado vem mantendo o equilíbrio fiscal, cumprindo os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e atendendo às metas estabelecidas no Programa de Ajuste Fiscal.

O Portal Transparência Bahia é um instrumento de consulta e acompanhamento *on-line* das ações governamentais e da aplicação dos recursos públicos. No portal, estão disponíveis informações da receita e da despesa, dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, incluindo os gastos com educação e saúde, e os pagamentos feitos aos fornecedores e prestadores de serviço. O cidadão pode acessá-lo através do portal www.sefaz.ba.gov.br e nos sites das secretarias, demais órgãos e entidades da administração pública estadual.

Dentro do portal é disponibilizado ainda, o módulo “Convênios”, com a legislação pertinente e informações sobre a situação dos convênios / convenientes (adimplência ou inadimplência das Prefeituras e Organizações Não Governamentais - ONGs).

4.1 RECEITAS PÚBLICAS

As receitas realizadas em 2017, nelas compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 45,23 bilhões, alcançando 95,36% da previsão anual. Comparando os resultados apurados com o exercício de 2016, observa-se um crescimento nominal na ordem de 7,56%, conforme se observa na Tabela 1.

... o Estado vem mantendo o equilíbrio fiscal, cumprindo os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e atendendo às metas estabelecidas no Programa de Ajuste Fiscal.

Tabela 1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA BAHIA, 2014-2017							
Receitas	Previsão atualizada	Realizado (Em R\$ 1.000,00)				Realização %	Variação % 2017/2016
		2017	2016	2015	2014		
Receitas Correntes	43.282.227	43.138.685	40.200.250	37.657.504	35.283.622	99,67	7,31
Receita Tributária	21.596.712	21.982.528	20.501.902	19.630.984	17.625.956	101,79	7,22
<i>ICMS</i>	17.514.202	17.751.045	16.421.373	15.636.440	14.824.193	101,35	8,10
<i>Outras Tributárias</i>	4.082.509	4.231.483	4.080.528	3.994.544	2.801.763	103,65	3,70
Receita de Contribuições	2.390.993	2.624.594	2.605.276	2.232.630	2.000.960	109,77	0,74
Receita Patrimonial	846.540	774.485	826.945	979.432	1.545.962	91,49	-6,34
Receita Agropecuária	798	7	239	394	483	0,85	-97,17
Receita Industrial	237	490	266	-	-	206,95	-
Receita de Serviços	200.721	182.161	158.248	150.478	145.111	90,75	15,11
Transferências Correntes	11.942.133	11.682.654	11.704.595	10.874.906	10.795.818	97,83	-0,19
<i>FPE</i>	6.420.173	6.232.923	6.485.613	5.741.614	5.457.892	97,08	-3,90
<i>Outras Transferências</i>	5.521.960	5.449.732	5.218.981	5.133.292	5.337.926	98,69	4,42
Outras Receitas Correntes	1.686.646	1.325.399	1.133.125	918.137	764.202	78,58	16,97
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	4.617.447	4.566.365	3.269.655	2.870.542	2.405.132	98,89	39,66
Receitas de Capital	4.141.771	2.086.926	1.845.557	1.555.666	2.654.209	50,39	13,08
Operações de Crédito	2.390.601	1.156.475	907.500	1.015.196	1.422.046	48,38	27,44
Operações de Crédito Internas	1.594.981	837.785	726.405	937.130	465.102	52,53	15,33
Operações de Crédito Externas	795.620	318.690	181.095	78.066	956.944	40,06	75,98
Alienação de Bens	12.986	22.869	10.865	18.416	17.042	176,10	110,48
Amortização de Empréstimos	151.938	192.386	168.959	168.821	182.397	126,62	13,87
Transferências de Capital	1.586.246	715.196	758.233	353.233	1.032.725	45,09	-5,68
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Total	47.423.998	45.225.611	42.045.807	39.213.170	37.937.831	95,36	7,56

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

4.2 RECEITAS CORRENTES

Correspondem às receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, legais e outras. Em 2017, foram arrecadadas nesta categoria R\$ 43,14 bilhões, representando uma realização de 99,67% das receitas correntes previstas no ano e um crescimento nominal de 7,31% em relação a 2016. O Gráfico 1 traz a composição das Receitas Correntes.

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, representam 50,96% destas e totalizaram R\$ 21,98 bilhões em 2017, sendo

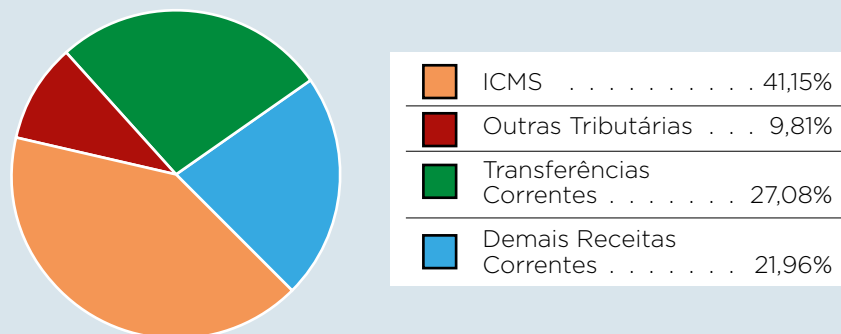
que a arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Comunicação de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS representou 41,15% do total das receitas correntes.

4.3 ARRECADAÇÃO DO ICMS

As receitas provenientes do ICMS, que equivalem a 80,75% da receita tributária, apresentaram arrecadação de R\$ 17,75 bilhões em 2017, conforme demonstrado no Gráfico 2. Este montante representa um crescimento nominal de 8,10% em comparação com 2016.

Gráfico 1

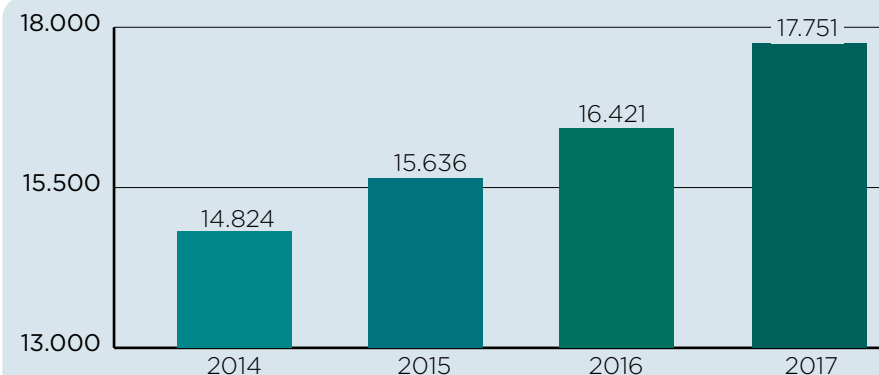
COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES BAHIA, 2017



Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

Gráfico 2

EVOLUÇÃO DO ICMS - VALORES NOMINAIS (EM R\$ MILHÕES) BAHIA, 2014-2017



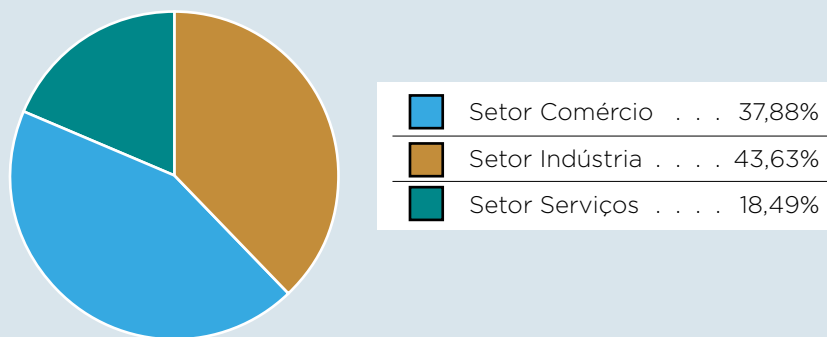
Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

Nota: No gráfico 2, os valores realizados de ICMS, do período 2014-2017, estão informados com as respectivas deduções das Contas retificadoras de receitas (restituições, FUNDEB), uniformizando o quadro comparativo desta conta, considerando que este procedimento foi tornou-se obrigatório a partir de 2014 pela Secretaria do Tesouro Nacional

O ICMS incide sobre operações realizadas por empresas que atuam em diversos segmentos de mercado. O Gráfico 3 demonstra a participação percentual dos três grandes setores econômicos na arrecadação total desse imposto.

Gráfico 3

ARRECADAÇÃO DO ICMS POR SETOR ECONÔMICO BAHIA, 2017



Fonte: PGM/SEFAZ/COPAF

No exercício de 2017, ocorreu um crescimento no setor de comércio (+10,50%), serviços (+9,53%) e indústria (+2,51%), os quais contribuíram para um melhor desempenho da arrecadação do ICMS, em relação a 2016. No setor de indústria, o segmento Petróleo, apresentou uma variação nominal positiva de 10,25%. No setor de comércio, o segmento varejista obteve variação nominal positiva de 7,71% e o setor atacadista

No exercício de 2017, ocorreu um crescimento no setor de comércio (+10,50%), serviços (+9,53%) e indústria (+2,51%)...

apresentou uma variação nominal positiva de 12,02%, se comparados ao mesmo período do ano anterior.

4.4 ARRECADAÇÃO DO IPVA

O IPVA apresentou, no ano de 2017, uma variação nominal positiva de 7,23% quando comparado com o realizado de 2016, sendo arrecadados R\$ 1,00 bilhão.

4.5 RECEITAS DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS - FPE

As Transferências Correntes representam 27,08% das Receitas Correntes realizadas e são compostas pelas transferências constitucionais e legais da União, destacando-se o FPE que participa com 53,35% do total realizado de transferências e apresentou em 2017 uma variação nominal negativa de (3,90%) em relação a 2016, atingindo o montante de R\$ 6,23 bilhões. O Gráfico 4 apresenta a evolução do FPE nos últimos quatro anos.

Gráfico 4

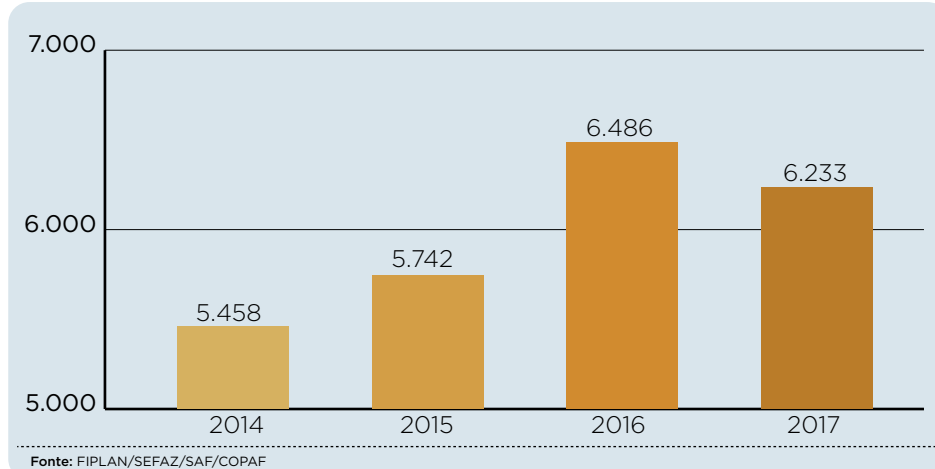
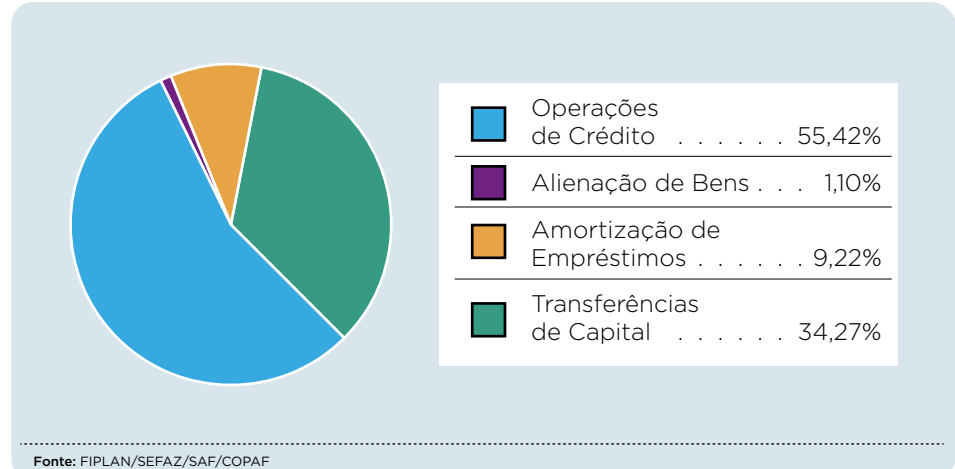
EVOLUÇÃO DO FPE - VALORES NOMINAIS (EM R\$ MILHÕES)
BAHIA, 2017

Gráfico 5

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL
BAHIA, 2017

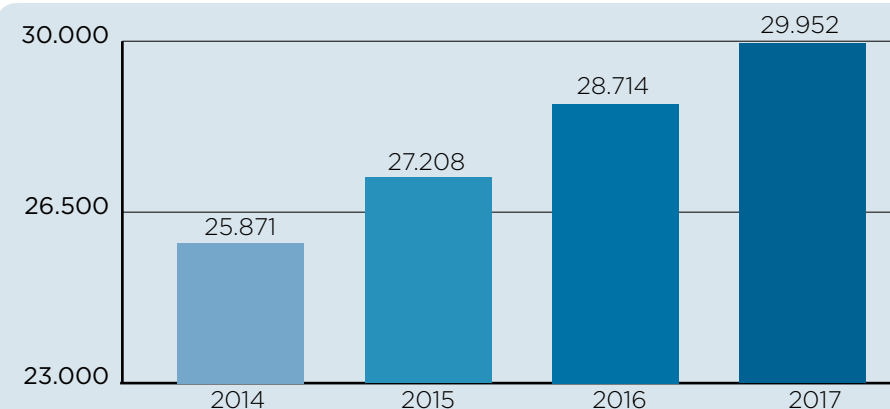
4.6 RECEITAS DE CAPITAL

As Receitas de Capital totalizaram em 2017, R\$ 2,09 bilhões e referem-se aos ingressos de Operações de Crédito para aplicação nos programas de investimentos governamentais (R\$ 1,16 bilhões), de Aliações de Bens (R\$ 22,87 milhões), as Amortizações de Empréstimos (R\$ 192,39 milhões) e Transferências de Capital (R\$ 715,20 milhões). Foi realizada nessa rubrica 50,39 % da previsão anual. A composição das Receitas de Capital está apresentada no Gráfico 5.

4.7 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL

A Receita Corrente Líquida - RCL é um parâmetro previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, e é sobre esse parâmetro que se calculam os limites das despesas com pessoal e dívida pública. Em 2017, conforme Gráfico 6, essa receita apresentou um crescimento da ordem de 4,31% em relação a 2016, representando um montante de R\$ 29,95 bilhões.

Gráfico 6

EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (EM R\$ MILHÕES)
BAHIA, 2014-2017

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

4.8 COMPORTAMENTO DAS DESPESAS PÚBLICAS

A Despesa Total do Estado da Bahia prevista para o exercício de 2017 foi de R\$ 50,69 bilhões, apresentando um valor realizado de R\$ 45,57 bilhões, o que representa uma realização de 89,90% e um crescimento de 6,57% quando comparado ao ano anterior.

Para o Poder Executivo, a despesa total prevista no exercício foi de R\$ 46,10 bilhões, tendo apresentado um valor realizado de R\$ 41,14 bilhões, o que representa uma realização de 89,23%. Desse total, as despesas Correntes totalizaram R\$ 37,58 bilhões e as Despesas de Capital, R\$ 3,56 bilhões.

Tabela 2

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA
BAHIA, 2014-2017

Despesas	Dotação atualizada	Realizado (Em R\$ 1.000,00)				Realização %	Variação % 2017/2016
		2017	2016	2015	2014		
Despesas Correntes	43.532.031	41.921.693	38.481.711	35.907.395	32.676.847	96,30	8,94
Pessoal e Encargos Sociais	23.132.582	22.467.612	21.687.895	20.431.063	17.893.409	97,13	3,60
Juros e Encargos da Dívida	608.408	608.406	556.602	633.857	543.166	100,00	9,31
Outras Despesas Correntes	19.791.041	18.845.674	16.237.214	14.842.474	14.240.272	95,22	16,06
Transf. Const. aos Municípios	5.798.977	5.780.433	5.356.068	5.147.555	4.814.879	99,68	7,92
Demais Despesas Correntes	13.992.064	13.065.242	10.881.146	9.694.920	9.425.393	93,38	20,07
Despesas de Capital	7.156.361	3.648.467	4.280.406	3.528.084	3.637.598	50,98	-14,76
Investimentos	6.025.254	2.607.418	3.241.531	2.292.138	2.540.216	43,27	-19,56
Inversões Financeiras	418.271	328.656	250.438	281.031	300.195	0,00	31,23
Amortização da Dívida	712.837	712.392	788.437	954.915	797.187	99,94	-9,65
Reservas de Contingência	-	-	-	-	-	-	-
Total das Despesas	50.688.393	45.570.160	42.762.117	39.435.478	36.314.445	89,90	6,57

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

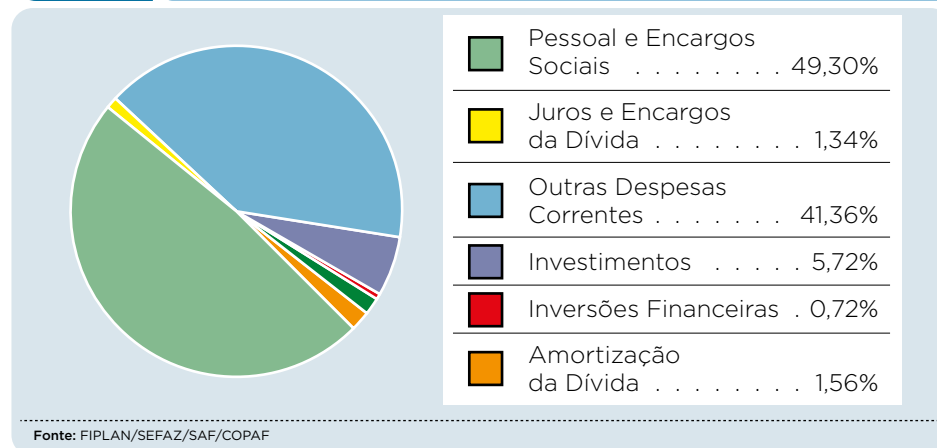
As Despesas Correntes são compostas pelos gastos de caráter permanente e continuados da atividade governamental. No exercício em análise, as despesas correntes atingiram o montante de R\$ 41,92 bilhões representando 91,99% do total gasto pelo Estado, com realização de 96,30% da dotação atualizada.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 22,46 bilhões, os Juros e Encargos da Dívida totalizaram R\$ 608,41 milhões e as Outras Despesas Correntes com um total realizado de R\$ 18,85 bilhões.

As Despesas de Capital totalizaram R\$ 3,65 bilhões com uma realização de 50,98% do valor orçado no ano. Essa categoria é representada pelos Investimentos com valor de R\$ 2,61 bilhões, seguida da Amortização da Dívida e Inversões Financeiras com R\$ 712,39 milhões e R\$ 328,66 milhões, respectivamente. O Gráfico 7 demonstra a composição das despesas em 2017.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais representam as mais significativas no conjunto das despesas, e se mantiveram em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, abaixo do limite prudencial permitido pela LRF...

Gráfico 7

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS
BAHIA, 2017

4.9 PESSOAL E ENCARGOS

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais representam as mais significativas no conjunto das despesas, e se mantiveram em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, abaixo do limite prudencial permitido pela LRF, conforme evidencia a Tabela 3.

Tabela 3

DESPESAS DE PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
BAHIA, 2014-2017

Poder	% Limite prudencial	% Limite máximo	% Despesa de Pessoal Realizada/RCL			
			2017	2016	2015	2014
Executivo e Defensoria	46,17	48,60	43,58	46,32	47,61	45,48

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF
RCL Ajustada 2017 = R\$ 29.948.470 mil

4.10 APLICAÇÕES DE RECURSOS EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, aquelas relativas à remuneração do magistério, a manutenção e desenvolvimento do ensino de educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

A Tabela 4 demonstra que do total da Receita Líquida sobre Impostos e Transferências Constitucionais, o Governo do Estado aplicou em 2017, um total de R\$ 6,97 bilhões nas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondendo a 26,76% destas receitas, significando o cumprimento do limite legal de 25%.

Tabela 4	APLICAÇÃO DE RECURSOS EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BAHIA, 2014-2017				
Descrição	Realizado (Em R\$ 1.000,00)				Limite Constitucional
	2017	2016	2015	2014	
Receita Líquida de Impostos	26.042.458	25.212.835	23.715.743	21.459.306	
Total da Despesa Aplicada para fins de Limite Constitucional	6.968.468	6.570.136	6.630.691	5.929.151	
% Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	26,76%	26,06%	27,96%	27,63%	25,00%

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

4.11 APLICAÇÕES DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, custeio ou investimentos, financiadas pelo Governo do Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

Os gastos com saúde totalizaram R\$ 3,48 bilhões, em 2017, correspondendo a 13,35% da Receita Líquida de Impostos e Transferências, cumprindo o limite de 12% estabelecido pela Lei Complementar 141/2012. A Tabela 5 apresenta a aplicação de recursos em ações e serviços de saúde nos últimos quatro anos.

Tabela 5	APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE BAHIA, 2014-2017				
Descrição	Realizado (Em R\$ 1.000,00)				Limite Constitucional
	2017	2016	2015	2014	
Receita Líquida de Impostos	26.042.458	25.212.835	23.715.743	21.459.306	
Total das Despesas Próprias com Saúde	3.476.466	3.149.567	3.010.066	2.851.554	
% Aplicado nas Despesas Próprias com Saúde	13,35%	12,49%	12,69%	13,29%	12,00%

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

4.12 DÍVIDA PÚBLICA

Tabela 6	RELAÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA/RCL BAHIA, 2014-2017	
	ANO	DÍVIDA / RCL
	2014	0,44
	2015	0,59
	2016	0,56
	2017	0,58

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

Com o objetivo de manter o equilíbrio das contas públicas, o Governo da Bahia vem conservando o nível de endividamento estadual dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Conforme Tabela 6, a relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL, e a Receita Corrente Líquida – RCL correspondeu a 0,58 no exercício de 2017, bem inferior ao limite fixado pelo Senado Federal de 2 vezes a RCL.

Conforme observado na Tabela 7, entre 2009 e 2014 temos como tendências o alongamento do prazo médio de vencimento e a redução da taxa de juros média da dívida pública, o que configura uma melhora no perfil de endividamento ao longo dos anos avaliados. Estas tendências, explicadas principalmente pelo desembolso de recursos de operações de crédito externas, contratadas em expressivo volume no período 2012- 2014, com longos prazos de resgate e a taxas de juros declinantes, apresentaram uma reversão a partir do ano de 2017, em razão da redução das contratações e dos desembolsos destas mesmas operações de crédito externas, cujas taxas de juros também entraram em elevação a partir do final do ano de 2014.

Tabela 7	EVOLUÇÃO ANUAL DE PRAZOS E TAXAS DE JUROS MÉDIOS BAHIA, 2014-2017								
Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
DÍVIDA EXTERNA									
Prazo Médio	12,85	12,47	12,18	17,18	18,86	20,14	19,67	19,23	18,86
Juros Médios	2,68%	2,32%	2,26%	1,58%	1,36%	1,21%	1,48%	1,09%	4,31%
DÍVIDA INTERNA									
Prazo Médio	12,77	12,43	12,29	12,15	13,40	13,15	13,31	13,80	12,98
Juros Médios	5,66%	5,81%	5,85%	5,84%	5,75%	5,77%	5,89%	5,97%	6,07%
DÍVIDA TOTAL									
Prazo Médio	12,79	12,44	12,27	13,80	15,65	16,42	16,59	16,33	15,56
Juros Médios	5,03%	5,11%	5,09%	4,45%	3,94%	3,64%	3,62%	3,68%	5,30%

Fonte: SEFAZ/SAF/DEPAT/GEPUB(Sistema da Dívida Pública (SPD))

4.13 RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário demonstra a capacidade do Estado em honrar o pagamento do serviço da sua dívida. A Tabela 8 demonstra que,

no exercício de 2017, a Bahia obteve o resultado primário negativo de (R\$ 843,06 milhões), superior à meta estabelecida na LDO/LOA no valor negativo de (R\$ 2,42 bilhões).

Tabela 8 RESULTADO PRIMÁRIO BAHIA, 2014-2017				
Receitas Fiscais	Receitas Realizadas (Em R\$ 1.000,00)			
	2017	2016	2015	2014
Receitas Fiscais Correntes	42.553.848	39.448.023	36.743.194	34.831.619
Receitas Fiscais de Capital	715.196	758.233	353.233	1.032.725
Receitas Fiscais	43.269.044	40.206.256	37.096.427	35.864.344
Despesas Fiscais	Despesas Liquidadas (Em R\$ 1.000,00)			
	2017	2016	2015	2014
Despesas Fiscais Correntes	41.313.287	37.925.109	35.273.538	32.133.681
Despesas Fiscais de Capital	2.798.816	3.398.985	2.393.376	2.602.800
Reserva de Contingência	-	-	-	-
Despesas Fiscais	44.112.103	41.324.094	37.666.914	34.736.481
Resultado Primário	(843.059)	(1.117.839)	(570.487)	1.127.862

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF
LDO/LOA - Meta do Resultado Primário para o ano de 2017 = R\$ (2.418.604) mil



5. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARCIAL DOS PROGRAMAS

5.1 PROCEDIMENTOS DA AVALIAÇÃO

A avaliação é um importante instrumento de gestão, por meio do qual são produzidas informações, conhecimento e aprendizagem que subsidiam a proposição de intervenções positivas no processo de tomada de decisões. Aplicada à gestão pública, a avaliação dos programas governamentais constitui um processo organizacional, que se estabelece a partir do acompanhamento e monitoramento contínuo e sistemático dos atributos dos programas expressos nas ações realizadas, contribuindo para a melhoria dos processos de planejamento e de alocação dos recursos públicos.

Nessa perspectiva, a avaliação do desempenho parcial dos programas do Plano Plurianual Participativo – PPA-P 2016-2019 tem por objetivo apresentar o estágio de execução dos programas governamentais, por meio dos seus componentes, face aos resultados esperados ao final de 2019. Dos 28 programas do PPA-P, 20 estão sob a responsabilidade do Executivo Estadual, constituindo o objeto da presente avaliação.

Informar à sociedade o ocorrido nos primeiros dois anos de implementação do PPA-P é o propósito da avaliação que também sinaliza, para os gestores públicos, quais componentes (metas e indicadores) dos programas requerem medidas de reforço ou correção, no intento de alcançar os resultados finais esperados.

No exercício de 2016, primeiro ano do PPA-P 2016-2019, o desempenho da execução parcial dos programas do Executivo Estadual foi aferido pela evolução do componente “Indicadores de Programa”, cuja avaliação mostrou-se, todavia, pouco abrangente. Os indicadores, em geral, não refletiam a totalidade dos resultados oriundos da implementação dos respectivos programas, restringindo-se a determinadas ações vinculadas a compromissos isolados, não avaliando o programa como um todo. Na presente avaliação, agregou-se mais um componente dos programas na aferição, qual seja as metas mais representativas para o alcance dos

objetivos do programa, assim definidas pelos respectivos gestores dos órgãos e entidades responsáveis por sua execução, o que representou um esforço no sentido de qualificar e valorizar a peça de planejamento público – o Plano Plurianual.

Pautado, fundamentalmente, na experiência dos gestores dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, o procedimento adotado capturou, de modo sintético, o conhecimento que os responsáveis pela execução das metas dos compromissos dos programas dispõem quanto às condições presentes e perspectivas futuras de implementação das ações (favoráveis ou desfavoráveis), com base nas expectativas orçamentárias, financeiras, organizacionais e institucionais.

Foram realizadas oficinas de trabalho, por programas, com os gestores dos órgãos e entidades do Executivo Estadual, sob a orientação da Secretaria do Planejamento – SEPLANⁱ, em duas etapasⁱⁱ, a saber:

1ª Etapa – Oficinas Preparatórias: apresentação dos procedimentos da avaliação;

i – A unidade da SEPLAN regimentalmente responsável pela avaliação dos programas do PPA é a Superintendência de Monitoramento e Avaliação – SMA, por intermédio da Diretoria de Avaliação – DAV.

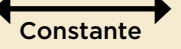
ii – A primeira etapa (Oficinas Preparatórias) ocorreu no período de 17 de julho a 2 de agosto de 2017, com a presença de 540 gestores e técnicos do Executivo Estadual, totalizando de 23 oficinas (para três programas, foi necessário repetir a oficina devido ao não atingimento dos objetivos no primeiro encontro); a segunda (Oficinas de Avaliação), por sua vez, aconteceu no período de 9 de novembro a 7 de dezembro de 2017, com a participação de 635 gestores e técnicos, totalizando 20 oficinas.

2ª Etapa – Oficinas de Avaliação: realização da avaliação de desempenho parcial dos programas, considerando os dados referentes à execução das metas nos exercícios de 2016 e 2017, registrados no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças – Fiplan até 7 de novembro de 2017ⁱⁱⁱ, data de extração, para fins de avaliação, com data de corte de 30 de setembro, que corresponde ao período da segunda apuração do monitoramento das metas.

Os procedimentos para a avaliação da execução parcial dos programas, a partir de informações oriundas dos órgãos e entidades responsáveis pela execução das metas e do processo de monitoramento, são:

- a) Verificação da evolução dos indicadores dos programas, com data de corte de 31 de outubro de 2017, em conformidade com as respectivas polaridades, ou seja, se a polaridade for positiva, o valor assumido pelo indicador deverá ser crescente ao longo do quadriênio e, se a polaridade for negativa, esse valor deverá ser decrescente, conforme representado na Figura 1:

iii – Justifica-se a data de extração dos dados precedente ao término do exercício em função da necessidade de atender, tempestivamente, ao prazo legal de entrega do Relatório de Execução do PPA Participativo 2016-2019, em conformidade com a Lei nº 13.468 de 29 de dezembro de 2015.

Figura 1	SENTIDO DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES EM FUNÇÃO DA POLARIDADE BAHIA, 2017		
Indicador	Polaridade	Sentido	Evolução
	+	 Crescente	Positiva
		A  A Constante	Nula
		 Decrescente	Negativa
	-	 Crescente	Negativa
		A  A Constante	Nula
		 Decrescente	Positiva

b) seleção, pelos gestores responsáveis pela execução, das metas mais representativas do Programa a serem avaliadas, cujo critério de representatividade levou em consideração os resultados que o programa visa alcançar ao final do quadriênio, utilizando, para isto, dois filtros consecutivos, conforme Figura 2:

Figura 2	CRITÉRIO DE SELEÇÃO DAS METAS REPRESENTATIVAS BAHIA, 2017
1º Filtro	Seleção das metas mais representativas dos resultados esperados de cada compromisso
2º Filtro	Seleção das metas mais representativas dos resultados do Programa como um todo
Fonte: Elaboração Diretoria de Avaliação – DAV (SMA/Fiplan)	

c) cálculo do percentual de execução física de cada meta selecionada, considerando o valor a ser alcançado em 2019, último ano do quadriênio do PPA;

d) qualificação da execução física de cada meta de acordo com a graduação a seguir, conforme Quadro 1:

Quadro 1	QUALIFICAÇÃO DA EXECUÇÃO FÍSICA DA META BAHIA, 2017
Grau	Situação
0	Quando a execução física da meta estiver programada para exercícios posteriores, não sendo exigíveis resultados
1	Quando a execução física da meta se encontrar em patamar menor do que o programado para o quadriênio ou para o exercício (quando a meta for contabilizada anualmente)
2	Quando a execução física da meta se encontrar conforme o programado para o quadriênio ou para o exercício (quando a meta for contabilizada anualmente)
3	Quando a execução física da meta se encontrar em patamar igual ou maior (neste último caso, quando desejável) do que o programado para o quadriênio ou para o exercício (quando a meta for contabilizada anualmente)

Fonte: Elaboração Diretoria de Avaliação – DAV (SMA/Fiplan)

e) atribuição de um conceito prospectivo de desempenho à execução parcial da meta, que se expressa por um juízo de possibilidade de atingimento do valor projetado para 2019, em face da situação atual de implementação e das perspectivas conjecturadas pelo gestor, conforme Quadro 2:

Quadro 2 CONCEITO PROSPECTIVO DE DESEMPENHO BAHIA, 2017	
Grau	Situação
Alta Possibilidade (AP)	Quando é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida
Média Possibilidade (MP)	Quando não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida
Baixa Possibilidade (BP)	Quando a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida

Fonte: Elaboração Diretoria de Avaliação – DAV (SMA/Fiplan)

Com relação à verificação dos indicadores dos programas, considerando a data de corte definida na avaliação anual, os valores registrados para 2017 são preliminares e, em alguns casos, parciais, razão pela qual os números consolidados serão apresentados quando da avaliação dos programas no exercício de 2018. Nessa perspectiva, conforme previsto na avaliação referente ao exercício de 2016, procedeu-se à consolidação dos respectivos valores para este exercício.

Adicionalmente, buscando proporcionar uma visão à luz do orçamento atual, buscou-se verificar o desempenho das metas avaliadas dos programas em termos da execução orçamentário-financeira para o período, com base no comparativo entre o valor liquidado das despesas e o valor orçado atual.

5.2 DESEMPENHO DOS PROGRAMAS

Os 20 programas do Executivo Estadual possuem, em conjunto, 100 indicadores^{iv}, dos quais 81 apresentaram dados válidos para a avaliação e, por conseguinte, aptos à verificação da evolução. Os demais (não validados para a avaliação) foram enquadrados nas seguintes situações:

- indicadores com dados não informados pela fonte responsável e, portanto, desconhecidos – nove;
- indicadores com dados inexistentes (provenientes de pesquisas com resultados não divulgados até 31 de outubro de 2017^v) – oito;
- indicadores sem correspondência a quaisquer compromissos de programas do PPA 2016-2019 – um;

^{iv} – Um mesmo indicador é utilizado para dois programas (Programas 206 – Desenvolvimento Rural Sustentável e 216 – Vida Melhor), desse modo, foi computado apenas uma vez, totalizando 100 indicadores.

^v – Data de corte para apuração dos valores dos indicadores, para fins de avaliação.

d) indicadores com dados do ano de referência e de aferição não comparáveis, seja por possuírem fórmula de cálculo incompatível com o critério de aferição da evolução, seja por terem sido consideradas variáveis diferentes nos cálculos dos valores para o ano de referência e para o ano de aferição – um.

O Quadro 3 apresenta o resumo geral, por programa, da evolução dos indicadores. Dos 81 indicadores com dados válidos, considerando as respectivas polaridades, 48 (ou 59,26%) obtiveram evolução positiva; 12 (ou 14,81%) apresentaram evolução nula; e 21 (25,93%) tiveram evolução negativa.

Quadro 3 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR PROGRAMA BAHIA, 2014-2017					
Programa	Indicadores				
	Total	Válidos ⁽¹⁾	Evolução ⁽²⁾		
			Positiva	Nula	Negativa
200 - Saúde Mais Perto de Você	5	5	2	0	3
201 - Ciência, Tecnologia e Inovação Para o Desenvolvimento	4	1	1	0	0
202 - Cultura e Identidades	4	3	1	0	2
203 - Desenvolvimento Produtivo	5	4	2	1	1
204 - Infraestrutura Para o Desenvolvimento	4	3	3	0	0
205 - Pacto Pela Vida	6	6	3	0	3
206 - Desenvolvimento Rural	4	3	1	0	2
207 - Meio Ambiente Sustentável	10	6	5	0	1
208 - Bahia Trabalho Decente	3	3	2	1	0
209 - Desenvolvimento Urbano	4	4	2	2	0
210 - Turismo	5	5	2	2	1
211 - Mulher Cidadã	4	3	2	0	1
212 - Educar Para Transformar	7	7	4	0	3
213 - Água Para Todos	7	2	1	1	0
214 - Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais	6	6	3	3	0
215 - Cidadania e Direitos	4	4	1	0	3
216 - Vida Melhor	5	3	2	0	1
217 - Esporte e Lazer	5	5	5	0	0
218 - Gestão Participativa	6	6	3	2	1
219 - Primeiro Emprego	3	3	3	0	0
Total⁽³⁾	100	81	48	12	21

Fonte: Fiplan/SEFAZ/SAF/COPAF

⁽¹⁾Indicadores com dados válidos para avaliação.

⁽²⁾Evolução em relação ao ano anterior (2016)

⁽³⁾Um mesmo indicador é utilizado para dois Programas (206 – Desenvolvimento Rural Sustentável e 216 – Vida Melhor), de modo que foi computado apenas uma vez no total de indicadores, bem como nos valores totais de indicadores com dados válidos para a avaliação e com evolução negativa.

O Quadro 4 sintetiza, por programa, o desempenho das metas avaliadas. Do total de 987 metas para o conjunto dos programas, 467 metas (47%) foram selecionadas como as mais representativas dos principais resultados projetados para os programas ao final do PPA-P 2016-2019, das quais 408 (41%) foram apropriadas na avaliação da execução parcial. Essa diferença entre o montante das metas selecionadas e apropriadas na avaliação jus-

tifica-se pela indispensável presença dos gestores dos órgãos e entidades responsáveis pela sua execução, durante a Oficina de Avaliação.

Considerando a execução parcial das metas representativas dos programas e a atribuição de conceito prospectivo de desempenho em termos do juízo de possibilidade de alcançar os resultados previstos projetados

Quadro 4	DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS BAHIA, 2014-2017								
Programa	Total de Metas	Metas Selecionadas	Metas Avaliadas ⁽¹⁾						
			Total	Conceito (AP)		Conceito (MP)		Conceito (BP)	
				n	%	n	%	n	%
200 - Saúde Mais Perto de Você	71	29	28	19	67,86	6	21,43	3	10,71
201 - Ciência, Tecnologia e Inovação Para o Desenvolvimento	47	16	16	9	56,25	4	25,00	3	18,75
202 - Cultura e Identidades	39	10	7	4	57,14	2	28,57	1	14,29
203 - Desenvolvimento Produtivo	88	30	28	17	60,71	7	25,00	4	14,29
204 - Infraestrutura Para o Desenvolvimento	48	16	16	9	56,25	4	25,00	3	18,75
205 - Pacto Pela Vida	55	36	24	16	66,67	3	12,50	5	20,83
206 - Desenvolvimento Rural	46	21	19	6	31,58	8	42,11	5	26,32
207 - Meio Ambiente Sustentável	44	25	13	2	15,38	3	23,08	8	61,54
208 - Bahia Trabalho Decente	19	12	12	5	41,67	1	8,33	6	50,00
209 - Desenvolvimento Urbano	45	24	24	13	54,17	5	20,83	6	25,00
210 - Turismo	20	12	12	11	91,67	1	8,33	0	0,00
211 - Mulher Cidadã	18	13	12	2	16,67	4	33,33	6	50,00
212 - Educar Para Transformar	106	43	42	26	61,90	5	11,90	11	26,19
213 - Água Para Todos	56	24	23	10	43,48	5	21,74	8	34,78
214 - Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais	29	16	16	10	62,50	1	6,25	5	31,25
215 - Cidadania e Direitos	79	50	32	20	62,50	6	18,75	6	18,75
216 - Vida Melhor	35	17	16	7	43,75	3	18,75	6	37,50
217 - Esporte e Lazer	14	12	11	9	81,82	0	0,00	2	18,18
218 - Gestão Participativa	115	54	50	39	78,00	4	8,00	7	14,00
219 - Primeiro Emprego	13	7	7	5	71,43	2	28,57	0	0,00
Total	987	467	408	239	58,58	74	18,14	95	39,75

Fonte: Fiplan/SEFAZ/SAF/COPAF

⁽¹⁾ Corresponde às metas selecionadas pelos gestores responsáveis por sua execução como mais representativas dos principais resultados do Programa, sendo atribuído o conceito prospectivo de desempenho em termos de possibilidade de atingimento dos resultados projetados para 2019 – AP (Alta Possibilidade), MP (Média Possibilidade) e BP (Baixa Possibilidade).

para o final do PPA-P 2016-2019, ressalta-se não ser intenção da presente avaliação estabelecer um desempenho comparativo entre os programas.

Do total de metas avaliadas, observa-se que:

- 239 metas (58,58%) registraram o conceito prospectivo de desempenho de Alta Possibilidade (AP) de atingimento do valor projetado para 2019;
- 74 metas (18,13%) apresentaram o conceito prospectivo de desempenho de Média Possibilidade (MP) de atingimento do valor previsto até 2019; e
- 95 metas (23,28%) mostraram o conceito prospectivo de desempenho de Baixa Possibilidade (BP) de atingimento dos valores projetados para 2019, ou seja, as metas provavelmente não serão alcançadas, expressando as incertezas relacionadas ao contexto de implementação das políticas públicas, decorrentes de limitações na relação com o Governo Federal e nas restrições financeiras e institucionais, particularmente, nos programas com grande dependência da cooperação dos demais entes federativos.

Com relação aos 20 programas avaliados, ressaltando-se o atual contexto de implementação e as expectativas futuras, tem-se que:

- dez programas registraram mais de 60% das metas avaliadas com desempenho AP, com Alta Possibilidade de alcançar os valores projetados para o final do PPA 2016-2019 – os Programas 210 (91,67 das

metas); 217 (81,82% das metas), 218 (78,00% das metas), 219 (71,43% das metas), 200 (67,86% das metas), 205 (66,67% das metas), 215 (62,50% das metas), 214 (62,50% das metas), 212 (61,90% das metas) e 203 (60,71% das metas);

- quatro apresentaram entre 50 e 59% das metas avaliadas com desempenho AP, com Alta Possibilidade de atingir os números previstos para 2019 – os Programas 202 (57,14% das metas), 201 (56,25% das metas), 204 (56,25% das metas), e 209 (54,17% das metas); e
- seis tiveram menos de 50% das suas metas avaliadas com desempenho AP, com Alta Possibilidade de alcançar os valores pretendidos para 2019 – os Programas 216 (43,75% das metas), 213 (43,48% das metas), 208 (41,67% das metas), 206 (31,58% das metas), 211 (16,67% das metas) e 207 (15,38% das metas).

Sob a perspectiva do orçamento, com base na metodologia desenvolvida pela Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP, o desempenho dos programas, em termos do grau de execução orçamentário-financeira das metas avaliadas para o período, foi aferido a partir da divisão entre as despesas liquidadas acumuladas e os recursos acumulados, no período 2016-2017. Para o dimensionamento dos recursos acumulados, considerou-se a execução do exercício anterior (2016), expressa pela despesa liquidada, e o valor orçado atual do exercício em curso (2017), de modo a contemplar os correspondentes créditos adicionais ou suprimir os valores orçados inicialmente.

A Tabela 1 apresenta a execução orçamentário-financeira do conjunto de metas avaliadas dos programas, ressaltando que os valores referentes a 2017 são parciais, com data de corte de 30 de setembro, e que, habitualmente, nos três meses seguintes (outubro a dezembro) está concentrado um volume representativo de recursos orçamentários executados, de forma que o cenário, ao final do exercício, poderá ser diferente do apresentado naquela data.

Aplicando a métrica da ABOP, visando mensurar o desempenho financeiro do Programa, conforme apresentado no Quadro 5, tem-se que, quanto mais próximo de 100% estiver o grau de execução orçamentário-financeira, melhor o desempenho.

Quadro 5 ÍNDICE DE DESEMPENHO BAHIA, 2017	
Ótimo	> 90
Bom	> 70 ≥ 90
Regular	> 50 ≥ 70
Deficiente	> 30 ≥ 50
Altamente Deficiente	≤ 30

Fonte: Adaptação do Índice ABOP

Tabela 1 DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS BAHIA, 2014-2017		Orçado Inicial Acumulado ⁽¹⁾	Contingenciado Acumulado	Orçado Atual 2016	Liquidado 2016	Orçado Atual 2017 (Até 30/09)	Liquidado 2017	Recursos Acumulados	Liquidado Acumulado	% Execução Orçamentário-Financeira
Programa		R\$ 1.000,00 (A)	R\$ 1.000,00 (B)	R\$ 1.000,00 (C)	R\$ 1.000,00 (D)	R\$ 1.000,00 (E)	R\$ 1.000,00 (F)	R\$ 1.000,00 (G = D + E)	R\$ 1.000,00 (H)	(I = H/G*100)
200 - Saúde Mais Perto de Você	Metas Avaliadas	1.125.945	42.000	672.184	456.728	694.904	312.821	1.151.632	769.549	66,82
	Programa	8.476.196	42.000	4.818.783	4.318.283	4.647.717	3.128.951	8.966.000	7.447.235	83,06
201 - Ciência, Tecnologia e Inovação Para o Desenvolvimento	Metas Avaliadas	258.871	17.450	99.848	58.762	126.196	44.418	184.957	103.180	55,79
	Programa	302.817	24.771	120.832	67.126	145.982	50.129	213.108	117.255	55,33

Continua

Continuação

Tabela 1		DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS BAHIA, 2014-2017								
Programa		Orçado Inicial Acumulado ⁽¹⁾	Contingenciado Acumulado	Orçado Atual 2016	Liquidado 2016	Orçado Atual 2017 (Até 30/09)	Liquidado 2017	Recursos Acumulados	Liquidado Acumulado	% Execução Orçamentário- Financeira
		R\$ 1.000,00 (A)	R\$ 1.000,00 (B)	R\$ 1.000,00 (C)	R\$ 1.000,00 (D)	R\$ 1.000,00 (E)	R\$ 1.000,00 (F)	R\$ 1.000,00 (G = D + E)	R\$ 1.000,00 (H)	(I = H/G*100)
202 - Cultura e Identidades	Metas Avaluadas	1.632	1.300	1.300	52	293	15	345	67	19,40
	Programa	159.830	17.691	149.587	108.621	101.935	32.782	210.556	141.403	67,16
203 - Desenvolvimento Produtivo	Metas Avaluadas	565.201	10.723	334.730	36.457	281.778	10.818	318.234	47.275	14,86
	Programa	1.076.346	23.211	705.569	144.388	457.700	26.793	602.088	171.182	28,43
204 - Infraestrutura Para o Desenvolvimento	Metas Avaluadas	3.619.967	121.306	2.544.309	1.207.690	2.295.408	793.695	3.503.098	2.001.386	57,13
	Programa	4.141.801	267.152	3.218.127	1.516.022	2.779.279	999.276	4.295.300	2.515.297	58,56
205 - Pacto Pela Vida	Metas Avaluadas	7.378.895	12.441	4.226.949	4.104.670	4.400.270	2.663.563	8.504.940	6.768.233	79,58
	Programa	8.186.154	162.597	4.961.099	4.609.606	4.799.264	2.879.974	9.408.871	7.489.581	79,60
206 - Desenvolvimento Rural	Metas Avaluadas	364.115	35.575	153.608	89.192	185.151	71.626	274.343	160.818	58,62
	Programa	749.129	69.327	377.637	199.019	486.040	138.855	685.060	337.874	49,32
207 - Meio Ambiente Sustentável	Metas Avaluadas	91.828	8.267	44.386	17.129	39.945	18.783	57.073	35.911	62,92
	Programa	166.939	21.950	128.456	58.969	100.231	53.216	159.200	112.185	70,47
208 - Bahia Trabalho Decente	Metas Avaluadas	33.681	5.500	25.619	17.352	17.799	7.259	35.150	24.611	70,02
	Programa	37.363	5.500	64.435	18.038	19.933	7.515	37.971	25.553	67,30
209 - Desenvolvimento Urbano	Metas Avaluadas	1.334.767	98.392	1.105.720	606.367	687.480	258.169	1.293.848	864.536	66,82
	Programa	1.382.395	113.900	1.157.680	640.128	718.371	282.144	1.358.498	922.271	67,89
210 - Turismo	Metas Avaluadas	151.996	22.448	90.700	17.599	88.831	42.917	106.430	60.516	56,86
	Programa	176.841	22.448	101.219	25.513	98.834	48.022	124.347	73.535	59,14
211 - Mulher Cidadã	Metas Avaluadas	7.049	3.700	8.417	2.334	4.796	1.994	7.130	4.328	60,70
	Programa	10.254	6.340	11.338	2.443	5.251	2.111	7.694	4.554	59,19

Continua

Continuação

Tabela 1		DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS BAHIA, 2014-2017								
Programa		Orçado Inicial Acumulado ⁽¹⁾	Contingenciado Acumulado	Orçado Atual 2016	Liquidado 2016	Orçado Atual 2017 (Até 30/09)	Liquidado 2017	Recursos Acumulados	Liquidado Acumulado	% Execução Orçamentário- Financeira
		R\$ 1.000,00 (A)	R\$ 1.000,00 (B)	R\$ 1.000,00 (C)	R\$ 1.000,00 (D)	R\$ 1.000,00 (E)	R\$ 1.000,00 (F)	R\$ 1.000,00 (G = D + E)	R\$ 1.000,00 (H)	(I = H/G*100)
212 - Educar Para Transformar	Metas Avaliadas	494.364	475	503.299	182.957	571.685	151.686	754.642	334.643	44,34
	Programa	8.568.050	10.675	5.210.511	4.706.849	4.918.512	3.023.514	9.625.361	7.730.364	80,31
213 - Água Para Todos	Metas Avaliadas	1.692.162	55.477	997.878	325.760	1.284.824	214.641	1.610.584	540.401	33,55
	Programa	1.810.463	68.388	1.096.746	394.072	1.368.046	244.188	1.762.118	638.260	36,22
214 - Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais	Metas Avaliadas	6.345	1.770	6.630	371	15.067	1.047	15.438	1.418	9,18
	Programa	10.660	4.820	13.610	1.306	17.976	1.805	19.282	3.112	16,14
215 - Cidadania e Direitos	Metas Avaliadas	804.809	15.381	445.040	421.426	449.860	291.790	871.286	713.215	81,86
	Programa	845.908	16.331	490.685	439.531	478.914	303.115	918.445	742.646	80,86
216 - Vida Melhor	Metas Avaliadas	255.948	8.700	106.620	87.790	134.017	41.448	221.807	129.238	58,27
	Programa	276.376	19.215	126.218	96.014	145.782	48.194	241.796	144.208	59,64
217 - Esporte e Lazer	Metas Avaliadas	350.151	6.160	193.338	177.002	211.442	129.895	388.443	306.897	79,01
	Programa	366.723	20.160	222.833	186.572	231.563	135.332	418.135	321.904	76,99
218 - Gestão Participativa	Metas Avaliadas	457.774	35.247	230.739	172.748	255.425	130.138	428.173	302.886	70,74
	Programa	1.075.867	46.703	551.834	382.984	648.778	332.315	1.031.763	715.300	69,33
219 - Primeiro Emprego	Metas Avaliadas	40.100	0	0	0	32.410	17.583	32.410	17.583	54,25
	Programa	40.100	0	0	0	32.410	17.583	32.410	17.583	54,25

Fonte: Fiplan, elaboração Diretoria de Avaliação - DAV (SMA/SEPLAN)

⁽¹⁾Valores orçamentários publicados nas Leis Orçamentária Anuais - LOA correspondentes aos exercícios de 2016 e 2017.

- Com relação à execução orçamentário-financeira do conjunto das metas avaliadas, observa-se que:
- cinco programas registraram índice de desempenho BOM: os Programas 215 (81,86%), 205 (79,58%), 217 (79,01%), 218 (70,74%) e 208 (70,02%);
- dez programas apresentaram índice de desempenho REGULAR: os Programas 200 (66,82%), 209 (66,82%), 207 (62,92%), 211 (60,70%), 206 (58,62%), 216 (58,27%), 204 (57,13%), 210 (56,86%), 201 (55,79%) e 219 (54,25%);
- dois programas exibiram índice de desempenho DEFICIENTE: os Programas 212 (44,34%) e 213 (33,55%); e
- três programas registraram índice de desempenho ALTAMENTE DEFICIENTE: os Programas 202 (19,40%), 203 (14,86%) e 214 (9,18%).

Nota-se, ainda, que sete programas apresentaram comportamento descolado entre os desempenhos da execução orçamentário-financeira das

metas avaliadas e do programa como um todo. Para quatro desses, o desempenho do programa possuiu, segundo a escala da ABOP, um enquadramento superior ao das metas como um todo: os Programas 200 (Programa - BOM / Metas - REGULAR), 202 (Programa - REGULAR/ Metas - ALTAMENTE DEFICIENTE), 207 (Programa - BOM / Metas - REGULAR) e 212 (Programa - BOM/ Metas - DEFICIENTE). Para os três restantes, o desempenho do programa está situado em nível inferior às metas avaliadas.

Os quadros, a seguir, resumem os resultados da avaliação do desempenho parcial para cada um dos programas do Poder Executivo Estadual. Vale ressaltar que a presente avaliação pautou-se numa análise qualitativa em termos do juízo de possibilidade de alcançar os principais resultados esperados, a partir da execução parcial das metas avaliadas. A inferência acerca do desempenho prospectivo geral dos programas corresponde à expectativa em termos do atingimento dos valores projetados para o final do PPA-P 2016-2019.



Programa 200 Saúde Mais Perto de Você

PROGRAMA 200 – SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

Ementa

Vigilância proteção e promoção da saúde; Atenção integral à saúde com ampliação do acesso às ações e serviços de saúde; Saúde com inclusão social das populações historicamente excluídas, discriminadas e ou estigmatizadas (população negra, indígena, quilombola, assentados, acampados, lésbica, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, pessoa com deficiência e pessoas em privação de liberdade); Cuidado integral e humanizado no curso da vida; Política de Sangue; Planejamento, rede e regulação em saúde; Gestão do trabalho e educação na saúde; Gestão democrática e participativa do SUS; Controle Social.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS

Diretriz IV – Saúde e Assistência Social: Promover acesso universal à saúde e à Assistência Social, com o aprimoramento dos sistemas, integração das ações, expansão e regionalização das redes, qualificação dos serviços e equidade de direitos.

Número de Componentes por Secretaria Envolvida

SECRETARIA	INDICADOR	COMPROMISSO	META	INICIATIVA
SEAP	0	0	1	1
SEPROMI	0	0	0	1
SESAB	5	9	70	90
TOTAL	5	9	71	92

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
1	Cobertura vacinal de Pentavalente em menores de 01 ano ⁽²⁾	%	2014	91,51	61,88	44,01
2	Percentual de atendimento às solicitações de hemo-componentes recebidas pela Fundação HEMOBA ⁽³⁾	%	2015	0,00	76,35	82,17
3	Proporção de internações por condições sensíveis à Atenção Básica	%	2014	40,80	35,11	37,40
4	Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal	%	2014	50,90	58,84	59,50

Continua

Continuação

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
5	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	%	2014	83,70	83,10	83,20

FONTES:

- 1 - Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI) / Departamento de Informática do SUS (DATASUS) / Ministério da Saúde (MS).
 2 - Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia (HEMOBA) / Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (SESAB).
 3 - Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIHSUS) / Departamento de Informática do SUS (DATASUS) / Ministério da Saúde (MS).
 4 - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) / Departamento de Informática do SUS (DATASUS) / Ministério da Saúde (MS).
 5 - Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) / Departamento de Informática do SUS (DATASUS) / Ministério da Saúde (MS).

Convenções:
 Traço - dado inexistente
 Três Pontos - dado desconhecido

NOTAS:

⁽¹⁾Valores apurados até outubro de 2017.

⁽²⁾Problemas que têm influenciado nos resultados da cobertura vacinal: (i) rotatividade dos profissionais responsáveis pela imunização nos municípios; (ii) erro na exportação dos dados do SI-PNI; e (iii) falha na digitação do SI-PNI e Avaliação do Programa de Imunização (APIWEB). Vale ressaltar que, por ocasião da implementação do SI-PNI nos municípios e a utilização em paralelo do APIWEB, houve dificuldades na averiguação das reais coberturas vacinais, visto que muitos municípios assinalaram, no SI-PNI, o campo de registro de vacinação anterior erroneamente, ocasionando uma diminuição das doses válidas, o que comprometeu a análise da cobertura vacinal.

⁽³⁾Este indicador sofreu alteração na sua fórmula em relação ao indicador do PPA 2012-2015. O denominador "demanda estimada de transfusões de sangue na rede SUS do Estado" foi substituído por "total de hemocomponentes solicitados à Fundação HEMOBA", motivo pelo qual não há comparação com o indicador anterior e a série se inicia em 2016 com valor de base 0 (zero).

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C1	Fortalecer as ações de vigilância à saúde para promoção e proteção da saúde, prevenção de doenças/agravs e controle de riscos – SESAB							
M1C1	Desenvolver ações de vigilância em saúde nos municípios, conforme resolução Comissão Intergestora Bipartite – CIB – SESAB ⁽⁴⁾	un	417	235	417	78,18	2	AP
C2	Consolidar as ações e serviços de saúde da atenção básica, com resolutividade – SESAB							
M1C2	Fomentar a ampliação da cobertura da atenção básica – SESAB ⁽⁵⁾	%	82,00	73,31	75,94	92,61	2	MP

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M5C2	Apoiar a implantação do Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) do e-SUS em municípios – SESAB	%	30,00	4,79	32,1	107,00	3	AP
C3	Ampliar o acesso da população às ações e serviços de saúde da atenção especializada ambulatorial e hospitalar, com resolutividade, fortalecendo a regulação do sistema de saúde, com ganho de eficiência e garantia da segurança do paciente – SESAB							
M1C3	Implantar unidade hospitalar – SESAB ⁽⁶⁾	un	7	2	2	28,57	2	AP
M2C3	Ampliar unidade de saúde da rede própria – SESAB	un	4	3	3	75,00	2	AP
M4C3	Implantar policlínica de forma consorciada – SESAB	un	28	0	0	0,00	1	MP
M9C3	Disponibilizar acesso aos municípios com programação/adesão aos projetos estratégicos – SESAB ⁽⁷⁾	%	100,00	100,00	0,00	50,00	1	BP
M10C3	Assegurar o atendimento das solicitações de Tratamento Fora do Domicílio – TFD, quando esgotados todos os meios de tratamento no âmbito Sistema Único de Saúde do Estado da Bahia – SESAB ⁽⁸⁾	%	100,00	74,54	0,00	37,27	2	AP
M11C3	Desenvolver ações para o fortalecimento da capacidade regulatória dos municípios do Estado – SESAB	un	417	25	175	41,97	1	AP
M13C3	Regular as vagas de internações na Regulação do SUS-BA, nas regiões de saúde abrangidas por complexos reguladores – SESAB ⁽⁹⁾	%	100,00	100,00	100,00	100,00	2	BP
M16C3	Fomentar a ampliação de municípios com ações especializadas de saúde bucal – SESAB	un	17	5	15	88,24	2	AP
M20C3	Implantar unidade hospitalar de cuidados intermediários a pacientes de longa permanência – SESAB	un	1	0	0	0,00	0	AP
C4	Promover a integração das ações e serviços de saúde por meio das redes de atenção à saúde – SESAB							
M6C4	Apoiar a ampliação do número de municípios do estado desenvolvendo serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) – SESAB	un	40	6	9	22,50	1	BP
M7C4	Apoiar na Implantação de Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON) – SESAB	un	5	2	3	60,00	2	AP

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C5	Promover a equidade e a humanização no cuidado à saúde das populações historicamente excluídas, discriminadas e/ou estigmatizadas - SESAB							
M1C5	Apoiar o município no desenvolvimento de ações para o cuidado à saúde das populações: negra, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, situação de rua, privada de liberdade, LGBT, cigana e assentado, pessoa com albinismo e com doença falciforme - SESAB	un	417	67	138	33,09	1	AP
C6	Fortalecer a gestão da assistência farmacêutica assegurando o acesso aos medicamentos e apoiando a produção de insumos estratégicos para a saúde - SESAB							
M1C6	Atender os municípios, trimestralmente, com o Componente Básico da Assistência Farmacêutica - SESAB ⁽¹⁰⁾	un	1.668	70,32	1.168	-	-	AP
M2C6	Acrescer a quantidade de tratamento disponibilizado pelo Componente Especializado - SESAB ⁽¹¹⁾	un	4.656.000	93,00	1.579.035	33,91	1	AP
M3C6	Desenvolver ações de qualificação da gestão da assistência farmacêutica - SESAB ⁽¹²⁾	%	8	1	1	-	-	MP
C7	Fortalecer a rede de hematologia e hemoterapia do Estado da Bahia para atender à demanda do Sistema Único de Saúde (SUS-BA) - SESAB							
M3C7	Produzir bolsas de hemocomponentes - SESAB	un	960.000	211.844	478.746	49,87	2	AP
M5C7	Realizar atendimentos ambulatoriais para portadores de doenças hematológicas benignas - SESAB	un	480.000	82.019	199.952	41,66	2	AP
M6C7	Captar candidatos à doação de sangue - SESAB	un	696.000	119.305	276.447	39,72	2	MP
C8	Fortalecer a gestão do trabalho e educação na saúde, valorizando o trabalho e o trabalhador do SUS-BA - SESAB							
M1C8	Consolidar estratégias de gestão do trabalho nas unidades de saúde da Secretaria de Saúde da Bahia - SESAB ⁽¹³⁾	%	100	74	75	75,00	2	AP
M2C8	Qualificar trabalhadores, gestores, residentes e estudantes da formação técnica, pós-técnica, graduação e pós-graduação em saúde - SESAB	un	22.500	2.302	22.181	98,58	2	AP
C9	Fortalecer a capacidade de gestão estadual do SUS, qualificando as ações de sistematização, monitoramento e fiscalização, ampliando os canais de diálogo com a sociedade e o exercício do controle social - SESAB							
M1C9	Promover a elaboração e monitoramento dos instrumentos do sistema de planejamento do SUS-BA - SESAB ⁽¹⁴⁾	un	20	5	9	45,00	2	AP

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M6C9	Auditare ações, serviços, programas, sistemas e aplicação de recursos do SUS no âmbito do Estado da Bahia – SESAB	un	1.800	348	543	30,17	1	MP
M9C9	Implantar e monitorar sistemas de controle de custo em hospitais de rede própria – SESAB ⁽¹⁵⁾	un	30	6	19	63,33	2	AP
M11C9	Ampliar o Serviço de Ouvidoria do SUS-BA – SESAB	un	112	4	8	7,14	1	MP
M12C9	Qualificar as instâncias de controle social (Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde e Conferências de Saúde) – SESAB	un	3	1	0	33,33	2	AP

NOTAS:

⁽¹⁾ Valores extraídos do Fiplan, Relatório M&A100, em 07/11/2017. Dados de 2017 referem-se à segunda apuração de metas (30/09/2017).

⁽²⁾ Graus de execução física: 0 – a execução física da meta está programada para exercícios posteriores, não sendo exigíveis resultados, portanto; 1 – a execução física da meta se encontra em patamar muito menor que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente; 2 – a execução física da meta está ocorrendo de acordo com o programado para o quadriênio; 3 – execução física da meta se encontra em patamar igual ou maior (neste último caso, quando desejável) que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente.

⁽³⁾ Conceito prospectivo atribuído pelos respectivos órgãos executores à execução física da meta: AP – alta possibilidade, quando é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; MP – média possibilidade, quando não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; e BP – baixa possibilidade, quando a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida.

⁽⁴⁾ Os valores referem-se ao número de municípios sujeitos à ação governamental da esfera estadual (capacitação e apoio institucional) e número de municípios executando ações transversais: monitoramento da qualidade da água para consumo humano; inspeção sanitária; notificação de doenças/agravs, surtos, agravos inusitados, emergência em saúde pública, notificação de óbitos com causa básica definida. Ações nas cinco áreas de vigilância em saúde: vigilância sanitária, saúde ambiental, epidemiológica, saúde do trabalhador e laboratorial.

⁽⁵⁾ O atingimento da meta tem estreita relação com a atuação do ente municipal na implantação das equipes de saúde da família, bem como na manutenção do atendimento em unidades tradicionais da atenção básica. O alcance da meta depende de estratégias conjuntas dos três entes federados.

⁽⁶⁾ Embora conste do Fiplan o registro de duas unidades implantadas em 2016, essa informação faz referência à Unidade de Pronto Atendimento (UPA). A informação foi registrada nesta meta em virtude da execução orçamentária ter ocorrido na ação 3997 – Construção de Unidade de Saúde, vinculada à iniciativa desta meta. Em 2017 foram implantadas duas unidades hospitalares (Hospital Regional do Cacau e Hospital da Chapada) inauguradas em dezembro, ainda sem registro no Fiplan até 30/09, portanto.

⁽⁷⁾ Percentual anual de projetos estratégicos divididos em: (i) Rastreamento do câncer de mama (mamografia); (ii) Serviço de gestão do acesso para cirurgias eletivas; e (iii) Saúde sem fronteiras (oftalmologia, disponibilização de óculos e atendimento aos alunos do TOPA) Projeto Olhar Brasil. O último foi descontinuado através da Portaria SAS nº 1.660, de novembro de 2016, onde o Ministério da Saúde exclui da tabela de Habilitação do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e da tabela de procedimentos, medicamentos, orteses, próteses e materiais especiais do SUS, marcações e procedimentos relacionados ao Projeto Olhar Brasil. O estado da Bahia, por sua vez, não tendo como manter o projeto apenas com recursos estaduais, suspendeu temporariamente os atendimentos. O valor apurado para 2017 não contempla, portanto, o Projeto Olhar Brasil, mantendo-se apenas 67% dos projetos em funcionamento. Em 07/11/2017, data da extração dos dados, o valor para 2017, de 67%, ainda não constava do Fiplan.

⁽⁸⁾ Percentual anual (assegurar anualmente atendimento a 100% das solicitações de TFD). O valor correto para 2017 é 82,81% (a previsão para 2017 é de 2.200 solicitações; até setembro, 1.822 pacientes foram atendidos). Em 07/11/2017, data da extração dos dados, o valor para 2017, de 82,81%, ainda não constava do Fiplan.

⁽⁹⁾ Apesar do pleno funcionamento dos quatro Complexos Regionais de Regulação, os percentuais de solicitações atendidas (reguladas) em 2016 e 2017 foram, respectivamente, de 39% e 42%, o que motivou o conceito BP atribuído à execução parcial da meta.

Continua

Continuação

⁽¹⁰⁾Houve alteração da meta na Revisão 2017 do PPA, passando para 1.668 atendimentos ao ano. O valor para 2016, de 70,32%, equivale à proporção de atendimentos realizados em relação ao programado para o ano; o valor para 2017, de 1.168, refere-se ao número de atendimentos realizados de janeiro a setembro de 2017, motivo pelo qual não foi calculado o percentual de execução física da meta no período 2016/2017 (até 30/09).

⁽¹¹⁾Houve alteração da meta na Revisão 2017 do PPA. O valor para 2016, de 93%, equivale à proporção entre a quantidade realizada, 929.151, e a quantidade anual prevista, 1.003.200; o valor para 2017, de 1.579.035, refere-se à quantidade de tratamentos medicamentosos acumulada no período 2016/2017 (até 30/09).

⁽¹²⁾Houve equívoco na formulação do quantitativo da meta no PPA, cuja unidade de medida está expressa em percentual. Os valores apurados no período 2016/2017 referem-se ao número de ações de qualificação da gestão da assistência farmacêutica implantadas, motivo pelo qual não foi calculada a execução.

⁽¹³⁾Os valores referem-se ao percentual de unidades de saúde da SESAB, sob gestão direta, com uma ou mais estratégias de gestão do trabalho implantadas: Serviço Integrado de Atenção à Saúde do Trabalhador (SIASST), Comissões Locais de Saúde do Trabalhador (CLST), dimensionamento da força de trabalho, NUGTES, espaços de cogestão ou negociação e Programa Primeiro Estágio/Primeiro Emprego.

⁽¹⁴⁾São instrumentos do sistema de planejamento do SUS-BA: Plano Estadual de Saúde, Programação Anual de Saúde, Relatórios Quadrimestrais e Relatório Anual de Gestão.

⁽¹⁵⁾Os valores referem-se ao número de unidades hospitalares e de pronto atendimento com gestão qualificada e redução de custo. Com a publicação da Portaria nº 1.445/2016, em dezembro de 2016, pela Secretaria Estadual de Saúde, tornou-se obrigatória a inclusão, no Sistema de Gestão de Custos do Ministério da Saúde (APURASUS), das unidades geridas pela SESAB. Assim, atualmente, 38 unidades se encontram inseridas no APURASUS/MS, das quais 35 são hospitais, sendo 17 sob gestão direta e 18 sob gestão indireta, e três (03) são Unidades de Pronto Atendimento/UPA (ambas sob gestão indireta), ultrapassando o valor projetado para o final do PPA.

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

De acordo com os procedimentos metodológicos adotados, a avaliação do Programa 200 - Saúde Mais Perto de Você foi aferida pelo conjunto dos órgãos executores a partir da evolução dos indicadores e execução parcial das 28 metas avaliadas, ou cerca de 40% das metas do Programa, que concentraram, no período 2016/2017, 12,84% dos recursos orçamentários acumulados do Programa.

Os resultados obtidos sugerem que o Programa 200 apresenta um desempenho prospectivo com alta possibilidade de alcançar os principais objetivos ao final do PPA, expresso por mais de 67% das metas avaliadas com alta possibilidade de alcançar os principais resultados projetados para 2019, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação. Apesar dessa configuração de possibilidades, os órgãos executores ressaltaram as incertezas que cercam a implementação do Programa, associadas, particularmente, à dependência da atuação dos entes municipais e federal. Também chamaram a atenção que esses resultados podem ser comprometidos pelas mudanças nas proposições das políticas de saúde elaboradas no nível federal, dificultando a adesão estadual e/ou municipal para implantação de ações/serviços de saúde; pela alteração ou suspensão de repasse de recursos federais, inviabilizando a continuidade de ações/serviços; e, por fim, pela dependência da adesão dos municípios.

No que diz respeito às metas avaliadas:

- 19 (67,86%) registraram um desempenho AP, ou seja, apresentam ALTA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ano final do PPA Participativo 2016/2019, ou que é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação. Dentre estas, uma (M5C2) já superou o valor projetado para o quadriênio e uma (M13C3) tem mantido anualmente o valor esperado;
- seis (21,43%) registraram desempenho MP, ou seja, apresentam MÉDIA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que não é esperado que a meta projetada para 2019 será atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação. e
- três (10,71%) registraram desempenho BP, ou seja, apresentam BAIXA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

Quanto aos cinco indicadores do Programa, comparando os dados apurados em 2017 com os valores parciais de 2016:

- três registraram evolução positiva: *I2 - Percentual de atendimento às solicitações de hemocomponentes recebidas pela Fundação HEMOBA*, vinculado ao Compromisso 7 "Fortalecer a rede de hematologia e hemoterapia do estado da Bahia para atender à demanda do Sistema Único de Saúde (SUS-BA)", com incremento de 8,35%; *I3 - Proporção de internações por condições sensíveis à Atenção Básica*, vinculado ao Compromisso 2 "Consolidar as ações e serviços de saúde da atenção básica, com resolutividade", cuja redução de 18,70% em relação a 2016 demonstra uma evolução positiva, uma vez que a polaridade desse indicador é negativa; *I4 - Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal*, vinculado ao Compromisso 4 "Promover a integração das ações e serviços de saúde por meio das redes de atenção à saúde", com incremento de 8,18%; e

Continua

Continuação

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

- dois registraram evolução negativa: *I1 - Cobertura vacinal de Pentavalente em menores de 01 ano*, vinculado ao Compromisso 1 “Fortalecer as ações de vigilância à saúde para promoção e proteção da saúde, prevenção de doenças/agravos e controle de riscos”, com redução de 28,88%; e *I5 - Proporção de registro de óbitos com causa básica definida*, vinculado ao Compromisso 1 “Fortalecer as ações de vigilância à saúde para promoção e proteção da saúde, prevenção de doenças/agravos e controle de riscos”, com decréscimo de 1,61%.



Programa 201 Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento

PROGRAMA 201 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO**1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA****Ementa**

Editais de Demanda Induzida; Redes de pesquisa e laboratorial; Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC; Inovação tecnológica; Incubadoras de empresas; Tecnologia Industrial Básica – TIB; Popularização da ciência; Cooperação técnica e institucional; Tecnologias apropriadas à produção; Tecnologias limpas; Bolsas para pesquisa.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS

Diretriz VIII – Ciência, Tecnologia e Inovação: Fortalecer a base científica e tecnológica estadual integrando a pesquisa e extensão das universidades, as redes de laboratórios públicos e privados, e o Parque Tecnológico às estratégias de desenvolvimento econômico e social do Estado.

Número de Componentes por Secretaria Envolvida

SECRETARIA	INDICADOR	COMPROMISSO	META	INICIATIVA
SDE	1	2	21	35
SDR	0	1	2	2
SECTI	3	8	23	41
SEFAZ	0	1	1	1
TOTAL	4	12	47	79

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
1	Índice de artigos indexados da Bahia ⁽²⁾	%	2015	100,00	76,93	...
2	Índice de empresas incubadas, instaladas em parques tecnológicos ou com projetos de pesquisa ou de inovação ⁽³⁾	%	2015	100,00	205,88	...
3	Índice de fiscalizações realizadas pelo IBAMETRO ⁽⁴⁾	%	2014	100,00	87,56	90,15

Continua

Continuação

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
4	Participação de Mestres e Doutores titulados na Bahia em grandes áreas selecionadas ⁽⁵⁾	%	2014	3,21	2,91	-

FONTES:

- 1 – Web of Science da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) / Ministério da Educação (MEC).
 2 – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia (SECTI).
 3 – Relatórios de fiscalização do Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade (IBAMETRO) / Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE).
 4 – GEOCAPES da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior (CAPES) / Ministério da Educação (MEC).

Convenções:

Traço – dado inexistente

Três Pontos – dado desconhecido

NOTAS:

⁽¹⁾Valores apurados até outubro de 2017⁽²⁾Não foi possível realizar a apuração, tendo em vista a dificuldade de acesso à base de dados, por parte da Secretaria, motivo pelo qual o valor parcial de 2016 também não foi atualizado até o fechamento do presente relatório.⁽³⁾Apuração de 2017 e atualização da apuração de 2016 não foram encaminhadas pela Secretaria responsável até o fechamento do presente relatório.⁽⁴⁾O número de fiscalizações realizadas pelo IBAMETRO teve um acréscimo em relação a 2016, porém, ainda encontra-se abaixo do número de fiscalização de 2014, ano de referência, devido à insuficiência do quadro de pessoal.⁽⁵⁾A base de dados sofre alterações periódicas corrigindo toda série. O valor de referência foi corrigido para 3,00. Para 2017, o dado ainda não foi disponibilizado pela CAPES. A data da extração dessa informação foi 20/11/2017.**3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS – PERÍODO 2016/2017**

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C1	Apoiar o desenvolvimento de projetos, pesquisa e infraestrutura na área de Ciência, Tecnologia e Inovação, para a consolidação e diversificação da economia baiana – SECTI							
M1C1	Fomentar projetos em CT&I – SECTI	un	600	246	251	41,83	2	MP
M2C1	Implantar espaços compartilhados em CT&I – SECTI	un	8	1	1	12,50	2	AP
M4C1	Realizar análises laboratoriais em cooperação com o setor produtivo, visando promover o desenvolvimento econômico e social sustentável – SECTI	un	180.000	46.128	81.197	45,10	2	AP
M6C1	Implantar unidades de base tecnológica e laboratorial – SECTI	un	4	0	0	0,00	1	AP

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017								
COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽⁴⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽³⁾ (0; 1; 2; 3)	
M12C1	Realizar estudos para mapear áreas para pesquisa e desenvolvimento dos setores produtivos estratégicos - SECTI	un	5	0	0	0,00	1	BP
C2	Promover a ampliação e o fortalecimento da base científica, tecnológica e de inovação, através do apoio à formação e à capacitação de recursos humanos, de acordo com as necessidades do Estado - SECTI							
M1C2	Conceder bolsas para a formação e a capacitação em CT&I - SECTI	un	8.000	2.476	4.592	57,40	2	AP
M5C2	Fomentar a disseminação do conhecimento em CT&I - SECTI	un	400	115	183	45,80	2	MP
C3	Apoiar projetos de tecnologias sociais e ambientais e ações que visem à inovação para a solução de problemas socioeconômicos e ambientais - SECTI							
M1C3	Fomentar o desenvolvimento de projetos de tecnologias sociais e ambientais - SECTI	un	11	0	0	0,00	1	MP
C4	Fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras para modernização de cidades e órgãos de gestão pública - SECTI							
M1C4	Desenvolver soluções tecnológicas inovadoras para modernização de cidades e órgãos de gestão pública - SECTI	un	11	0	0	0,00	1	MP
C6	Fortalecer o sistema estadual de inovação para o aumento da competitividade e o desenvolvimento da economia - SECTI							
M1C6	Regulamentar os instrumentos jurídicos de CT&I - SECTI	un	5	0	0	0,00	1	AP
C7	Promover a aproximação entre a sociedade e a área de ciência, tecnologia e inovação CT&I - SECTI							
M1C7	Realizar eventos na área de CT&I, para popularização da cultura tecnológica e científica no Estado - SECTI	un	40	20	26	65,00	2	AP
M2C7	Disponibilizar espaços de popularização da CT&I, promovendo a disseminação da cultura científica e tecnológica - SECTI	un	20	9	15	75,00	2	AP
C8	Promover a inclusão digital, visando atender à população de menor renda do Estado, com a disseminação dos recursos da informática e do acesso à internet - SECTI							
M1C8	Promover a ampliação, reestruturação e funcionamento dos Centros Digitais de Cidadania no âmbito do Programa de Inclusão Sociodigital - PISD - SECTI	un	80	1	3	3,80	1	BP
C9	Promover a inovação e o acesso à tecnologia com foco na agricultura familiar, assentamentos de reforma agrária e povos e comunidades tradicionais - SDR							
M3C9	Implantar rede de pesquisa e inovação voltada para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária, com matriz tecnológica de transição agroecológica - SDR	un	1	1	1	100,00	3	AP

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽⁴⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽³⁾ (0; 1; 2; 3)	
M5C9	Fomentar a adoção de tecnologias apropriadas à agricultura familiar com foco na convivência com o semiárido – SDR	un	30.001	0	0	0,00	1	MP
C10	Apoiar projetos de tecnologias sociais e ambientais que visem à inovação para a solução de problemas socioeconômicos e ambientais, por meio da disponibilização de crédito – SEFAZ							
M1C10	Disponibilizar linhas de financiamento para empresas que desenvolvam projetos que atendam à inovação – SEFAZ	un	1	1	1	100,00	3	AP

NOTAS:

⁽¹⁾Valores extraídos do Fiplan, Relatório M&A100, em 07/11/2017. Dados de 2017 referem-se à segunda apuração de metas (30/09/2017).⁽²⁾Graus de execução física: 0 – a execução física da meta está programada para exercícios posteriores, não sendo exigíveis resultados, portanto; 1 – a execução física da meta se encontra em patamar muito menor que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente; 2 – a execução física da meta está ocorrendo de acordo com o programado para o quadriênio; 3 – execução física da meta se encontra em patamar igual ou maior (neste último caso, quando desejável) que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente.⁽³⁾Conceito prospectivo atribuído pelos respectivos órgãos executores à execução física da meta: AP – alta possibilidade, quando é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; MP – média possibilidade, quando não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; e BP – baixa possibilidade, quando a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida.

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

De acordo com os procedimentos metodológicos adotados, a avaliação do Programa 201 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento foi aferida pelo conjunto dos órgãos executores, a partir da evolução dos indicadores e execução parcial das 16 metas avaliadas, ou cerca de 34% das metas do Programa, que concentraram, no período 2016/2017, 86,79% dos recursos orçamentários acumulados do Programa.

Os resultados obtidos sugerem que o Programa 201 apresenta um desempenho prospectivo relativamente favorável ao alcance dos principais objetivos ao final do PPA, expresso por mais de 56% das metas avaliadas com alta possibilidade de atingir os principais resultados pretendidos até 2019, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

No que diz respeito às metas avaliadas:

- nove (56,25%) registraram um desempenho AP, ou seja, apresentam ALTA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ano final do PPA Participativo 2016/2019, ou que é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação. Dentre estas, uma (M3C9) já atingiu o valor projetado para o quadriênio e uma (M1C10) tem mantido anualmente o valor esperado;
- quatro (25,00%) registraram desempenho MP, ou seja, apresentam MÉDIA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação;
- três (18,75%) registraram desempenho BP, ou seja, apresentam BAIXA POSSIBILIDADE de atingir os resultados esperados ao final do quadriênio, ou que a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

Continua

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

Quanto aos quatro indicadores do Programa, comparando os dados apurados em 2017 com os valores parciais de 2016:

- um apresentou evolução positiva: *I3 – Índice de fiscalizações realizadas pelo IBAMETRO*, vinculado ao Compromisso 13 “Promover a redução de perdas e aumento de competitividade por meio do fortalecimento da Tecnologia Industrial Básica – TIB”, com incremento de 27,71%;
- três não foram apurados, devido à dificuldade de acesso à base de dados, ao não encaminhamento das informações, por parte da Secretaria responsável e à indisponibilidade das informações na fonte de dados, respectivamente: *I1 – Índice de artigos indexados da Bahia*; *I2 – Índice de empresas incubadas, instaladas em parques tecnológicos ou com projetos de pesquisa ou de inovação*; e *I4 – Participação de Mestres e Doutores titulados na Bahia em grandes áreas selecionadas*.



Programa 202 Cultura e Identidade

PROGRAMA 202 – CULTURA E IDENTIDADE**1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA****Ementa**

Valorização da diversidade e direitos humanos; Valorização e preservação da cultura; Comunicação para o desenvolvimento; Gestão do Conhecimento; Valorização das identidades; Economia Criativa (geração de novos negócios, emprego e renda); Memória/Patrimônio Artístico Cultural (preservação e desenvolvimento da cultura material e imaterial); Infraestrutura e espaços culturais (ampliação e restauração de espaços) e Arranjos Institucionais.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS

Diretriz III – Educação e Cultura: ampliar o acesso à educação, cultura, esporte educativo e lazer de qualidade com a valorização da diversidade, identidade e memória

Número de Componentes por Secretaria Envolvida

SECRETARIA	INDICADOR	COMPROMISSO	META	INICIATIVA
SDE	0	0	4	4
SDR	0	0	1	1
SECULT	4	6	28	51
SERIN	0	0	1	2
SETRE	0	2	4	5
SETUR	0	0	1	3
TOTAL	4	8	39	66

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
1	Índice da frequência de público em equipamentos culturais sob a responsabilidade do Estado ⁽²⁾	%	2015	100,00	72,82	48,27
2	Índice de apoio às Culturas Populares e Identitárias	%	2015	100,00	105,3	98,12
3	Índice de incentivo ao desenvolvimento das cadeias produtivas em Cultura	%	2015	100,00	87,43	44,91

Continua

Continuação

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
4	Proporção de municípios assistidos tecnicamente pela Secult ⁽³⁾	%	2014	71,94	45,32	...

FONTES:

- 1 – Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI), Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura – Sudecult, Fundação Pedro Calmon (FPC), Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb) e Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado (IPAC) / Secretaria da Cultura (SECULT).
 2 – Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI) / Secretaria da Cultura (SECULT).
 3 – Fonte primária – registros administrativos fornecidos pela Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura – Sudecult, Superintendência de Promoção Cultural (Suprocult) e Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb) / Secretaria da Cultura (SECULT).
 4 – Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura (Sudecult) e Fundação Pedro Calmon (FPC) / Secretaria da Cultura (SECULT).

Convenções:
 Traço – dado inexistente
 Três Pontos – dado desconhecido

NOTAS:

⁽¹⁾Valores apurados até outubro de 2017.

⁽²⁾Foi computado apenas o público dos Largos do Pelourinho nos meses de janeiro e fevereiro de 2016; após este período, não houve disponibilidade de pessoal para essa atividade. Para o ano de 2017, essa contabilização não pode ser realizada pelo mesmo motivo. No que diz respeito ao público dos museus, considerou-se a frequência até outubro de 2017, exceto o quantitativo do MAM, cuja contabilização foi até julho.

⁽³⁾Dada a inconsistência do valor apurado pela Secretaria, não foi possível informar o valor para 2017. E o valor para 2016 não foi atualizado, sendo assim, parcial com data de corte de 30/10/2016.

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C3	Preservar o patrimônio cultural propiciando o acesso ao conhecimento e à memória com vistas à sua sustentabilidade e o atendimento à sua função sociocultural – SECULT							
M3C3	Preservar acervo documental e bibliográfico – SECULT	un	3	3	3	100,00	3	AP
C4	Promover o acesso aos bens e serviços artísticos e culturais, com vistas à sua universalização – SECULT							
M35C4	Implantar unidades culturais voltadas para as áreas da memória histórica, da leitura e do livro – SECULT	un	4	3	6	150,00	3	AP
C9	Qualificar o atendimento na área cultural proporcionando à sociedade serviços e informações de qualidade – SECULT							

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M4C9	Ampliar os acervos bibliográficos, iconográficos, documentais e expográficos dos equipamentos culturais da Fundação Pedro Calmon - FPC - SECULT ⁽⁴⁾	%	20	7.011	38.271	-	-	AP
M5C9	Assistir tecnicamente equipamentos culturais - SECULT	un	80	34	116	145,00	3	AP
C11	Qualificar o artesanato baiano para torná-lo mais competitivo, por meio do estímulo à produção de excelência e aos princípios da responsabilidade socioambiental - SETRE							
M1C11	Certificar produtos artesanais com o Selo A Bahia Feita à Mão em Territórios de Identidade - SETRE	un	400	0	0	0,00	1	MP
C14	Preservar a memória do artesanato baiano - SETRE							
M1C14	Implantar sistema de informação do acervo artesanal - SETRE	un	1	0	0	0,00	1	BP
M2C14	Produzir documentos sobre o artesanato baiano - SETRE	un	5	0	0	0,00	0	MP

NOTAS:

⁽¹⁾Valores extraídos do Fiplan, Relatório M&A100, em 07/11/2017. Dados de 2017 referem-se à segunda apuração de metas (30/09/2017).

⁽²⁾Graus de execução física: 0 - a execução física da meta está programada para exercícios posteriores, não sendo exigíveis resultados, portanto; 1 - a execução física da meta se encontra em patamar muito menor que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente; 2 - a execução física da meta está ocorrendo de acordo com o programado para o quadriênio; 3 - execução física da meta se encontrar em patamar igual ou maior (neste último caso, quando desejável) que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente.

⁽³⁾Conceito prospectivo atribuído pelos respectivos órgãos executores à execução física da meta: AP - alta possibilidade, quando é esperado que a meta projetada para 2019 atingido; MP - média possibilidade, quando não é esperado que a meta projetada para 2019 será atingida; e BP - baixa possibilidade, quando a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida.

⁽⁴⁾Os valores apurados correspondem a unidades enquanto o valor final previsto refere-se ao percentual de ampliação do acervo, motivo pelo qual não foi calculado o percentual de execução física.

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

De acordo com os procedimentos metodológicos adotados, a avaliação do Programa 202 - Cultura e Identidade foi aferida pelo conjunto dos órgãos executores a partir da evolução dos indicadores e execução parcial das metas avaliadas. Foram selecionadas, originalmente, 10 metas representativas, que concentravam aproximadamente 60% dos recursos orçamentários acumulados no período 2016/2017. Entretanto, apenas sete dessas metas, ou cerca de 18% do total de metas do Programa, que absorveram 0,16% dos recursos orçamentários acumulados do Programa, foram avaliadas pelos respectivos órgãos executores.

Os resultados obtidos sugerem que o Programa 202 apresenta um desempenho prospectivo relativamente favorável ao alcance dos principais resultados esperados ao final do PPA, expresso por mais de 57% das metas avaliadas com alta possibilidade de atingir os principais resultados projetados para 2019, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação, ressaltando-se, mais uma vez, que não foram avaliadas três metas selecionadas como representativas do Programa, visto que os responsáveis pela sua execução não se encontravam presentes na Oficina de Avaliação, realizada em 24/11/2017.

Continua

Continuação

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

No que diz respeito às metas avaliadas:

- quatro (57,14%) registraram um desempenho AP, ou seja, apresentam ALTA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ano final do PPA Participativo 2016/2019, ou que é esperado que a meta projetada para 2019 será atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação. Entre estas, duas (M35C4 e M5C9) já superaram o valor projetado para o quadriênio e uma (M3C3) tem mantido anualmente o valor esperado;
- dois (28,57%) registraram desempenho MP, ou seja, apresentam MÉDIA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que não é esperado que a meta projetada para 2019 será atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação; e
- um (14,29%) registrou um desempenho BP, ou seja, apresenta BAIXA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

Quanto aos quatro indicadores do Programa, comparando os dados apurados em 2017 com os valores parciais de 2016:

- um indicador registrou evolução positiva: I2 – Índice de apoio às Culturas Populares e Identitárias, vinculado ao Compromisso 10 “Ampliar o investimento em cultura consolidando e aperfeiçoando os mecanismos de financiamento com o objetivo de democratizar o acesso e contemplar diferentes expressões artístico-culturais”, com acréscimo de 2,16%;
- dois apresentaram evolução negativa: I1 – Índice da frequência de público em equipamentos culturais sob a responsabilidade do Estado, vinculado ao Compromisso 4 “Promover o acesso aos bens e serviços artísticos e culturais, com vistas à sua universalização”, com decréscimo de 16,52%; e I3 – Índice de incentivo ao desenvolvimento das cadeias produtivas em Cultura, vinculado ao Compromisso 6 “Promover a economia da cultura como área estratégica de desenvolvimento” do Programa 203, com redução de 48,63%, ressaltando que o valor parcial de 2016 permaneceu inalterado até o fechamento do respectivo ano
- um não foi aferido: I4 – Proporção de municípios assistidos tecnicamente pela Secult devido à inconsistência dos dados enviados pelo órgão responsável.



Programa 203 **Desenvolvimento Produtivo**

PROGRAMA 203 – DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO**1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA****Ementa**

Atração de investimentos; Infraestrutura (logística de transportes, hídrica, comunicações e energética); Criação e fortalecimento de Cadeias e Arranjos Produtivos (Agropecuária; Pesca; Turismo; Indústria; Economia Criativa; Comércio; Serviços especializados; Mineração); Diversificação da matriz produtiva; Inovação Tecnológica; Educação Superior e para o Mundo do Trabalho; Financiamento produtivo; Cooperação técnica; Fortalecimento institucional; Inserção comercial (nacional e global).

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS

Diretriz XI – Desenvolvimento Produtivo e Turismo Sustentável: Promover o desenvolvimento da base produtiva com inclusão social, por meio da atração, estruturação e consolidação de setores estratégicos da economia, a exemplo da indústria, mineração, da agropecuária, do turismo, dos serviços intensivos em conhecimento, da economia criativa e do maior acesso à terra e à tecnologia.

Número de Componentes por Secretaria Envolvida

SECRETARIA	INDICADOR	COMPROMISSO	META	INICIATIVA
GAB GOV	0	0	0	2
SAEB	0	0	1	1
SDE	2	7	24	42
SEAGRI	2	6	40	52
SECTI	0	1	2	3
SECULT	0	1	11	13
SEDUR	0	1	1	2
SEFAZ	0	3	3	3
SETUR	0	1	6	6
TOTAL	4	20	88	124

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
1	Índice de Produção de Biomassa ⁽²⁾	%	2013	100,00	100,00	100,00

Continua

Continuação

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
2	Índice de Produção de Etanol através de moagem de cana-de-açúcar ⁽³⁾	%	2014	100	-	-
3	Índice do número médio de dias para abertura de empresas junto a JUCEB ⁽⁴⁾	%	2014	100	69,00	36,00
4	Produção de grãos na Bahia	milhões de t	2013	7,67	5,29	8,08
5	Proporção de municípios conveniados com a Redesim ⁽⁵⁾	%	2014	10,55	11,75	16,79

FONTES:

- 1 – Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI).
 2 – Não há fonte de informação.
 3 – Junta Comercial do Estado da Bahia (Juceb).
 4 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).
 5 – Junta Comercial do Estado da Bahia (Juceb).

Convenções:
 Traço – dado inexistente
 Três Pontos – dado desconhecido

NOTAS:

- ⁽¹⁾Valores apurados até outubro de 2017.
⁽²⁾As ações que impactam o indicador estão programadas para o exercício de 2018.
⁽³⁾Houve equívoco na inclusão desse indicador no PPA, uma vez que não há ações que possam impactá-lo.
⁽⁴⁾O número médio de dias para a abertura de empresas vem caindo no período, passando de 5 dias, em 2014 (ano de referência), para 1,8 dias, em 2017.
⁽⁵⁾Redesim – Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização das Empresas e Negócios.

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS – PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C2	Fortalecer os segmentos turísticos e a cadeia produtiva associada nas zonas turísticas – SETUR							
M4C2	Realizar oficinas de qualificação da produção associada ao turismo – SETUR	un	40	6	15	37,50	2	AP
M5C2	Construir equipamento de apoio a produção associada ao turismo – SETUR	un	2	0	0	0,00	1	BP
M7C2	Capacitar empreendimentos culturais nos segmentos turísticos – SECULT	un	120	0	0	0,00	1	MP

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M10C2	Elaborar projetos de estruturação da produção associada ao turismo – SETUR	un	3	0	1	33,33	2	AP
C3	Incentivar o empreendedorismo de base tecnológica e projetos de pesquisa e de desenvolvimento de produtos e serviços inovadores para melhorar a competitividade empresarial, de acordo com as vocações econômicas e as identidades territoriais do estado – SECTI							
M1C3	Fomentar a competitividade empresarial e projetos voltados ao empreendedorismo de base tecnológica – SECTI	un	120	53	53	44,17	2	MP
C4	Ampliar a oferta de infraestrutura adequada para promover a segurança no consumo de gêneros alimentícios em mercados municipais – SEDUR							
M1C4	Oferecer espaços adequados para comercialização de gêneros alimentícios – SEDUR	un	31	11	12	38,71	2	AP
C6	Promover a economia da cultura como área estratégica de desenvolvimento – SECULT							
M1C6	Prestar apoio técnico para qualificação da gestão de projetos e empreendimentos criativos a profissionais, empreendedores, agentes culturais e fazedores de cultura – SECULT	un	6.000	968	1.080	18,00	1	MP
C8	Apoiar a agroindústria, o comércio e serviços, a indústria e mineração e suas cadeias produtivas por meio da disponibilização de crédito – SEFAZ							
M1C8	Disponibilizar linhas de financiamento para custeio e/ou investimentos fixos à implantação e ampliação de empreendimentos agropecuários, para os setores de comércio e serviços promovendo o desenvolvimento social e econômico e para empresas que atuem nos setores de indústria e comércio – SEFAZ	un	14	14	14	100,00	3	AP
C9	Fomentar a ampliação da biomassa energética a fim de viabilizar a produção de biocombustíveis, biogás, briquetes e pellets – SEAGRI							
M10C9	Implantar indústrias de produção de biodiesel à base de rejeitos do processamento de pescado – SEAGRI	un	2	0	0	0,00	0	MP
C10	Promover maior competitividade e agregação de valor aos produtos das principais cadeias produtivas do agronegócio baiano, com vistas a ampliar sua inserção nos mercados nacional e internacional – SEAGRI							
M2C10	Implantar Centros de Comercialização de Animais – SEAGRI	un	20	4	4	20,00	2	MP
M13C10	Prover suporte técnico e financeiro ao desenvolvimento tecnológico e à infraestrutura laboratorial para realização de análises, pesquisas e serviços especializados de interesse do setor agropecuário – SEAGRI	un	3	1	2	66,67	2	AP

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M39C10	Divulgar potencialidades do agronegócio para atrair empresas para o setor - SDE	un	4	1	2	50,00	2	AP
M47C10	Fomentar a modernização das áreas agrícolas de produção de frutas para atender à indústria - SEAGRI	hectare	2.000	0	0	0,00	1	BP
M58C10	Realizar exposições agropecuárias, feiras, oficinas, eventos e missões técnicas nacionais e internacionais - SEAGRI	un	168	20	37	22,02	2	MP
C11	Fortalecer as câmaras setoriais, como instrumento de planejamento, articulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio baiano - SEAGRI							
M3C11	Validar a padronização de máquina desfibradora de sisal - SEAGRI	un	1	0	0	0,00	1	AP
M14C11	Realizar eventos de capacitação para produtores e técnicos na adoção e difusão de tecnologias nas cadeias produtivas - SEAGRI	un	60	16	26	43,33	2	AP
C13	Apoiar a agroindústria, comércio e serviços, indústria e mineração e suas cadeias produtivas por meio da disponibilização de crédito e soluções financeiras - SEFAZ							
M1C13	Disponibilizar linhas de financiamento para custeio e/ou investimentos fixos, à implantação e ampliação de empreendimentos agropecuários, comércio e serviços e indústria e mineração - SEFAZ	un	13	13	13	100,00	3	AP
C14	Custear a realização de estudos técnicos que visem a implantação de empreendimentos públicos e privados relacionados ao desenvolvimento econômico e social - SEFAZ							
M1C14	Realizar estudos técnicos que visem a implantação de empreendimentos públicos e privados relacionados ao desenvolvimento econômico e social - SEFAZ	un	1	1	1	100,00	3	AP
C17	Promover ações para atração de novos investimentos e empreendimentos na área de mineração e metalurgia - SDE							
M3C17	Realizar Eventos para Atração de Novos Investimentos e Empreendimentos - SDE	un	32	0	2	6,25	1	BP
C18	Promover a implantação de infraestrutura produtiva para os segmentos estratégicos prioritários do Estado - SDE							
M3C18	Requalificar a Infraestrutura Produtiva das Áreas Industriais - SDE	un	2	1	2	100,00	3	AP

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M6C18	Apoiar tecnicamente a implantação de pólo industrial em municípios vocacionais - SDE	un	2	0	2	100,00	3	AP
M7C18	Realizar o Georreferenciamento das Áreas Industriais do Interior do Estado - SDE	un	13	0	0	0,00	1	BP
C19	Promover a simplificação, legalização e regionalização do registro MERCANTIL - SDE							
M1C19	Implantar nos municípios de maior PIB per capita o Sistema Integrado Estadual de Registro Mercantil - SDE	un	100	25	62	62,00	2	AP
M2C19	Promover a informatização do processo de registro mercantil para reduzir o tempo de abertura de empresas - SDE	un	1	0	1	100,00	3	AP
C23	Criar oportunidades de negócios para o setor de comércio e serviços a partir de necessidades identificadas nas cadeias produtivas estratégicas - SDE							
M1C23	Elaborar projetos de encadeamento produtivo com os setores intensivos em comércio e serviço - SDE	un	4	0	0	0,00	1	MP
M3C23	Aumentar o montante de recursos alocados em compras governamentais voltadas para empreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte - SAEB	%	8	8	8	100,00	3	AP
M4C23	Promover o acesso de empresas aos serviços oferecidos pelo SAC Empresarial - SDE	un	1	3	3	300,00	3	AP
C24	Divulgar as potencialidades do Estado para atração de empreendimentos em cadeias produtivas estratégicas - SDE							
M1C24	Divulgar as potencialidades do Estado para atração de empreendimentos - SDE	un	30	1	35	116,67	3	AP

NOTAS:

⁽¹⁾Valores extraídos do Fiplan, Relatório M&A100, em 07/11/2017. Dados de 2017 referem-se à segunda apuração de metas (30/09/2017)

⁽²⁾Graus de execução física: 0 - a execução física da meta está programada para exercícios posteriores, não sendo exigíveis resultados, portanto; 1 - a execução física da meta se encontra em patamar muito menor que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente; 2 - a execução física da meta está ocorrendo de acordo com o programado para o quadriênio; 3 - execução física da meta se encontrar em patamar igual ou maior (neste último caso, quando desejável) que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente.

⁽³⁾Conceito prospectivo atribuído pelos respectivos órgãos executores à execução física da meta: AP - alta possibilidade, quando é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; MP - média possibilidade, quando não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; e BP - baixa possibilidade, quando a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida.

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

De acordo com os procedimentos metodológicos adotados, a avaliação do Programa 203 – Desenvolvimento Produtivo foi aferida pelo conjunto dos órgãos executores, a partir da evolução dos indicadores e execução parcial das 28 metas avaliadas, ou cerca de 32% das metas do Programa, que concentraram, no período 2016/2017, 52,86% dos recursos orçamentários acumulados do Programa.

Os resultados obtidos sugerem que o Programa 203 apresenta um desempenho prospectivo com alta possibilidade de alcançar os principais objetivos ao final do PPA, expresso por mais de 60% das metas avaliadas com alta possibilidade de atingir os principais resultados pretendidos até 2019, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

No que diz respeito às metas avaliadas:

- 17 (60,71%) registraram um desempenho AP, ou seja, apresentam ALTA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ano final do PPA Participativo 2016/2019, ou que é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação. Dentre estas, seis já atingiram (M1C14, M3C18, M6C18, M2C19) ou superaram (M4C23 e M1C24) os valores projetados para o quadriênio, e três (M1C8, M1C13 e M3C23) têm mantido anualmente os valores esperados;
- sete (25,00%) registraram desempenho MP, ou seja, apresentam MÉDIA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação; e
- quatro (14,29%) registraram desempenho BP, ou seja, apresentam BAIXA POSSIBILIDADE de atingir os resultados esperados ao final do quadriênio, ou que a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

Quanto aos quatro indicadores do Programa, comparando os dados apurados em 2017 com os valores parciais de 2016:

- três registraram evolução positiva: *I3 – Índice do número médio de dias para abertura de empresas na JUCEB*, vinculado ao Compromisso 19 “Promover a simplificação, legalização e regionalização do registro MERCANTIL”, com redução de 48,57%, visto que a polaridade deste indicador é negativa; *I4 – Produção de grãos na Bahia*, vinculado ao Compromisso 8 “Apoiar a agroindústria, o comércio e serviços, a indústria e mineração e suas cadeias produtivas por meio da disponibilização de crédito”, com incremento de 52,74%; e *I5 – Proporção de municípios conveniados com a Redesim*, vinculado ao Compromisso 19, com incremento de 42,86%; e
- um teve evolução nula: *I1 – Índice de produção de biomassa*, vinculado ao Compromisso 9 – “Fomentar a ampliação da biomassa energética a fim de viabilizar a produção de biocombustíveis, biogás, briquetes e pellets”.



Programa 204 Infraestrutura para o Desenvolvimento

PROGRAMA 204 – INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA****Ementa**

Logística de transportes (construção e recuperação de ferrovias, implantação de sistemas viários, construção e modernização de portos e aeroportos, implantação de plataformas logísticas, construção, pavimentação e recuperação de estradas e revitalização da Hidrovia do São Francisco); Telecomunicações (ampliação e melhoria da qualidade da rede de banda larga, TV digital); Energia (aumento da produção de energias renováveis: eólicas, solar, biomassa energética, ampliação e modernização da rede de transmissão de energia elétrica) e Urbanização (melhoria de acessos e pavimentação de estradas, subestações, rede e iluminação pública).

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS

Diretriz VII – Infraestrutura: fortalecer a infraestrutura produtiva, urbana, rural e social de qualidade, destacando a ampliação, o fortalecimento e a integração dos sistemas de logística, de saneamento, de energia, de comunicação e de recursos hídricos.

Número de Componentes por Secretaria Envolvida

SECRETARIA	INDICADOR	COMPROMISSO	META	INICIATIVA
SAEB	0	0	1	1
SDE	0	1	3	3
SECTI	2	1	1	4
SEDUR	0	2	8	11
SEINFRA	2	8	27	57
SETUR	0	0	8	11
TOTAL	4	12	48	87

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
1	Índice de extensão da malha de gasoduto	%	2014	100,00	111,50	116,26
2	Índice de pontos de acesso à banda larga ⁽²⁾	%	2014	100,00	104,83	111,23
3	Participação da produção de energia renovável na produção total de energia primária ⁽³⁾	%	2013	38,76	-	-

Continua

Continuação

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
4	Velocidade média contratada de enlaces da Infovia Digital da Bahia	Mbps	2015	0,00	13,33	14,80

FONTES:

- 1 - Companhia de Gás da Bahia (BAHIAGÁS) / Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA).
 2 - Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).
 3 - Balanço Energético do Estado da Bahia / Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA).
 4 - Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia (Prodeb).

Convenções:

Traço - dado inexistente

Três Pontos - dado desconhecido

NOTAS:

⁽¹⁾Valores apurados até outubro de 2017.⁽²⁾Valor apurado pela ANATEL até o mês de setembro de 2017.⁽³⁾O atraso no recebimento das informações sob responsabilidade da PETROBRAS S/A comprometeu a apuração dos valores de 2016 e 2017, que deverão estar disponíveis apenas em 2018.**3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017**

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C2	Promover a mobilidade urbana e interurbana, contemplando transporte sobre trilhos, infraestrutura e equipamentos necessários visando a implantação do sistema estrutural de transporte público – SEDUR							
M1C2	Implantar o Sistema Metroviário Salvador – Lauro de Freitas – SEDUR	un	2	0	1	50,00	2	AP
C3	Promover a infraestrutura urbana e rural para o desenvolvimento sustentável no estado – SEDUR							
M2C3	Executar obras de infraestrutura viária – SEDUR	un	345	20	56	16,23	2	MP
M3C3	Executar obras de contenção de encostas em áreas de risco – SEDUR	un	154	27	28	18,18	1	BP
C4	Ampliar o acesso à banda larga para o desenvolvimento socioeconômico sustentável – SECTI							
M1C4	Disponibilizar acessos em banda larga acima de 25Mbps em unidades públicas – SECTI	un	1.000	202	459	45,90	2	MP
C5	Diversificar a matriz de transportes do estado aumentando a integração entre os modais – SEINFRA							

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017								
COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M2C5	Restaurar rodovias - SEINFRA	Km	3.269	28	395	12,08	2	AP
M9C5	Recuperar terminais hidroviários - SEINFRA	un	2	0	0	0,00	1	AP
M13C5	Recuperar terminais aeroviários - SEINFRA	un	6	2	3	50,00	2	AP
C6	Promover a diversificação da matriz energética estadual, com ênfase nas fontes renováveis, visando o desenvolvimento socioeconômico - SEINFRA							
M1C6	Aumentar o percentual de participação das fontes renováveis na estrutura da matriz energética do Estado - SEINFRA	%	7	3,20	3,20	45,71	2	AP
C7	Realizar ações integradas de segurança viária para reduzir acidentes de trânsito - SEINFRA							
M1C7	Reduzir o número de acidentes de trânsito nas rodovias estaduais - SEINFRA	%	20	9,51	24,00	120,00	3	AP
C8	Promover a utilização racional e eficiente de energia elétrica nos setores público e privado - SEINFRA							
M1C8	Instalar pontos de consumo eficientes - SEINFRA	un	16.587	2.874	2.874	17,00	1	MP
M2C8	Implementar projeto de eficiência energética para prédios públicos do poder executivo estadual - SAEB	un	5	0	2	40,00	2	BP
C9	Articular junto aos agentes do setor elétrico as expansões e reforços dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica para assegurar a oferta e permitir a conexão com novas usinas geradoras, com ênfase para fontes renováveis - SEINFRA							
M1C9	Expandir o sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica com vistas a atender as demandas por energia e o escoamento da geração - SEINFRA	km	8.035	752	1.782	22,18	1	MP
C10	Fortalecer a regulação e a fiscalização dos serviços públicos delegados a terceiros na área de transporte, garantindo a qualidade, a eficiência e a modicidade tarifária - SEINFRA							
M1C10	Realizar ações de fiscalização - SEINFRA	un	125.000	26.447	43.392	34,72	2	AP
C11	Acompanhar a política energética por meio dos principais indicadores da situação de evolução do sistema energético - SEINFRA							
M1C11	Elaborar, anualmente, o Balanço e o Anuário Energético da Bahia - SEINFRA	un	8	1	2	25,00	2	AP
C12	Expandir o mercado de gás natural com ênfase na interiorização, massificação e diversificação dos segmentos industrial, automotivo, comercial e residencial - SEINFRA							

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M1C12	Aumentar o volume diário de distribuição de gás natural - SEINFRA	m³/d	736.000	0	0	0,00	1	BP
C13	Promover a implantação de infraestrutura produtiva para os segmentos estratégicos prioritários do estado - SDE							
M2C13	Atrair investimentos e empreendimentos que potencializem o desenvolvimento socioeconômico nos setores estratégicos do estado - SDE ⁽⁴⁾	un	14	0	184	-	-	AP

NOTAS:

⁽¹⁾Valores extraídos do Fiplan, Relatório M&A100, em 07/11/2017. Dados de 2017 referem-se à segunda apuração de metas (30/09/2017).

⁽²⁾Graus de execução física: 0 - a execução física da meta está programada para exercícios posteriores, não sendo exigíveis resultados, portanto; 1 - a execução física da meta se encontra em patamar muito menor que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente; 2 - a execução física da meta está ocorrendo de acordo com o programado para o quadriênio; 3 - execução física da meta se encontra em patamar igual ou maior (neste último caso, quando desejável) que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente.

⁽³⁾Conceito prospectivo atribuído pelos respectivos órgãos executores à execução física da meta: AP - alta possibilidade, quando é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; MP - média possibilidade, quando não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; e BP - baixa possibilidade, quando a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida.

⁽⁴⁾O valor apurado para 2017 refere-se a protocolos de intenções celebrados, enquanto o valor final previsto refere-se a projetos implantados, motivo pelo qual não foi calculado o percentual de execução física.

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

De acordo com os procedimentos metodológicos adotados, a avaliação do Programa 204 - Infraestrutura para o Desenvolvimento foi aferida pelo conjunto dos órgãos executores, a partir da evolução dos indicadores e execução parcial das 16 metas avaliadas, ou cerca de 33% das metas do Programa, que concentraram, no período 2016/2017, 81,56% dos recursos orçamentários acumulados do Programa.

Os resultados obtidos sugerem que o Programa 204 apresenta um desempenho prospectivo relativamente favorável ao alcance dos principais objetivos ao final do PPA, expresso por mais de 56% das metas avaliadas com alta possibilidade de atingir os principais resultados pretendidos até 2019, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

No que diz respeito às metas avaliadas:

- nove (56,25%) registraram um desempenho AP, ou seja, apresentam ALTA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ano final do PPA Participativo 2016/2019, ou que é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação. Dentre estas, uma (MIC7) já superou o valor projetado para o quadriênio;
- quatro (25,00%) registraram um desempenho MP, ou seja, apresentam MÉDIA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação; e

Continua

Continuação

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

- três (18,75%) registraram um desempenho BP, ou seja, apresentam BAIXA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

Quanto aos quatro indicadores do Programa, comparativamente ao exercício anterior:

- três registraram evolução positiva: o indicador *I1 - Índice de extensão da malha de gasoduto*, vinculado ao Compromisso 12 “Expandir o mercado de gás natural com ênfase na interiorização, massificação e diversificação dos segmentos industrial, automotivo, comercial e residencial”, com acréscimo de 4,27%, alcançando 896,41 km; *I2 - Índice de pontos de acesso à banda larga* e *I4 - Velocidade média contratada de enlaces da Infovia Digital da Bahia*, vinculados ao Compromisso 4 “Ampliar o acesso à banda larga para o desenvolvimento socioeconômico sustentável”, com incremento de 6,11% e 11,03%, respectivamente;
- um não foi apurado devido ao atraso no recebimento das informações sob responsabilidade da PETROBRAS S/A, segundo o órgão responsável: *I3 - Participação da produção de energia renovável na produção total de energia primária*.



Programa 205 Pacto Pela Vida

PROGRAMA 205 - PACTO PELA VIDA**1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA****Ementa**

Drogas e violência; Cidadania e Direitos humanos; Grupos sociais vulneráveis; Qualificação dos serviços de segurança; Juventude; Inteligência policial; Espaço público e segurança comunitária; Mulheres, gênero e diversidade; Igualdade racial; Gestão de riscos; Comunicação; Proteção ao Patrimônio; Planejamento e regionalização de unidades de segurança.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS

Diretriz: VI – Segurança Pública: promover a segurança e a integridade dos cidadãos, por meio da qualificação, inteligência e melhoria da estrutura priorizando a prevenção e o desenvolvimento de uma cultura de paz

Número de Componentes por Secretaria Envolvida

SECRETARIA	INDICADOR	COMPROMISSO	META	INICIATIVA
GAB GOV	0	1	1	1
SEAP	1	1	3	7
SEC	0	0	1	4
SECTI	0	0	0	2
SECULT	0	0	1	2
SEDUR	0	1	1	1
SEINFRA	0	0	0	1
SEMA	0	0	1	3
SEPROMI	0	0	0	3
SERIN	0	0	1	1
SETRE	0	0	3	5
SJDHDS	0	5	17	28
SPM	0	0	0	3
SSP	5	8	26	62
TOTAL	6	16	55	123

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
1	Despesas com Capacitação de Servidores do Sistema Estadual de Segurança Pública por milhão	milhão	2014	1.206,41	623,41	469,87

Continua

Continuação

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
2	Variação percentual do número de armas de fogo apreendidas	%	2014	-11,10	8,67	-20,91
3	Variação percentual do número de inquéritos policiais concluídos com autoria defendida	%	2014	-4,10	9,17	-18,12
4	Índice do número de laudos emitidos	%	2015	100,00	101,57	74,12
5	Índice do número de vagas no sistema penitenciário	%	2015	100,00	109,70	126,72
6	Taxa de cobertura do Corpo de Bombeiros Militar ⁽²⁾	%	2014	51,49	52,89	53,53

FONTES:

- 1- Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia – Fiplan Gerencial.
 2- Sistema de Gerenciamento Estatístico da Polícia Civil da Bahia (SGEPCB).
 3- Sistema de Gerenciamento Estatístico da Polícia Civil da Bahia (SGEPCB).
 4- EP info / Departamento de Polícia Técnica (DPT) / Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP).
 5- Sistema Integrado de Informação Penitenciária (INFOPEN) / Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP) / Superintendência de Gestão Prisional (SGP) / Centro de Documentação (CEDOC).
 6- Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Bahia (CBMBA) / Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (projeções populacionais).

Convenções:

Traço - dado inexistente

Três Pontos - dado desconhecido

NOTAS:

⁽¹⁾Valores apurados até outubro de 2017.

⁽²⁾Uma das variáveis que compõem a fórmula de cálculo da Taxa de Cobertura do Corpo de Bombeiros Militar, constante do Anexo do PPA 2016-2019, está incorreta. A fórmula correta é: Taxa de cobertura = $(\Sigma \text{ das populações dos municípios do estado distantes em um raio de até 35km das Unidades Operacionais do CBMBA} / \text{População do estado estimada para o ano}) * 100$. Todos os valores apurados, foram calculados com base na fórmula correta.

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C1	Dotar o sistema penitenciário de infraestrutura física capaz de atender às necessidades das pessoas privadas de liberdade, humanizando o sistema – SEAP							
M1C1	Criar vagas carcerárias – SEAP	un	3.100	529	529	17,06	2	BP
M4C1	Reformar unidades do sistema penitenciário – SEAP	un	9	0	1	11,11	2	AP

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C5	Promover ações de proteção, promoção social e garantia de direitos, fortalecendo a cidadania e a qualidade de vida das populações em situação de vulnerabilidade, nas áreas críticas e/ou prioritárias – SJDHDS							
M6C5	Qualificar profissionalmente pessoas residentes em áreas de Base Comunitária de Segurança nos municípios com maiores índices de crimes violentos letais intencionais – SETRE	un	8.000	0	0	0,00	1	BP
M7C5	Implementar núcleos de iniciação esportiva, lazer e inclusão social no entorno das bases comunitárias de segurança e nos municípios prioritários – SETRE	un	20	73	81	77,14	2	AP
M9C5	Adequar as escolas para educação integral localizadas em áreas de base comunitária de segurança em municípios com maiores índices de crimes violentos letais intencionais – SEC	un	20	1	10	50,00	2	AP
C7	Garantir o cumprimento das medidas socioeducativas restritivas de liberdade e ações para reinserção de egressos – SJDHDS							
M2C7	Garantir o funcionamento das unidades da Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC – SJDHDS	un	13	12	12	92,31	2	AP
M4C7	Atender adolescentes em cumprimento de medidas restritivas de liberdade – SJDHDS	un	20.440	4.267	9.154	44,78	2	AP
M5C7	Ampliar a oferta de vagas de internação e internação provisória, através da construção de novas unidades de atendimento socioeducativo – SJDHDS	un	450	0	0	0,00	1	MP
C10	Ampliar emprego de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC – SSP							
M3C10	Implantar em municípios infraestrutura de telecomunicação digital para adequação à legislação da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – SSP	un	40	12,00	15	37,5	2	BP
M4C10	Ampliar a capacidade de atendimento anual com identificação criminal – SSP	%	13	0	3	23,08	2	AP
M5C10	Prover unidades da Policia Civil com infraestutura de tecnologia da informação para coleta de dados estatísticos – SSP	un	172	0	5	2,91	1	BP
C12	Ofertar acolhimento, cuidado e alternativas de reinseção social para pessoas com transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas, suas famílias e outros grupos vulneráveis – SJDHDS							
M2C12	Atender usuários de substâncias psicoativas e suas famílias, nos municípios com maiores índices de crimes violentos letais intencionais da Bahia – SJDHDS	un	4.850	2.878	4.374	90,19	2	AP
C15	Promover a formação, a capacitação, a valorização e a qualidade de vida dos servidores do Sistema Estadual de Segurança Pública – SSP							

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M9C15	Implementar plano de formação e capacitação de servidores e candidatos habilitados em concurso do Sistema de Segurança Pública - SSP	un	1	0	0	0,00	2	MP
M10C15	Implementar o plano de valorização do servidor do Sistema Estadual de Segurança Pública - SSP	un	1	0	0	0,00	2	AP
M11C15	Reestruturar o sistema de premiação para os servidores do Sistema Estadual de Segurança Pública - SSP	un	1	0	1	100,00	3	AP
C16	Fortalecer o sistema de garantia de direitos, a promoção da cultura da paz e a ampliação da Polícia Comunitária, inclusive com ações de enfrentamento à violência contra grupos em situação de vulnerabilidade - SSP							
M1C16	Implantar plano de fortalecimento do sistema de garantia de direitos e enfrentamento à violência contra grupos em situação de vulnerabilidade - SSP	un	1	0	0	0,00	2	AP
M2C16	Implantar plano de aperfeiçoamento do serviço de policiamento comunitário - SSP	un	1	0,00	0	0,00	0	AP
M3C16	Implantar em municípios de áreas críticas projeto de prevenção à violência - SSP	un	2	0	0	0,00	0	AP
C17	Ampliar a repressão qualificada ao crime organizado - SSP							
M2C17	Modernizar o arquivo criminal - SSP	un	1	0	0	0,00	2	MP
M3C17	Implantar o plano de fortalecimento da Rede de Gestão da Informação e Análise Criminal da Segurança Pública - SSP	un	1	0	0	0,00	0	AP
C18	Fortalecer a gestão organizacional do Sistema Estadual de Segurança Pública - SSP							
M2C18	Implementar escritórios corporativos de gerenciamento de projetos - SSP	un	1	0	1	100,00	3	AP
C19	Aperfeiçoar mecanismos de controle, prevenção e repressão aos desvios de conduta e atos ilícitos atribuídos aos servidores policiais, consolidando a imagem de confiança e credibilidade da sociedade no Sistema Estadual de Segurança Pública - SSP							
M1C19	Implantar o Plano de Fortalecimento do Sistema Correcional - SSP	un	1	0	0	0,00	0	AP
M2C19	Implantar o projeto de Ronda Disciplinar - SSP	un	1	0	1	100,00	3	AP
C22	Fortalecer a gestão estratégia, da informação, monitoramento e avaliação do Sistema de Defesa Social - GAB GOV							

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M1C22	Gerir as atividades estratégicas do Sistema de Defesa Social - GAB GOV	un	1	1	1	100,00	3	BP

NOTAS:

⁽¹⁾Valores extraídos do Fiplan, Relatório M&A100, em 07/11/2017. Dados de 2017 referem-se à segunda apuração de metas (30/09/2017).

⁽²⁾Graus de execução física: 0 - a execução física da meta está programada para exercícios posteriores, não sendo exigíveis resultados, portanto; 1 - a execução física da meta se encontra em patamar muito menor que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente; 2 - a execução física da meta está ocorrendo de acordo com o programado para o quadriênio; 3 - execução física da meta se encontra em patamar igual ou maior (neste último caso, quando desejável) que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente.

⁽³⁾Conceito prospectivo atribuído pelos respectivos órgãos executores à execução física da meta: AP - alta possibilidade, quando é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; MP - média possibilidade, quando não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; e BP - baixa possibilidade, quando a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida.

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

De acordo com os procedimentos metodológicos adotados, a avaliação do Programa 205 - Pacto pela Vida foi aferida pelo conjunto dos órgãos executores, a partir da evolução dos indicadores e execução das 24 metas avaliadas, ou cerca de 43% das metas do Programa, que concentraram, no período 2016-2017, 90,39% dos recursos orçamentários acumulados do Programa.

Os resultados obtidos sugerem que o Programa 205 apresenta um desempenho prospectivo com alta possibilidade de alcançar os principais objetivos ao final do PPA, expresso por mais de 66% das metas avaliadas com alta possibilidade de atingir os principais resultados pretendidos até 2019, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

No que diz respeito às metas avaliadas:

- 16 (66,67%) registraram um desempenho AP, ou seja, apresentam ALTA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ano final do PPA Participativo 2016-2019, ou que é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação. Dentre estas, quatro já atingiram os valores projetados para o quadriênio (M1C15, M2C18, M2C19 e M1C22);
- três (12,50%) registraram desempenho MP, ou seja, apresentam MÉDIA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação; e
- cinco (20,83%) registraram desempenho BP, ou seja, apresentam BAIXA POSSIBILIDADE de atingir os resultados esperados ao final do quadriênio, ou que a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

Quanto aos seis indicadores do Programa, comparando os dados apurados em 2017 com os valores parciais de 2016, todos registraram evolução positiva:

Continua

Continuação

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

- *I1 – Despesas com Capacitação de Servidores do Sistema Estadual de Segurança Pública por milhão*, vinculado ao Compromisso 15 “Promover a formação, a capacitação, a valorização e a qualidade de vida dos servidores do Sistema Estadual de Segurança Pública”, com incremento de 6,54%;
- *I2 – Variação percentual do número de armas de fogo apreendidas*, vinculado ao Compromisso 21 “Fortalecer o funcionamento do Sistema Estadual de Segurança Pública”, com acréscimo de 28,04%;
- *I3 – Variação percentual do número de inquéritos policiais concluídos com autoria definida*, vinculado aos Compromissos 10 “Ampliar o emprego de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação” – TIC, 15 “Promover a formação, a capacitação, a valorização e a qualidade de vida dos servidores do Sistema Estadual de Segurança Pública”, 17 “Ampliar a repressão qualificada ao crime organizado”, 20 “Fortalecer a infraestrutura física do Sistema Estadual de Segurança Pública” e 21 (citado acima), com aumento de 38,47%;
- *I4 – Índice do número de laudos emitidos*, vinculado aos já citados Compromissos 10, 15, 17, 20 e 21 e ao Compromisso 18 “Fortalecer a gestão organizacional do Sistema Estadual de Segurança Pública”, cujo incremento foi 19,72%;
- *I5 – Índice do número de vagas no sistema penitenciário*, vinculado ao Compromisso 1 “Dotar o sistema penitenciário de infraestrutura física capaz de atender às necessidades das pessoas privadas de liberdade, humanizando o sistema”, com aumento de 16,78%; e
- *I6 – Taxa de cobertura do Corpo de Bombeiros Militar*, vinculado aos já citados Compromissos 10, 15, 18 e 20, com incremento de 1,85%.



Programa 206 **Desenvolvimento Rural Sustentável**

PROGRAMA 206 – DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA****Ementa**

Acesso e permanência a terra, regularização fundiária e apoio à reforma agrária; Infraestrutura rural e segurança hídrica; Desenvolvimento e disseminação de tecnologias e inovações contextualizadas; Povos e comunidades tradicionais; agricultura familiar; Segurança alimentar e nutricional; Rede de assistência técnica e extensão rural; Cadeias e arranjos produtivos agrícolas e não agrícolas; Associativismo e cooperativismo; Fomento à agroindústria, financiamento produtivo; Apoio à gestão de empreendimentos.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS

Diretriz II – Redução da Pobreza Extrema: garantir a prioridade na redução da pobreza extrema de forma multidimensional e transversal.

Diretriz X – Convivência com o Semiárido, Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar: promover o desenvolvimento e a adoção de tecnologias apropriadas, o associativismo, o cooperativismo, o empreendedorismo e os arranjos produtivos locais no meio rural.

Número de Componentes por Secretaria Envolvida

SECRETARIA	INDICADOR	COMPROMISSO	META	INICIATIVA
SAEB	1	0	1	1
SDE	0	0	2	2
SDR	3	8	30	58
SEAGRI	0	4	6	7
SECTI	0	1	1	1
SEINFRA	0	2	2	5
SEMA	0	0	3	3
SEPROMI	0	0	1	1
TOTAL	4	15	46	78

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
1	Índice do valor das compras governamentais de produtos oriundos da agricultura familiar e economia solidária ⁽²⁾	%	2014	100,00	34,00	...

Continua

Continuação

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
2	Número de famílias assentadas	un	2015	46.914,00	49.104,00	48.696,00
3	Proporção de agricultores familiares com acesso a ATER	%	2015	5,34	7,20	8,70
4	Proporção de agricultores familiares que aderiram ao Programa Garantia Safra	%	2014	34,43	40,20	38,30

FONTES:

1 – Secretaria da Educação (SEC). Dados fornecidos pela Coordenação Central de Licitação (CCL) / Secretaria da Administração (SAEB).
 2 – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).
 3 – Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER); Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) / Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR)
 4 – Superintendência de Agricultura Familiar (SUAF) / Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Convenções:

Traço – dado inexistente

Três Pontos – dado desconhecido

NOTAS:

⁽¹⁾Valores apurados até outubro de 2017.⁽²⁾Anteriormente, as compras eram feitas via credenciamento. Em 2017, os recursos foram passados diretamente para as escolas que efetuaram a compra da merenda escolar, cuja comprovação será realizada na prestação de contas elaborada no final do exercício.**3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS – PERÍODO 2016/2017**

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C2	Promover a sanidade na agropecuária no estado por meio da ampliação e intensificação das vigilâncias epidemiológicas – SEAGRI							
M1C2	Realizar barreiras móveis (Blitz) nas rodovias para fiscalização do trânsito de animais vivos, de vegetais e seus produtos – SEAGRI	un	706	238	382	27,05	2	MP
M5C2	Realizar ações de fiscalizações em atividade agropecuária – SEAGRI	un	11.976	15.838	25.260	105,46	3	AP
M6C2	Realizar análises laboratoriais para vigilância e pesquisa – SEAGRI	un	14.353	7.144	9.422	32,82	1	MP
C4	Ampliar o Serviço de Inspeção Estadual (SIE) para produtos de origem animal – SEAGRI							

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M1C4	Inspecionar Produtos de Origem Animal (POA) - SEAGRI	t	698.255,00	292.560,00	554.395,00	39,70	1	MP
C5	Promover ações de educação sanitária para defesa agropecuária - SEAGRI							
M1C5	Realizar eventos de educação sanitária para defesa agropecuária - SEAGRI	un	1.390	917	1.355	97,48	2	AP
C7	Ampliar a infraestrutura e serviços rurais para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária - SDR							
M2C7	Implantar projetos comunitários para geração de ocupação e renda - SDR	un	312	50	51	16,35	2	AP
M7C7	Implantar serviços em assentamentos rurais, povos e comunidades tradicionais - SDR	un	25	0	0	0,00	0	BP
C8	Fomentar a agroindustrialização, a comercialização, a gestão, a organização, o empreendedorismo, o cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária, dos povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária, jovens e mulheres, considerando as particularidades e potencialidades territoriais - SDR							
M8C8	Ampliar a participação de agricultores familiares e empreendedores de economia solidária nas compras governamentais - SAEB	%	10,00	0,00	6,00	60,00	2	MP
C9	Disponibilizar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária, jovens, negros e mulheres - SDR							
M1C9	Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural de qualidade para o desenvolvimento rural - SDR	un	232.794	47.929	104.174	44,75	2	AP
C10	Fomentar os sistemas produtivos sustentáveis da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, jovens e mulheres, considerando as particularidades e potencialidades territoriais - SDR							
M1C10	Fomentar unidades de produção familiar - SDR	un	764.880	200.847	256.896	33,59	2	BP
C12	Promover o desenvolvimento socioeconômico e sustentável da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, garantindo a transição agroecológica - SDR							
M2C12	Implementar programa de pagamento por serviços ambientais - SEMA	un	1	0	0	0,00	2	MP
M4C12	Apoiar administrativa e financeiramente a restauração produtiva em área estratégica por meio de sistemas agroflorestais - SEMA	ha	2.770,00	103,00	103,00	3,72	1	BP

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C13	Promover processos de planejamento, integração e gestão do desenvolvimento rural sustentável dos territórios de identidade, considerando as dimensões de gênero, etnia, geração, povos tradicionais e de terreiros – SDR							
M2C13	Implantar o Sistema Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – SDR	un	1	0	0	0,00	2	AP
M3C13	Fomentar a atuação dos colegiados territoriais com apoio técnico e infraestrutura – SDR	un	27	0	12	44,44	2	AP
C14	Promover o acesso à terra para assentamento de famílias de trabalhadores rurais – SDR							
M5C14	Realizar vistoria e avaliação de imóveis rurais – SDR	un	200	41	48	24,00	2	MP
C17	Promover a universalização do acesso à energia elétrica em todo o meio rural, com ênfase no semiárido – SEINFRA							
M1C17	Atender unidades consumidoras da área rural com energia elétrica – SEINFRA	un	110.817	19.774	25.334	22,86	2	BP
C18	Promover a universalização do acesso aos meios de telecomunicação em todo o meio rural – SEINFRA							
M1C18	Atender localidades rurais com serviços de telecomunicações – SEINFRA	un	4.625	0	0	0,00	1	BP
C21	Promover a regularização fundiária das áreas ocupadas, priorizando agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais – SDR							
M1C21	Atender famílias com entrega de título de propriedade – SDR	un	75.055	3.328	3.546	4,72	1	MP
M2C21	Regularizar propriedades em áreas quilombolas e de fundo e fecho de pasto – SDR	un	275	5	5	1,82	1	MP

NOTAS:

⁽¹⁾Valores extraídos do Fiplan, Relatório M&A100, em 07/11/2017. Dados de 2017 referem-se à segunda apuração de metas (30/09/2017).

⁽²⁾Graus de execução física: 0 – a execução física da meta está programada para exercícios posteriores, não sendo exigíveis resultados, portanto; 1 – a execução física da meta se encontra em patamar muito menor que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente; 2 – a execução física da meta está ocorrendo de acordo com o programado para o quadriênio; 3 – execução física da meta se encontra em patamar igual ou maior (neste último caso, quando desejável) que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente.

⁽³⁾Conceito prospectivo atribuído pelos respectivos órgãos executores à execução física da meta: AP – alta possibilidade, quando é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; MP – média possibilidade, quando não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; e BP – baixa possibilidade, quando a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida.

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

De acordo com os procedimentos metodológicos adotados, a avaliação do Programa 206 – Desenvolvimento Rural Sustentável foi aferida pelo conjunto dos órgãos executores a partir da evolução dos indicadores e execução parcial das 19 metas avaliadas, ou cerca de 41% das metas do Programa, que concentraram, no período 2016/2017, aproximadamente 40% dos recursos orçamentários acumulados do Programa.

Os resultados obtidos sugerem que o Programa 206 apresenta um desempenho prospectivo com média possibilidade de alcançar os principais objetivos, expresso por 42% das metas avaliadas com média possibilidade de atingir os principais resultados esperados ao final do PPA, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação, ressaltando que cerca de 30% das metas avaliadas apresentaram alta possibilidade de atingir os valores projetados.

No que diz respeito às metas avaliadas:

- seis (31,6%) registraram um desempenho AP, ou seja, apresentam ALTA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ano final do PPA Participativo 2016-2019, ou que é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação. Dentre essas, uma (M5C2) já superou o valor projetado para o quadriênio;
- oito (42,1%) registraram desempenho MP, ou seja, apresentam MÉDIA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação; e
- cinco (26,3%) registraram um desempenho BP, ou seja, apresentam BAIXA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que a meta projetada para 2019 provavelmente não seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

Quanto aos quatro indicadores do Programa, comparando os dados apurados em 2017 com os valores parciais de 2016:

- um apresentou evolução positiva: *I3 – Proporção de agricultores familiares com acesso a ATER*, vinculado ao Compromisso 9 “Disponibilizar serviços de assistência técnica e extensão rural – ATER para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária, jovens, negros e mulheres”, com incremento de 20,83%;
- dois registraram evolução negativa: *I2 – Número de famílias assentadas*, vinculado ao Compromisso 14 – “Promover o acesso à terra para assentamento de famílias de trabalhadores rurais”, com decréscimo de 0,83%; e *I4 – Proporção de agricultores familiares que aderiram ao Programa Garantia Safra*, vinculado ao Compromisso 6 “Ampliar a participação da produção da agricultura familiar, de povos e comunidades tradicionais e de assentados da reforma agrária na política estadual de segurança alimentar e nutricional”, com decréscimo de 4,73%, ressaltando que este compromisso não teve metas selecionadas como representativas para os principais resultados do Programa;
- um não foi aferido em função do levantamento das informações ocorrer ao final do exercício, segundo o órgão responsável: *I1 – Índice do valor das compras governamentais de produtos oriundos da agricultura familiar e economia solidária* não foi apurado.



Programa 207 Meio Ambiente e Sustentabilidade

PROGRAMA 207 - MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA****Ementa**

Desenvolvimento Sustentável; Áreas protegidas; Manejo sustentável de bacias; Energias renováveis; Resíduos e reciclagem; Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE); Proteção dos recursos naturais; Serviços ambientais; ICMS Verde; Economia Verde e Empregos Verdes.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS

Diretriz IX – Promover o desenvolvimento sustentável, a socioeconomia da biodiversidade e a conservação dos biomas, bacias hidrográficas e recursos.

Número de Componentes por Secretaria Envolvida

SECRETARIA	INDICADOR	COMPROMISSO	META	INICIATIVA
CASA CIVIL	0	0	2	2
SDE	0	1	4	8
SEAGRI	0	1	4	6
SEMA	10	4	34	65
TOTAL	10	6	44	81

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
1	Área total em restauração ⁽²⁾	ha	2015	121.255,17	261.733,00	288.309,36
2	Passivo de Fiscalização Ambiental ⁽³⁾	un	2014	4.148,00	5.718,00	6.214,00
3	Passivo de Licenciamento Ambiental (exceto Atos Florestais, Atos Declaratórios e outorgas)	un	2014	3.094,00	2.277,00	2.092,00
4	Proporção da implementação de instrumentos de gestão de Recursos Hídricos (PERH) ⁽⁴⁾	%	2015	13,43	31,34	...
5	Proporção das etapas de Planejamento e Ordenamento Territorial Ambiental concluídas ⁽⁵⁾	%	2015	55,00	82,50	...
6	Proporção de áreas da agricultura familiar cadastradas no CEFIR	%	2015	5,40	25,25	53,69
7	Proporção de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade – APCB com estratégia de conservação implementada ⁽⁶⁾	%	2015	13,00	26,92	29,54
8	Proporção de Lista de espécies e Planos de Ação concluídos ⁽⁷⁾	%	2015	50,000	60,00	90,00

Continua

Continuação

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
9	Proporção de municípios aderentes à Gestão Ambiental Compartilhada (GAC) ⁽⁸⁾	%	2015	57,00	62,59	62,11
10	Proporção de Unidades de Conservação Estaduais com Planos de Manejo e Conselho Gestor ativo ⁽⁹⁾	%	2015	25,00	13,33	17,78

FONTES:

- 1-Sistema Estadual de Informações Ambientais (SEIA) / Módulo Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR), disponível em <http://sistema.seia.ba.gov.br>. Secretaria do Meio Ambiente (SEMA).
- 2-Sistema informatizado gestão de fluxo de processos e negócios do INEMA (CERBERUS) / Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA).
- 3-Sistema Estadual de Informações Ambientais (SEIA) / Sistema informatizado gestão de fluxo de processos e negócios do INEMA (CERBERUS) / Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA).
- 4-Sistema Estadual de Informações Ambientais (SEIA), disponível em <http://sistema.seia.ba.gov.br> e Sistema de Gerenciamento de Processos dos Recursos Hídricos (Prohidros); Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) / Diretoria de Águas (DIRAG) / Secretaria do Meio Ambiente (SEMA).
- 5-Superintendência de Estudos e Pesquisas Ambientais (SEP) e Superintendência de Políticas e Planejamento Ambiental (SPA) / Secretaria do Meio Ambiente (SEMA).
- 6-Sistema Estadual de Informações Ambientais (SEIA) / Módulo Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR) / Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) / Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), disponível em <http://sistema.seia.ba.gov.br>; Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).
- 7-Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR) / Superintendência de Estudos e Pesquisas Ambientais (SEP) / Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) / Secretaria do Meio Ambiente (SEMA).
- 8-Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Sistema Estadual de Informações Ambientais (SEIA) / Secretaria do Meio Ambiente (SEMA).
- 9-Superintendência de Políticas e Planejamento Ambiental (SPA) / Diretoria de Estudos Avançados de Meio Ambiente (DEAMA) / Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), disponível em <http://www.meioambiente.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=162>.
- 10-Diretoria de Unidades de Conservação (DIRUC) / Coordenação de Planejamento de UCS (COPLAN) / Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) / Secretaria do Meio Ambiente (SEMA).

NOTAS:

⁽¹⁾Valores apurados até outubro de 2017.

⁽²⁾O cálculo leva em consideração o total de área declarada de Reservas Legais – RL e Áreas de Proteção Permanente – APP com estado de conservação Degradada ou Parcialmente degradada, considerando imóveis não excluídos, com estado de conservação Registrado ou Cadastrado. Houve equívoco no valor apurado pelo INEMA no ano de referência – para 2015 o valor correto é 136.695,38 ha., e não 121.255,17 ha., e também no valor parcial de 2016.

⁽³⁾Foram considerados como processos formados aqueles criados a cada ano no Sistema CERBERUS, com numeração própria, independente de seu status atual (quais sejam, formado, encaminhado para área, em análise técnica, concluído e outros). Foram considerados como processos finalizados aqueles concluídos, arquivados e cancelados no período. O valor do indicador foi obtido a partir do cálculo (6.214 (saldo de processos em 2016) + 5.764 (processos formados 2017)) – 1.795 (processos finalizados 2017) = 6.214.

⁽⁴⁾Dada a inconsistência do valor apurado pela Secretaria, não foi possível informar o valor para 2017.

⁽⁵⁾Dada a inconsistência do valor apurado pela Secretaria, não foi possível informar o valor para 2017.

Convenções:

Traço – dado inexistente

Três Pontos – dado desconhecido

Continua

Continuação

NOTAS

⁽⁶⁾Foi utilizado para o cálculo do indicador a área, em hectare, da APCB que já possui estratégias de conservação /ações de restauração (Área de Proteção Permanente – APP e Reserva Legal – RL) registradas no CEFIR. Foram consideradas no cálculo da linha de base as Unidades de Conservação Estaduais (não incluindo RPPN e zonas de amortecimento, por não estarem disponíveis no sistema). Em 2015 o cálculo foi realizado utilizando uma versão preliminar das APCB [20.550.135,7 ha] e área de UC com sobreposição [2.591.525,26], as informações de área de APP e RL não estavam disponíveis. Atualmente, para efeito de cálculo, a área de APCB aumentou [26.688.041,5 ha] de APP e RL (fornecidos cotic de 29/08/12 – 17/11/16). Sendo assim, o cálculo atual leva em consideração a nova área de APCB, APP, RL e UC.

⁽⁷⁾Participaram do cálculo do indicador a SEMA (elaboração do Plano de ação e atualização da Lista de espécies) e o INEMA (implementação do Plano de Ação); os Planos de Ação são executados em pelo menos cinco anos.

⁽⁸⁾A redução do indicador se deu principalmente por causa de dois fatores: i) redução no investimento em convênios com Consórcios Municipais de Desenvolvimento no ano de 2017; e ii) recuo de alguns municípios que já haviam declarado capacidade para a gestão ambiental e desistiram em função da atuação do Ministério Público, assinando Termos de Ajuste de Conduta – TAC.

⁽⁹⁾A elaboração dos Planos de Manejo depende de recursos financeiros, condicionantes ambientais e de compensação ambiental. Devido ao contingenciamento de recursos do PPA, três planos foram descontinuados. Quanto aos condicionantes existem dois planos em processos de viabilização; em relação à Compensação Ambiental, encontra-se em processo a regulamentação de procedimentos para a utilização dos recursos destinados para este fim. Houve equívoco no valor apurado no ano de referência – para 2015 o valor correto é 25,00%, e não 5,40%, como publicado.

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS – PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C2	Promover a reestruturação das áreas prioritárias e estratégicas para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos – SEMA							
M20C2	Promover o fortalecimento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEMA	un	1	0	1	100,00	3	BP
M25C2	Elaborar estudos para manejo de espécie de interesse socioeconômico e ambiental – SEMA	un	10	0	0	0,00	1	BP
M26C2	Implementar programa de restauração florestal em áreas prioritárias e estratégicas – SEMA	un	1	0	0	0,00	1	BP
M27C2	Implementar planos de ação e de recuperação de espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção – SEMA	un	5	0	3	60,00	2	MP
C3	Fortalecer os Sistemas Estaduais de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA							
M3C3	Modernizar Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos – SEIA – SEMA	un	1	1	1	100,00	3	MP
M15C3	Promover a implantação e funcionamento de Centros de Triagem de Animais Silvestres – Cetas – SEMA	un	4	0	0	0,00	1	BP

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M17C3	Implementar instrumentos para a gestão dos recursos hídricos – SEMA	un	7	6	6	85,71	2	AP
C4	Aprimorar a qualidade e o controle ambiental – SEMA							
M9C4	Apoiar técnica e financeiramente os municípios no desenvolvimento de ações preventivas à danos ambientais – CASA CIVIL	un	280	0	2	0,71	1	BP
M15C4	Implantar Centro Estadual de Monitoramento e Gerenciamento de Riscos e Desastres – CASA CIVIL	un	1	0	0	0,00	1	BP
C9	Promover sustentabilidade na produção de organismos aquáticos de interesse para a pesca e aquicultura do Estado – SEAGRI							
M5C9	Realizar estudos sobre os impactos das atividades de pesca e aquicultura do Estado – SEAGRI	un	2	0	0	0,00	0	MP
C10	Fortalecer a governança ambiental e participativa nas bacias, unidades de conservação, territórios e colegiados estaduais – SEMA							
M8C10	Modernizar Sistema Georreferenciado de Gestão Ambiental da Bahia – Geobahia – SEMA	un	1	1	1	100,00	3	AP
M13C10	Realizar Conferência Estadual de Meio Ambiente – Cema – SEMA	un	2	0	0	0,00	1	BP
M14C10	Apoiar comitês e colegiados de participação social voltados ao planejamento, gestão ambiental e de recursos hídricos – SEMA	un	48	38	38	79,17	2	BP

Notas:

⁽¹⁾Valores extraídos do Fiplan, Relatório M&A100, em 07/11/2017. Dados de 2017 referem-se à segunda apuração de metas (30/09/2017).

⁽²⁾Graus de execução física: 0 – a execução física da meta está programada para exercícios posteriores, não sendo exigíveis resultados, portanto; 1 – a execução física da meta se encontra em patamar muito menor que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente; 2 – a execução física da meta está ocorrendo de acordo com o programado para o quadriênio; 3 – execução física da meta se encontra em patamar igual ou maior (neste último caso, quando desejável) que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente.

⁽³⁾Conceito prospectivo atribuído pelos respectivos órgãos executores à execução física da meta: AP – alta possibilidade, quando é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; MP – média possibilidade, quando não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; e BP – baixa possibilidade, quando a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida.

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

De acordo com os procedimentos metodológicos adotados, a avaliação do Programa 207 – Meio Ambiente Sustentável foi aferida pelo conjunto dos órgãos executores, a partir da evolução dos indicadores e execução parcial das metas avaliadas. Foram selecionadas, originalmente, 25 metas representativas, que concentravam aproximadamente 85% dos recursos orçamentários acumulados do Programa. Entretanto, apenas 13 dessas metas, ou cerca de 30%, que absorveram, no período 2016/2017, 35,85% dos recursos orçamentários acumulados do Programa, foram avaliadas pelos respectivos órgãos executores.

Continua

Continuação

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os resultados obtidos sugerem que o Programa 207 apresenta um desempenho prospectivo com baixa possibilidade de alcançar os principais objetivos ao final do PPA, expresso por mais de 61% das metas avaliadas com baixa possibilidade de atingir os principais resultados pretendidos até 2019, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação, ressaltando, mais uma vez, que não foram avaliadas 12 metas selecionadas como representativas do Programa, que concentraram mais de 49% dos recursos orçamentários acumulados no período 2016/2017, visto que os responsáveis pela sua execução não se encontravam presentes na Oficina de Avaliação, realizada em 22/11/2017.

No que diz respeito às metas avaliadas:

- duas (15,38%) registraram um desempenho AP, ou seja, apresentam ALTA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ano final do PPA Participativo 2016-2019, ou que é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação. Dentre estas, uma (M20C2) já atingiu o valor projetado para o quadriênio e duas (M3C3 e M8C10) têm mantido anualmente o valor esperado;
- três (23,08%) registraram desempenho MP, ou seja, apresentam MÉDIA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação; e
- oito (61,54%) registraram desempenho BP, ou seja, apresentam BAIXA POSSIBILIDADE de atingir os resultados esperados ao final do quadriênio, ou que a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

Quanto aos dez indicadores do Programa, comparando os dados apurados em 2017 com os valores parciais de 2016:

- sete registraram evolução positiva: *I1 – Área total em restauração*, vinculado aos Compromissos 2 “Promover a restauração das áreas prioritárias e estratégias para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos” e 4 “Aprimorar a qualidade e o controle ambiental”, cuja área em restauração superou 288 mil ha; *I3 – Passivo de Licenciamento Ambiental (exceto Atos Florestais, Atos Declaratórios e outorgas)*, vinculado ao Compromisso 4, já citado, cuja redução de 11,58% demonstra uma evolução positiva, uma vez que a polaridade desse indicador é negativa; *I6 – Proporção de áreas da agricultura familiar cadastradas no CEFIR*, vinculado ao Compromisso 4, com incremento de 129,64%; *I7 – Proporção de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade – APCB com estratégia de conservação implementada*, vinculado ao Compromisso 2, com um incremento de 9,73%; *I8 – Proporção de Lista de espécies e Planos de Ação concluídos*, vinculado ao Compromisso 2, com acréscimo de 50,00%; *I9 – Proporção de municípios aderentes à Gestão Ambiental Compartilhada (GAC)*, vinculado ao Compromisso 3 “Fortalecer os sistemas estaduais de meio ambiente e recursos hídricos”, com incremento de 0,39%; e *I10 – Proporção de Unidades de Conservação Estaduais com Planos de Manejo e Conselho Gestor ativo*, vinculado ao Compromisso 2, com incremento de 60,04%;
- um apresentou evolução negativa: *I2 – Passivo de Fiscalização Ambiental*, vinculado ao Compromisso 4, já citado, cujo incremento de 7,86% demonstra uma evolução negativa, uma vez que a polaridade desse indicador é negativa; e
- dois não foram considerados para fins de avaliação devido à inconsistência do valor aferido para 2017: *I4 – Proporção da implementação de instrumentos de gestão de Recursos Hídricos (PERH)* e *I5 – Proporção das etapas de Planejamento e Ordenamento Territorial Ambiental concluídas*.



Programa 208 Bahia Trabalho Decente

PROGRAMA 208 – BAHIA TRABALHO DECENTE

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

Ementa

Geração de trabalho e renda; Segurança e saúde do trabalhador; Combate à discriminação no trabalho; Qualificação profissional; Economia Solidária, cooperativismo e associativismo; Erradicação de formas degradantes de trabalho; Empreendedorismo de negros e mulheres; Fomento a setores Trabalho-intensivos e a micro, pequenos e médio empreendedores; Apoio ao trabalho protegido de adolescentes e ao trabalho de jovens.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS

Diretriz I – Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Socioprodutiva: promover o desenvolvimento orientado para a redução das desigualdades entre os Territórios de Identidade do Estado, de forma ambiental e socialmente sustentável, com inclusão socioprodutiva.

Diretriz V – Cidadania e Direitos Humanos: promover a inclusão social, o trabalho decente e a universalização do acesso a serviços públicos de qualidade, priorizando os grupos historicamente discriminados da sociedade, respeitando as características de geração, gênero e étnico-racial e a diversidade.

Número de Componentes por Secretaria Envolvida

SECRETARIA	INDICADOR	COMPROMISSO	META	INICIATIVA
SETRE	3	3	19	24
TOTAL	3	3	19	24

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
1	Número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho pelo serviço de intermediação do SINEBAHIA ⁽²⁾	un	2014	57.634,00	36.877,00	64.691,00
2	Proporção de municípios com unidades de serviço do SINEBAHIA implantada	%	2014	25,18	25,90	26,13
3	Variação percentual do faturamento bruto dos empreendedores individuais e de pequenos e micro negócios após 12 meses de qualificação ⁽³⁾	%	2015	0,00	0,00	0,00

FONTES:

- 1 – Base de Gestão da Intermediação (BGIMO) / Serviço Estadual de Intermediação para o Trabalho (SINEBAHIA) / Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE).
 2 – Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho (SUDET) / Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE).
 3 – Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho (SUDET) / Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE).

NOTAS:

⁽¹⁾Valores apurados até outubro de 2017.

⁽²⁾O valor apurado para o indicador em 2017 é acumulado.

⁽³⁾Em virtude da falta de dotação orçamentária, o indicador permanece inalterado.

Convenções:

Traço – dado inexistente

Três Pontos – dado desconhecido

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C2	Promover ações de qualificação para empreendedores individuais e de micro e pequenos negócios – SETRE							
M1C2	Qualificar empreendedores individuais e de micro e pequeno negócio – SETRE	un	3.000	0	0	0,00	0	BP
C7	Fortalecer ações de emprego, trabalho e renda, ampliando a rede de serviços e promovendo ações de qualificação social e profissional – SETRE							
M1C7	Inserir trabalhadores no mundo do trabalho em atividade formal e remunerada – SETRE	un	119.747	36.877	64.691	54,02	2	AP
M3C7	Garantir o funcionamento das unidades de serviço SINEBAHIA – SETRE	un	119	123	129	108,40	3	AP
M4C7	Disponibilizar documentação civil e trabalhista para trabalhadores – SETRE	un	1.440.000	241.624	437.299	30,37	2	BP
M6C7	Qualificar profissionalmente jovens em situação de vulnerabilidade social – SETRE	un	8.000	960	1.051	13,14	1	BP
M7C7	Qualificar pessoas em situação de vulnerabilidade social e em situação de desemprego, que buscam colocação no mercado de trabalho com foco nos grandes empreendimentos públicos e privados – SETRE	un	17.826	116	670	3,76	1	BP
M8C7	Disponibilizar vagas de emprego para trabalhadores (as) – SETRE	un	418.758	63.995	105.652	25,23	1	BP
M12C7	Intermediar serviços de profissionais autônomos – SETRE	un	700.000	0	183.444	26,21	1	MP
C8	Promover o trabalho decente na geração de mais e melhores empregos, com respeito à adversidade e igualdade de oportunidades, fortalecendo o diálogo social, garantindo condições de liberdade, saúde, segurança, dignidade humana e proteção social, de acordo com as diretrizes da Agenda Bahia do Trabalho Decente – SETRE							
M1C8	Promover eventos da Agenda Bahia do Trabalho Decente – SETRE	un	52	11	24	46,15	2	AP
M2C8	Gerir a Agenda Bahia do Trabalho Decente, implementando ações nos eixos temáticos – SETRE	un	1	1	1	100,00	3	AP
M3C8	Implementar projetos de promoção do Trabalho Decente – SETRE	un	5	1	3	60,00	2	AP

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M5C8	Realizar assistência integrada aos trabalhadores egressos do trabalho escravo, análogo à escravidão e/ou degradantes através do Projeto Ação Integrada - PAI - SETRE	un	445	20	21	4,72	1	BP

NOTAS:

⁽¹⁾Valores extraídos do Fiplan, Relatório M&A100, em 07/11/2017. Dados de 2017 referem-se à segunda apuração de metas (30/09/2017).

⁽²⁾Graus de execução física: 0 – a execução física da meta está programada para exercícios posteriores, não sendo exigíveis resultados, portanto; 1 – a execução física da meta se encontra em patamar muito menor que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente; 2 – a execução física da meta está ocorrendo de acordo com o programado para o quadriênio; 3 – execução física da meta se encontra em patamar igual ou maior (neste último caso, quando desejável) que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente.

⁽³⁾Conceito prospectivo atribuído pelos respectivos órgãos executores à execução física da meta: AP – alta possibilidade, quando é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; MP – média possibilidade, quando não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; e BP – baixa possibilidade, quando a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida.

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

De acordo com os procedimentos metodológicos adotados, a avaliação do Programa 208 – Bahia Trabalho Decente foi aferida pelo conjunto dos órgãos executores a partir da evolução dos indicadores e execução parcial das 12 metas avaliadas, ou cerca de 63% das metas do Programa, que concentraram, no período 2016/2017, 92,57% dos recursos orçamentários acumulados do Programa.

Os resultados obtidos sugerem que o Programa 208 apresenta um desempenho prospectivo com baixa possibilidade de alcançar os principais objetivos ao final do PPA, expresso por 50% das metas avaliadas com baixa possibilidade de atingir os principais resultados pretendidos até 2019, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

No que diz respeito às metas avaliadas:

- cinco (41,67%) registraram um desempenho AP, ou seja, apresentam ALTA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ano final do PPA Participativo 2016/2019, ou que é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação. Dentre estas, uma (M3C7) já superou o valor projetado para o quadriênio e outra (M2C8) tem mantido o valor anualmente esperado;
- uma (8,33%) registrou desempenho MP, ou seja, apresenta MÉDIA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação; e
- seis (50,00%) registraram desempenho BP, ou seja, apresentam BAIXA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

Continua

Continuação

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

Quanto aos três indicadores do Programa, comparando os dados apurados em 2017 com os valores parciais de 2016:

- dois apresentaram evolução positiva: I1 – *Número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho pelo serviço de intermediação do SINEBAHIA*, vinculado ao Compromisso 7 “Fortalecer ações de emprego, trabalho e renda, ampliando a rede de serviços e promovendo ações de qualificação social e profissional”, com um incremento de 146,35%; e I2 – *Proporção de municípios com unidades de serviço do SINEBAHIA implantada*, também vinculado ao Compromisso 7, com um incremento de 0,89%;
- um não registrou evolução em função da falta de programação orçamentária, segundo o órgão responsável: I3 – *Variação percentual do faturamento bruto dos empreendedores individuais e de pequenos e micro negócios após 12 meses de qualificação*, vinculado ao Compromisso 2 “Promover ações de qualificação para empreendedores individuais e de micro e pequenos negócios”.



Programa 209 Desenvolvimento Urbano

PROGRAMA 209 - DESENVOLVIMENTO URBANO**1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA****Ementa**

Melhoria da qualidade de vida urbana; Infraestrutura urbana; Habitação; Saneamento; Mobilidade e acessibilidade; Comunicação; Serviços especiais; Segurança pública; Comunicação e proteção ao meio ambiente; Turismo; Fortalecimento da rede de cidades.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS

Diretriz XII – Desenvolvimento Urbano: promover o desenvolvimento sistêmico das diversas áreas urbanas, com destaque para as ações de infraestrutura, habitação, mobilidade, saneamento, comunicação, qualidade ambiental, turismo e de fortalecimento da rede de cidades de pequeno e médio portes.

Número de Componentes por Secretaria Envolvida

SECRETARIA	INDICADOR	COMPROMISSO	META	INICIATIVA
SAEB	0	1	6	6
SEDUR	4	12	38	94
SEFAZ	0	1	1	1
TOTAL	4	14	45	101

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
1	Percentual de áreas do frontispício revitalizadas	%	2015	0,00	0,00	0,00
2	Percentual de equipamentos de infraestrutura implantados	%	2015	0,00	0,00	0,00
3	Percentual de requalificação urbana do Centro Antigo de Salvador ⁽²⁾	%	2015	0,00	5063	93,67
4	Títulos de regularização fundiária emitidos ⁽³⁾	un	2014	2.581,00	7.640,00	13.549,00

FONTES:

- 1 - Sistema POLO / Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) / Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado da Bahia (SEDUR).
 2 - Sistema POLO / Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) / Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado da Bahia (SEDUR).
 3 - Sistema POLO / Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) / Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado da Bahia (SEDUR).
 4 - Diretoria de Regularização Fundiária (DRF) / Superintendência de Habitação (SH) / Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR).

Convenções:

Traço - dado inexistente

Três Pontos - dado desconhecido

NOTAS:

⁽¹⁾Valores apurados até outubro de 2017.⁽²⁾O indicador é calculado a partir da relação entre o número de equipamentos requalificados até o ano de aferição e o número de equipamentos a serem requalificados no ano de referência. Em 2015, o número de equipamentos a serem requalificados foi de 158 e, até outubro de 2016, foram requalificados 80 equipamentos.⁽³⁾Para o indicador, foi considerado o somatório de títulos de regularização fundiária emitidos até outubro de 2017. Valor apurado é acumulado.

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C1	Fortalecer a gestão municipal nas áreas de desenvolvimento urbano – SEDUR							
M2C1	Implementar programa de assistência técnica aos municípios em infraestrutura e gestão urbana – SEDUR ⁽⁴⁾	un	417	0	205	-	-	BP
M3C1	Apoiar a estruturação dos sistemas de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano dos municípios impactados pela implantação de grandes empreendimentos e infraestruturas – SEDUR	un	49	0	17	34,69	1	BP
C2	Promover integração das políticas setoriais e territoriais de desenvolvimento urbano, com ênfase na gestão participativa – SEDUR							
M1C2	Elaborar projeto de lei da Política Estadual de Desenvolvimento Urbano – SEDUR	un	1	0	0	0,00	0	BP
M2C2	Elaborar agenda de desenvolvimento urbano sustentável para Territórios de Identidade impactados por grandes empreendimentos – SEDUR	un	3	0	0	0,00	0	BP
M3C2	Disponibilizar instrumentos e informações voltados à gestão participativa e ao aperfeiçoamento técnico-operacional para o planejamento e desenvolvimento urbano – SEDUR	un	4	0	4	100,00	3	AP

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C3	Implementar ações de planejamento e de integração da gestão pública das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do Estado – SEDUR							
M1C3	Elaborar o planejamento para o desenvolvimento integrado das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas – SEDUR	un	4	0	0	0,00	0	BP
M4C3	Prover suporte técnico na elaboração de planos metropolitanos de prevenção e redução de riscos – SEDUR	un	4	0	0	0,00	0	AP
C4	Promover o acesso à moradia digna na área urbana e rural, visando a redução do déficit habitacional, priorizando os segmentos populacionais de maior vulnerabilidade, considerando especificidade e características locais – SEDUR							
M1C4	Executar obras de habitação e urbanização integrada – SEDUR ⁽⁵⁾	un	8	0	1	12,50	2	MP
M5C4	Apoiar a contratação de unidades habitacionais – SEDUR ⁽⁶⁾	un	21.000	0	4.006	19,08	1	BP
C5	Promover a mobilidade e acessibilidade por meio de implantação de infraestrutura e equipamentos necessários em áreas urbanas e rurais, valorizando o meio de transporte coletivo e não motorizado – SEDUR							
M6C5	Implantar obras de infraestrutura viária em centros urbanos, valorizando o meio de transporte coletivo – SEDUR	un	7	1	3	42,86	2	AP
C6	Promover a implantação do Sistema Estadual de Mobilidade Urbana, por meio da instituição de políticas e planos de mobilidade urbana sustentável – SEDUR							
M1C6	Elaborar e implementar a Política de Mobilidade Urbana - SEDUR	un	1	0	0	0,00	0	AP
M2C6	Elaborar planos de mobilidade urbana para regiões metropolitanas e aglomerados urbanos – SEDUR	un	3	0	0	0,00	0	MP
C7	Promover o acesso à moradia digna nas áreas urbanas e rurais, visando a redução da inadequação habitacional, priorizando os segmentos populacionais e regiões de maior vulnerabilidade – SEDUR							
M1C7	Implantar obras de requalificação urbana – SEDUR	un	10	0	1	10,00	2	MP

Continua

Continuação

continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017								
COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C8	Executar ações de regularização fundiária urbana nas áreas de habitação de interesse social - SEDUR							
M1C8	Regularizar terras para implantação de unidades habitacionais de interesse social - SEDUR ⁽⁷⁾	m²	2.000.000	905.029	905.029	45,25	2	MP
M2C8	Promover a regularização fundiária dos imóveis habitacionais produzidos pelo governo do Estado - SEDUR	un	100.000	7.640	13.549	13,55	1	MP
C9	Promover a implantação do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social (SEHIS) e fortalecer os municípios para implementação dos Sistemas Municipais de Habitação de Interesse Social (SMHIS) - SEDUR							
M3C9	Capacitar municípios visando a estruturação dos sistemas municipais de interesse social - SEDUR	un	200	22	59	29,50	2	AP
C10	Apoiar o desenvolvimento urbano dos municípios baianos por meio da disponibilização de crédito - SEFAZ							
M1C10	Disponibilizar linhas de financiamento para investimentos em infraestrutura básica municipal - SEFAZ	un	2	2	2	100,00	3	AP
C12	Implementar o Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador em suas dimensões urbano-ambiental, habitacional, social, cultural, turístico e econômico - SEDUR							
M6C12	Executar obras de requalificação da infraestrutura urbana em logradouros no Centro Antigo de Salvador - CAS - SEDUR	un	254	80	148	58,27	2	AP
C14	Promover a educação e segurança no trânsito, com foco nos municípios com alto adensamento populacional - SAEB							
M1C14	Promover ações de fiscalização e controle de condutores e veículos - SAEB	un	400.000	134.343	236.183	59,05	2	AP
M2C14	Implantar sinalização do trânsito nos municípios - SAEB	un	18	12	20	111,11	3	AP
M5C14	Promover campanhas voltadas para educação no trânsito - SAEB	un	280	140	140	50,00	2	AP
M6C14	Capacitar multiplicadores em educação para o trânsito e candidatos para condução de veículos - SAEB	un	22.000	5.075	9.250	42,05	2	AP
C15	Melhorar os serviços públicos, qualificando as obras de construção e reforma dos bens móveis do Estado - SEDUR							

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M1C15	Elaborar projetos de arquitetura, engenharia e prospecção para melhoria das edificações públicas – SEDUR	un	10	1	17	170,00	3	AP
C16	Valorizar o servidor, garantindo acesso à moradia digna e segurança familiar – SEDUR							
M1C16	Apoiar financeiramente a aquisição de imóvel residencial para o servidor público – SEDUR	un	1.500	2.291	2.291	152,73	3	AP

NOTAS:

⁽¹⁾Valores extraídos do Fiplan, Relatório M&A100, em 07/11/2017. Dados de 2017 referem-se à segunda apuração de metas (30/09/2017).

⁽²⁾Graus de execução física: 0 – a execução física da meta está programada para exercícios posteriores, não sendo exigíveis resultados, portanto; 1 – a execução física da meta se encontra em patamar muito menor que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente; 2 – a execução física da meta está ocorrendo de acordo com o programado para o quadriênio; 3 – execução física da meta se encontra em patamar igual ou maior (neste último caso, quando desejável) que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente.

⁽³⁾Conceito prospectivo atribuído pelos respectivos órgãos executores à execução física da meta: AP – alta possibilidade, quando é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; MP – média possibilidade, quando não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; e BP – baixa possibilidade, quando a meta projetada para 2019 provavelmente não seja atingida.

⁽⁴⁾O valor apurado para 2017 corresponde a número de atendimentos enquanto o valor final PPA se refere a número de municípios, motivo pelo qual não foi calculado o percentual de execução física.

⁽⁵⁾Conforme observações constantes do Relatório M&A100, do Fiplan, houve um equívoco no lançamento do valor da segunda apuração da meta, de 2 unidades, visto que apenas uma obra foi concluída na localidade de Lagoa Grande/Conceição de Feira (Feira de Santana). Na Oficina de Avaliação, o valor foi retificado para 1 unidade. Quanto às perspectivas de cumprimento da meta, apesar de se tratar de obras do PAC, não há aval do governo federal.

⁽⁶⁾Conforme observações constantes do Relatório M&A100, do Fiplan, em 2016 foram contratadas 3.115 unidades habitacionais, as quais não foram apuradas naquele ano, sendo então adicionadas às 891 unidades contratadas em 2017. A avaliação desfavorável levou em conta a dependência de recursos do governo federal.

⁽⁷⁾Conforme observações constantes do Relatório M&A100, do Fiplan, houve um equívoco no lançamento do valor apurado em 2016 e reproduzido em 2017, de 758.053,617 m² regularizados. O valor correto é 905.028,87 m², compreendendo 850.000m² referentes à área de CAJI Glebas 6 e 7, 20.000,97 m² referentes à área do Caji Sustentável, 12.085,50 m² referentes à implantação do empreendimento Mirante do Bonfim e 22.942,40 m² referentes à área de Cajazeiras II. Na Oficina de Avaliação, realizada em 23/11/2017, o valor foi retificado.

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

De acordo com os procedimentos metodológicos adotados, a avaliação do Programa 209 – Desenvolvimento Urbano foi aferido pelo conjunto dos órgãos executores, a partir da evolução dos indicadores e execução parcial das 24 metas avaliadas, ou cerca de 53% das metas do Programa, que concentraram, no período 2016/2017, 95,24% dos recursos orçamentários acumulados do Programa.

Os resultados obtidos sugerem que o Programa 209 apresenta um desempenho prospectivo relativamente favorável ao alcance dos principais objetivos ao final do PPA, expresso por mais de 54% das metas avaliadas com alta possibilidade de atingir os principais resultados pretendidos até 2019, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação, ressaltando-se que mais de 20% das metas avaliadas foram avaliadas como média possibilidade de atingir os valores projetados para o mesmo período.

Continua

Continuação

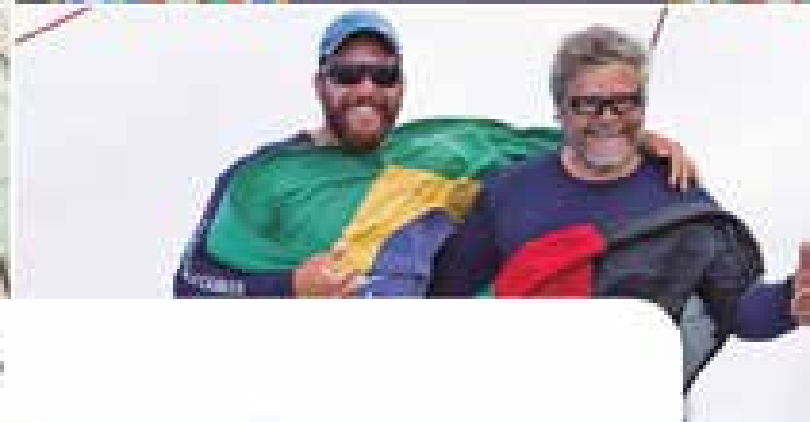
4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

No que diz respeito às metas avaliadas:

- 13 (54,17%) registraram um desempenho AP, ou seja, apresentam ALTA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ano final do PPA Participativo 2016/2019, ou que é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação. Dentre essas, quatro já atingiram (M1C10) ou superaram (M2C14, M1C15 e M1C16) os valores projetados para o quadriênio e uma (M3C2) tem mantido anualmente o valor esperado;
- cinco (20,83%) registraram desempenho MP, ou seja, apresentam MÉDIA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação; e
- seis (25,00%) registraram desempenho BP, ou seja, apresentam BAIXA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

Quanto aos quatro indicadores do Programa:

- dois registraram evolução positiva: *I3 - Percentual de requalificação urbana do Centro Antigo de Salvador*, vinculado ao Compromisso 12 “Implementar o Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador em suas dimensões urbano-ambiental, habitacional, social, cultural, turístico e econômico”, com incremento de 85,01% em relação a 2016; e *I4 - Títulos de regularização fundiária emitido*, vinculado ao Compromisso 8 “Executar ações de regularização fundiária urbana nas áreas de habitação de interesse social”, com acréscimo de 77,34% em relação a 2016; e
- dois apresentaram evolução nula, em função das ações correspondentes não terem programação orçamentária para o período 2016-2017, segundo o órgão responsável: *I1 - Percentual de áreas do frontispício revitalizadas* e *I2 - Percentual de equipamentos de infraestrutura implantados*, ambos vinculados ao Compromisso 12 “Implementar o Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador em suas dimensões urbano-ambiental, habitacional, social, cultural, turístico e econômico”.



Programa 210 Turismo

PROGRAMA 210 – TURISMO**1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

Ementa	Turismo; Turismo Sustentável; Qualificação no setor de Turismo; Segurança.
---------------	--

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS

Diretriz 11 – Desenvolvimento Produtivo e Turismo Sustentável: promover o desenvolvimento da base produtiva com inclusão social, por meio da atração, estruturação e consolidação de setores estratégicos da economia, a exemplo da indústria, mineração, da agropecuária, do turismo, dos serviços intensivos em conhecimento, da economia criativa e do maior acesso à terra e à tecnologia.

Número de Componentes por Secretaria Envolvida

SECRETARIA	INDICADOR	COMPROMISSO	META	INICIATIVA
SEDUR	1	1	1	2
SETUR	4	4	19	22
TOTAL	5	5	20	24

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
1	Índice do número de ações efetuadas de promoção do destino Bahia	%	2015	100,00	81,60	16,00
2	Índice do número de campanhas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes em destinos turísticos	%	2015	100,00	100,00	100,00
3	Índice do número de pessoas envolvidas na área turística qualificadas	%	2015	100,00	104,80	254,13
4	Proporção de municípios com base georreferenciada de interesse turístico	%	2015	0,00	0,00	0,00
5	Proporção de requalificação urbana de espaços turísticos	%	2015	0,00	6,25	18,75

FONTES:

- 1 – Superintendência de Fomento ao Turismo (Bahiatursa) / Secretaria de Turismo (SETUR).
 2 – Secretaria de Turismo (SETUR) / Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).
 3 – Superintendência de Serviços Turísticos (SUSET) / Secretaria de Turismo (SETUR).
 4 – Superintendência de Serviços Turísticos (SUSET) / Secretaria de Turismo (SETUR).
 5 – Superintendência de Investimentos em Zonas Turísticas (SUINVEST) / Secretaria de Turismo (SETUR).

NOTAS:

⁽¹⁾Valores apurados até outubro de 2017.

Convenções:

Trço – dado inexistente

Três Pontos – dado desconhecido

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C1	Promover melhorias para o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável – SETUR							
M7C1	Realizar a regulação dos prestadores de serviços turísticos – SETUR	un	6.000	1.100	2.775	46,25	2	AP
M8C1	Ampliar os serviços de atendimento ao turista – SETUR	un	23	0	3	13,04	2	MP
M12C1	Qualificar profissionais que atuam na prestação de serviços turísticos – SETUR	un	4.200	1.270	3.733	88,88	2	AP
C3	Promover a divulgação intersetorial do destino Bahia nos mercados emissores nacional e internacional – SETUR							
M2C3	Realizar promoções do destino Bahia nos mercados nacional e internacional do calendário turístico – SETUR	un	310	76	200	64,52	2	AP
M3C3	Patrocinar eventos de interesse turístico nacionais e internacionais para a divulgação do destino Bahia – SETUR	un	72	12	36	50,00	2	AP
C7	Fortalecer o processo de enfrentamento à exploração sexual no setor de turismo – SETUR							
M1C7	Realizar campanhas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes em destinos turísticos – SETUR	un	5	2	2	40,00	2	AP
M2C7	Implantar projeto social para crianças e adolescentes no Centro Histórico de Salvador – SETUR	un	1	0	0	0,00	0	AP
C18	Fortalecer as áreas turísticas garantindo a infraestrutura urbana e a qualificação de novos espaços urbanos – SEDUR							
M1C18	Requalificação urbanísitca de espaços urbanos em áreas turísticas – SEDUR	un	2	0	0	0,00	1	AP
C19	Fortalecer o sistema estadual de gestão do turismo – SETUR							
M1C19	Gerenciar Unidade de Coordenação do Projeto de Financiamento Externo – SETUR	un	1	1	1	100,00	3	AP
M2C19	Modernizar a infraestrutura física e tecnológica do órgão gestor do turismo – SETUR	un	1	0	1	100,00	3	AP
M3C19	Capacitar gestores públicos e técnicos de turismo – SETUR	un	300	200	464	154,67	3	AP
M4C19	Realizar estudos e pesquisas para o fortalecimento das atividades turísticas – SETUR	un	3	1	2	66,67	2	AP

Continua

Continuação

NOTAS:

⁽¹⁾Valores extraídos do Fiplan, Relatório M&A100, em 07/11/2017. Dados de 2017 referem-se à segunda apuração de metas (30/09/2017).

⁽²⁾Graus de execução física: 0 – a execução física da meta está programada para exercícios posteriores, não sendo exigíveis resultados, portanto; 1 – a execução física da meta se encontra em patamar muito menor que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente; 2 – a execução física da meta está ocorrendo de acordo com o programado para o quadriênio; 3 – execução física da meta se encontra em patamar igual ou maior (neste último caso, quando desejável) que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente.

⁽³⁾Conceito prospectivo atribuído pelos respectivos órgãos executores à execução física da meta: AP – alta possibilidade, quando é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; MP – média possibilidade, quando não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; e BP – baixa possibilidade, quando a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida.

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

De acordo com os procedimentos metodológicos adotados, a avaliação do Programa 210 – Turismo foi aferida pelo conjunto dos órgãos executores, a partir da evolução dos indicadores e execução parcial das 12 metas avaliadas, ou cerca de 60% das metas do Programa, que concentraram, no período 2016/2017, 85,59% dos recursos orçamentários acumulados do Programa.

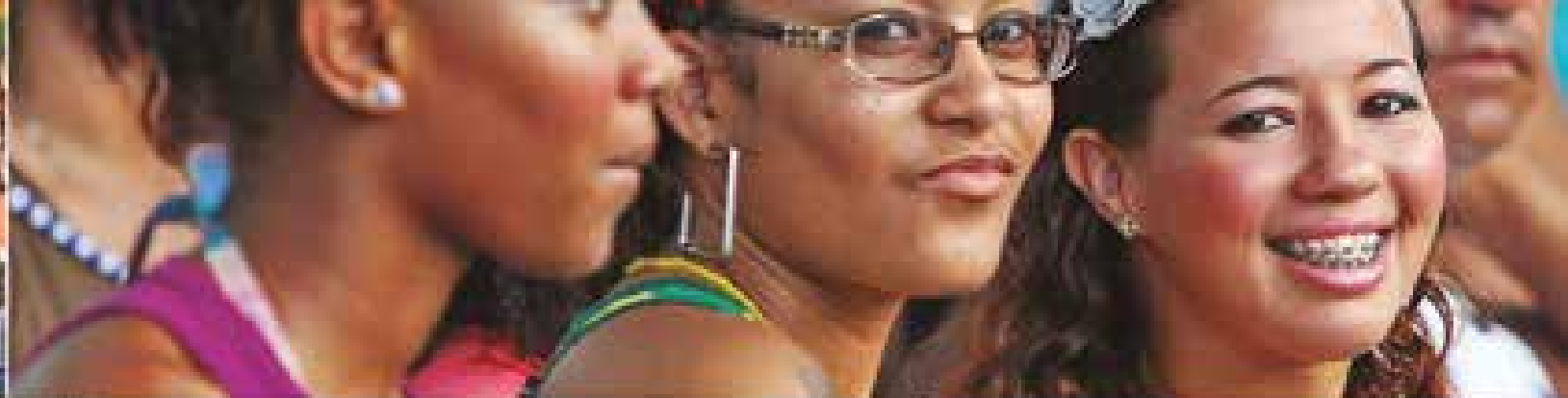
Os resultados obtidos sugerem que o Programa 210 apresenta um desempenho prospectivo com alta possibilidade de alcançar os principais objetivos ao final do PPA, expresso por mais de 91% das metas avaliadas com alta possibilidade de atingir os principais resultados esperados até 2019, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

No que diz respeito às metas avaliadas:

- 11 (91,7%) registraram um desempenho AP, ou seja, apresentam ALTA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ano final do PPA Participativo 2016/2019, ou que é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação. Entre essas, uma já atingiu (M2C19) ou superou (M3C19) o valor projetado para o quadriênio e uma (M1C19) tem mantido anualmente o valor esperado; e
- uma (8,3%) registrou desempenho MP, ou seja, apresenta MÉDIA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

Quanto aos cinco indicadores do Programa, comparativamente ao exercício anterior:

- dois apresentaram evolução positiva: *I3 – Índice do número de pessoas envolvidas na área turística qualificada*, vinculado ao Compromisso 1 “Promover melhorias para o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável”, com incremento de 142,47%; e *I5 – Proporção de requalificação urbana de espaços turístico*, vinculado ao Compromisso 18 “Fortalecer as áreas turísticas garantindo a infraestrutura urbana e a qualificação de novos espaços urbanos”, com acréscimo de 200%;
- um registrou evolução negativa: *I1 – Índice do número de ações efetuadas de promoção do destino Bahia*, vinculado ao Compromisso 3 “Promover a divulgação intersectorial do destino Bahia nos mercados emissores nacional e internacional”, com redução de 19,61%; e
- dois não evoluíram, inclusive em relação ao ano de referência: *I2 – Índice do número de campanhas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes em destinos turístico*; e *I4 – Proporção de municípios com base georreferenciada de interesse turístico*.



Programa 211 **Mulher Cidadã**

PROGRAMA 211 – MULHER CIDADÃ**1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA****Ementa**

Empoderamento e autonomia das mulheres; Violência e exploração sexual; Gênero e trabalho; Empreendedorismo de negros e de mulheres; Juventude; Infância e Adolescência; Direitos LGBT.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS

Diretriz V – Cidadania e Direitos Humanos: promover a inclusão social, o trabalho decente e a universalização do acesso a serviços públicos de qualidade, priorizando os grupos historicamente discriminados da sociedade, respeitando as características de geração, gênero e étnico-racial e a diversidade.

Número de Componentes por Secretaria Envolvida

SECRETARIA	INDICADOR	COMPROMISSO	META	INICIATIVA
SDR	0	0	1	1
SEAGRI	0	1	1	1
SECTI	0	0	0	1
SEPROMI	0	0	0	1
SESAB	0	0	0	1
SETRE	0	1	3	3
SJDHDS	0	1	1	1
SPM	4	4	12	25
TOTAL	4	7	18	34

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
1	Número de empreendimentos dirigidos por mulheres apoiados	un	2015	0,00	14,00	11,00
2	Número de mulheres trabalhadoras rurais com acesso à ATER	un	2015	0,00	0,00	19.936,00
3	Número de organizações e órgãos de políticas para mulheres apoiados	un	2015	0,00	48,00	62,00

Continua

Continuação

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
4	Número de processos relacionados a crimes de violência doméstica contra mulheres analisados nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia, por ano ⁽²⁾	un	2014	1.800,00	1.800,00	...

FONTES:

- 1 – Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).
 2 – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) / Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR).
 3 – Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).
 4 – Ministério Público do Estado da Bahia (MPE).

NOTAS:

⁽¹⁾Valores apurados até outubro de 2017.⁽²⁾Dados não fornecidos pela Secretaria.

Convenções:

Traço – dado inexistente

Três Pontos – dado desconhecido

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS – PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C1	Ampliar oportunidades de negócios para mulheres com foco nas áreas de ciência, tecnologia e inovação – SPM							
M2C1	Apoiar projetos com o protagonismo das mulheres nas áreas de ciência, tecnologia e comunicação – SPM	un	220	0	3	1,36	1	BP
C2	Realizar em territórios, ações de assistência e prevenção à violência contra a mulher – SPM							
M1C2	Realizar em territórios, ações de assistência e prevenção à violência contra a mulher – SPM ⁽⁴⁾	un	27	7	37	-	-	MP
C3	Promover a autonomia social e econômica da mulher – SPM							
M1C3	Assistir mulheres com ações de promoção de autonomia social e econômica – SPM	un	24.000	30	77	0,32	1	BP
C4	Promover a transversalização da temática de gênero e suas intersecções na gestão e execução das políticas públicas – SPM							
M1C4	Assegurar o funcionamento regular dos espaços institucionais de diálogos e de participação social – SPM	un	5	2	2	40,00	2	MP

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M2C4	Implantar sistema de monitoramento e avaliação de políticas públicas para mulheres - SPM	un	1	0	0	0,00	0	BP
M4C4	Realizar Conferência Estadual de Políticas para Mulheres -SPM	un	1	0	0	0,00	0	MP
M5C4	Apoiar técnica e financeiramente a criação de conselhos e outras organizações municipais dos direitos das mulheres nos municípios - SPM	un	12	0	0	0,00	1	BP
M6C4	Realizar estudos e pesquisas sobre a realidade das mulheres baianas e todas as suas intersecções - SPM	un	12	0	0	0,00	1	BP
M7C4	Realizar eventos de promoção dos direitos das mulheres -SPM	un	189	6	19	10,05	1	AP
C5	Promover a inserção no mundo do trabalho de jovens mulheres em situação de vulnerabilidade social - SETRE							
M1C5	Qualificar jovens mulheres visando a inserção no mundo do trabalho - SETRE	un	510	0	0	0,00	0	BP
C6	Promover segurança e saúde ocupacional para grupos produtivos de mulheres pescadoras e marisqueiras - SEAGRI							
M3C6	Distribuir kits de Equipamento de Proteção Individual (EPI) - SEAGRI	un	1.590	0	114	7,17	1	MP
M4C6	Capacitar mulheres pescadoras e marisqueiras, com treinamento na área de saúde e segurança, buscando minimizar os riscos a que estão expostas em suas atividades - SETRE	un	57	0	50	87,72	2	AP

NOTAS:

⁽¹⁾Valores extraídos do Fiplan, Relatório M&A100, em 07/11/2017. Dados de 2017 referem-se à segunda apuração de metas (30/09/2017).

⁽²⁾Graus de execução física: 0 - a execução física da meta está programada para exercícios posteriores, não sendo exigíveis resultados, portanto; 1 - a execução física da meta se encontra em patamar muito menor que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente; 2 - a execução física da meta está ocorrendo de acordo com o programado para o quadriênio; 3 - execução física da meta se encontra em patamar igual ou maior (neste último caso, quando desejável) que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente.

⁽³⁾Conceito prospectivo atribuído pelos respectivos órgãos executores à execução física da meta: AP - alta possibilidade, quando é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; MP - média possibilidade, quando não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; e BP - baixa possibilidade, quando a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida.

⁽⁴⁾O dado registrado no Fiplan para 2017 se refere ao número de municípios (37) e não ao número de territórios de identidade nos quais foram realizadas ações de assistência e prevenção à violência contra a mulher, valor comparável com o valor esperado ao final do PPA (27). Os 37 municípios estão distribuídos em 19 territórios de identidade - assim, o percentual de execução física é de 70,37%.

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

De acordo com os procedimentos metodológicos adotados, a avaliação do Programa 211 – Mulher Cidadã foi aferida pelo conjunto dos órgãos executores a partir da evolução dos indicadores e execução parcial das 12 metas avaliadas, ou cerca de 67% das metas do Programa, que concentraram, no período 2016/2017, 92,68% dos recursos orçamentários acumulados do Programa.

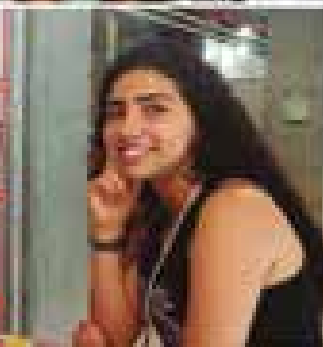
Os resultados obtidos sugerem que o Programa 211 apresenta um desempenho prospectivo com baixa possibilidade de alcançar os principais objetivos ao final do PPA, expresso por 50% das metas avaliadas com baixa possibilidade de atingir os principais resultados pretendidos até 2019, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

No que diz respeito às metas avaliadas:

- dois (16,67%) registraram, um desempenho AP, ou seja, apresentam ALTA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ano final do PPA Participativo 2016/2019, ou que é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação;
- quatro (33,33%) registraram, um desempenho MP, ou seja, apresentam MÉDIA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação; e
- seis (50,00%) registraram desempenho BP, ou seja, apresentam BAIXA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

Quanto aos quatro indicadores do Programa, em relação ao exercício de 2016:

- dois apresentaram evolução positiva: *I2 – Número de mulheres trabalhadoras rurais com acesso à ATER*, vinculado ao Compromisso 3 “Promover a autonomia social e econômica da mulher”, passando de uma situação nula, em 2016, para uma situação de 19.936 trabalhadoras rurais assistidas, em 2017; e *I3 – Número de organizações e órgãos de políticas para mulheres apoiados*, vinculado ao Compromisso 4 “Promover a transversalização da temática de gênero e suas intersecções na gestão e execução das políticas públicas”, com acréscimo de 29,17%;
- um registrou evolução negativa: *I1 – Número de empreendimentos dirigidos por mulheres apoiados*, vinculado ao Compromisso 1 “Ampliar oportunidades de negócios para mulheres com foco nas áreas de ciência, tecnologia e inovação”, com decréscimo de 21,43%; e
- um não foi aferido devido à indisponibilidade dos dados pelo órgão responsável: *I4 – Número de processos relacionados a crimes de violência doméstica contra mulheres analisados nas Regionais do Ministério Público do Estado da Bahia*, por ano.



Programa 212 Educar para Transformar

PROGRAMA 212 – EDUCAR PARA TRANSFORMAR**1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA****Ementa**

Educação Básica; Educação Integral; Educação Contextualizada; Diversidade e direitos humanos; Integração família-escola; Esporte educativo; Lazer; Educação Profissional; Ensino Superior, Pesquisa e Extensão; Empreendedorismo.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS

Diretriz III- Educação e Cultura: Ampliar o acesso à educação, cultura, esporte educativo e lazer de qualidade com a valorização da diversidade, identidade e memória.

Número de Componentes por Secretaria Envolvida

SECRETARIA	INDICADOR	COMPROMISSO	META	INICIATIVA
SEAP	0	0	1	1
SEC	7	14	101	146
SEPROMI	0	1	3	6
SPM	0	0	1	1
SSP	0	0	0	1
TOTAL	7	15	106	155

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
1	Nº de bolsas de iniciação científica, tecnológica e de inovação ofertadas na rede estadual ⁽²⁾	un	2013	1.762,00	1.582,00	1.388,00
2	Nº de cursos de graduação ofertados na rede estadual ⁽³⁾	un	2013	2.233,00	241,00	243,00
3	Nº de cursos de pós-graduação ofertados na rede estadual ⁽⁴⁾	un	2013	152,00	179,00	168,00
4	Nº de estudantes do 3º ano do Ensino Médio da rede pública estadual no Programa Universidade Para Todos (UPT) ⁽⁵⁾	un	2013	38.521,00	16.825,00	16.400,00
5	Nº de matrículas na educação profissional da rede estadual ⁽⁶⁾	un	2013	28.753,00	72.216,00	75.226,00
6	Nº de vagas do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITEC) na rede estadual	un	2013	15.838,00	20.191,00	21.140,00

Continua

Continuação

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
7	Proporção de unidades escolares estaduais com Sistema de Bibliotecas Escolares implantado	%	2013	2,16	5,92	7,92

FONTES:

1 – Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Universidade de Feira de Santana (UEFS) / Secretaria da Educação (SEC).
 2 – Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Universidade de Feira de Santana (UEFS) / Secretaria da Educação (SEC).
 3 – Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Universidade de Feira de Santana (UEFS) / Secretaria da Educação (SEC).
 4 – Sistema Informatizado de Inscrição / Secretaria da Educação (SEC).
 5 – Sistema de Gestão Escolar (SGE) – Power BI / Secretaria da Educação (SEC).
 6 – Sistema de Gestão Escolar (SGE) / Secretaria da Educação (SEC).
 7 – Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares (SEBE) / Secretaria da Educação (SEC).

Convenções:

Traço – dado inexistente

Três Pontos – dado desconhecido

NOTAS:

⁽¹⁾Valores apurados até outubro de 2017.

⁽²⁾Em 2016, a UESB contabilizou 715 bolsas, considerando os Editais de 2015/2016, ou seja, bolsas oriundas do Edital iniciado em 2015, para conclusão em julho/2016 (414) e as bolsas do Edital de 2016 (301), para conclusão em agosto de 2017. Assim, visando evitar dupla contagem, a Uesb contabilizou, em 2016, apenas as bolsas ofertadas no Edital do exercício de 2015 (414), oriundas de todas as fontes de recurso.

⁽³⁾Este indicador refere-se exclusivamente aos cursos de graduação presenciais ofertados pelas universidades estaduais da Bahia.

⁽⁴⁾Foram considerados cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) e cursos de pós-graduação lato sensu (especialização).

⁽⁵⁾O indicador refere-se ao número de matrículas realizadas no projeto Universidade para Todos, que atende a estudantes da rede pública estadual.

⁽⁶⁾Houve um equívoco no valor de referência fornecido para o indicador em 2013, o valor correto corresponde a 67.083, dados do censo escolar. Os valores não incluem matrículas em turmas de atividade complementar e atendimento educacional especializado (AEE) e exclusivas de educação especial.

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS – PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C1	Fortalecer o regime de colaboração entre a união, estado e municípios, visando ao desenvolvimento da educação – SEC							

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M1C1	Prestar aos municípios assistência técnico-pedagógica para atingimento das metas do IDEB - SEC	un	375	398	417	111,20	3	AP
M2C1	Prover aos municípios suporte técnico-pedagógico para implementação do Programa Pacto com os Municípios - SEC	un	375	414	414	110,40	3	AP
C3	Fortalecer a educação profissional na rede estadual - SEC							
M1C3	Ampliar a oferta de vagas na educação profissional - SEC	un	150.000	100.924	113.340	75,56	2	AP
M2C3	Executar projetos para expansão da educação profissional - SEC	un	2	0	2	100,00	3	AP
M4C3	Promover a produção de tecnologias sociais disseminadas em eventos de intervenção social - SEC	un	27	27	29	107,41	3	AP
M8C3	Orientar os estudantes das unidades de educação profissional para o estágio curricular e o mundo do trabalho - SEC	un	75.000	10.000	78.426	104,57	3	AP
M10C3	Assegurar o funcionamento regular das unidades de educação profissional e suas atividades curriculares - SEC	un	74	74	74	100,00	3	AP
C5	Fortalecer a integração família-escola, a fim de promover avanços no funcionamento das escolas e no desempenho dos estudantes - SEC							
M1C5	Promover a integração família-escola nas unidades escolares - SEC	%	100	44	44	44,00	2	AP
C8	Fortalecer a alfabetização e a educação de jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica no tempo correto - SEC							
M1C8	Realizar a formação de estudantes na educação de jovens e adultos - SEC	un	1.330	838	838	63,01	2	BP
M2C8	Alfabetizar jovens, adultos e idosos analfabetos com atuação de alfabetizadores (Programa Todos Pela Educação) - SEC	un	400.000	32.482	44.943	11,24	1	BP
C10	Promover a modernização e ampliação da infraestrutura das universidades estaduais, observando parâmetros técnicos - SEC							
M2C10	Ampliar unidades universitárias - SEC	un	52	2	5	9,62	1	BP
M5C10	Equipar unidades universitárias - SEC	un	34	7	8	23,53	1	BP
C11	Promover a integração da universidade com a sociedade, visando o desenvolvimento econômico, social, cultural, turístico e ambiental da região na qual ela se insere - SEC							

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M1C11	Promover ações de integração com a sociedade através da arte e cultura - SEC	un	220	50	339	154,09	3	AP
C12	Consolidar e ampliar as ações de ensino, pesquisa e extensão nas universidades estaduais - SEC							
M1C12	Ofertar cursos de graduação presencial - SEC	un	259	245	247	95,37	2	BP
M11C12	Desenvolver projetos de pesquisa, iniciação científica e tecnológica - SEC	un	6.200	1.432	3.349	54,02	2	AP
M17C12	Ofertar cursos de pós-graduação - SEC	un	234	178	188	80,34	2	MP
M19C12	Desenvolver ações da extensão universitária - SEC	un	4.791	1.758	2.677	55,88	2	AP
C13	Promover consolidação e ampliação de ações de assistência estudantil para a educação superior, voltadas à democratização do acesso, efetiva permanência e sucesso, com vistas a uma formação integral e qualificada - SEC							
M2C13	Contemplar estudantes das universidades públicas estaduais com ações de assistência estudantil - SEC	un	1.028.824	23.397	73.141	7,11	1	BP
C14	Aprimorar a qualidade e o alcance do sinal oferecidos à população, ampliando e modernizando o sistema de radiodifusão pública da Bahia - SEC							
M2C14	Disponibilizar aplicativos interativos por meio da TV Educativa - TVE, Rádio Educadora e internet - SEC	un	30	0	0	0,00	0	BP
C15	Promover o acesso gratuito a conteúdos audiovisuais de interesse público, com a colaboração e interatividade da sociedade, valorizando a educação, cidadania, arte e culturas - SEC							
M1C15	Ampliar os conteúdos de produção local de caráter educativo, esportivo e de interesse público na programação dos canais de comunicação do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB - SEC	%	45	3,7	40,82	90,71	2	AP
M1C19	Prover suprimentos regulares às unidades escolares - SEC	%	100	51	51	51,00	2	AP
M3C19	Construir unidades escolares da educação básica - SEC	un	109	0	3	2,75	1	BP
M4C19	Melhorar a estrutura física de unidades escolares da educação básica - SEC	un	540	0	1	0,19	2	MP
M5C19	Ampliar as unidades escolares da educação básica - SEC	un	347	2	7	2,02	2	MP
M10C19	Garantir alimentação saudável nas unidades escolares da rede estadual - SEC	un	2.154	2.125	2.125	98,65	2	AP

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M13C19	Distribuir uniformes para estudantes da educação básica na rede estadual - SEC	un	7.924.000	629.093	629.093	7,94	1	BP
C20	Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino - SEC							
M1C20	Ampliar a oferta de educação de tempo integral na rede estadual de ensino - SEC	un	300	66	93	31,00	1	BP
M2C20	Ampliar a oferta de vagas do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica - EMITEC - SEC	un	80.000	1.091	41.311	51,64	2	AP
M6C20	Atender estudantes do ensino médio e fundamental nos Centros Juvenis de Arte e Cultura - CJCC com ações educativas interdisciplinares - SEC	un	36.000	6.387	17.846	49,57	2	AP
M8C20	Realizar a valorização e formação inicial e continuada para professores e profissionais da educação - SEC	un	25.000	13.042	13.042	52,17	2	BP
M10C20	Implantar, nas unidades escolares, as diretrizes curriculares estaduais para a educação básica e suas modalidades - Currículo Bahia - SEC	un	1.359	0	0	0,00	0	AP
M11C20	Realizar projetos de ciência, arte, cultura, esportes e patrimônio na escola - SEC	un	9	9	9	100,00	3	AP
M14C20	Desenvolver, nas unidades escolares, ações socioeducacionais e culturais - SEC	un	1.359	1.179	1.179	86,75	2	MP
C21	Fortalecer a gestão democrática e participativa no órgão central, nos núcleos regionais de educação das unidades escolares da educação básica - SEC							
M1C21	Fortalecer a gestão democrática e participativa no órgão central, nos núcleos regionais de educação e nas unidades escolares - SEC	%	100	100	100	100,00	3	AP
M2C21	Valorizar os gestores escolares dos núcleos regionais de educação e diretores das unidades escolares da rede estadual - SEC	un	1.440	27	1.348	93,61	2	AP
C22	Implementar políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da educação básica na rede estadual - SEC							

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M1C22	Implementar, nos centros de educação especial, a política de educação especial na perspectiva inclusiva - SEC	un	12	12	12	100,00	3	AP
M2C22	Implementar, nas unidades escolares da rede estadual, a política da educação das relações étnico-raciais, de gênero e de sexualidades - SEC	un	950	58	63	6,63	1	AP
M3C22	Implementar, nas unidades escolares quilombolas da rede estadual, a política da educação escolar quilombola - SEC	un	26	26	26	100,00	3	AP
M4C22	Implementar, nas unidades escolares da rede estadual, a temática afro-brasileira e indígena - SEC	un	950	107	107	11,26	1	AP
M5C22	Implementar, nos espaços escolares indígenas, a política da educação escolar indígena - SEC	un	104	104	104	100,00	3	AP
M7C22	Atender às demandas da educação no campo - SEC	un	24	28	28	116,67	3	AP
M8C22	Realizar ações socioeducacionais especiais - Proeae - SEC	un	1.359	1.359	824	60,63	2	MP

NOTAS:

⁽¹⁾Valores extraídos do Fiplan, Relatório M&A100, em 07/11/2017. Dados de 2017 referem-se à segunda apuração de metas (30/09/2017).

⁽²⁾Graus de execução física: 0 - a execução física da meta está programada para exercícios posteriores, não sendo exigíveis resultados, portanto; 1 - a execução física da meta se encontra em patamar muito menor que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente; 2 - a execução física da meta está ocorrendo de acordo com o programado para o quadriênio; 3 - execução física da meta se encontra em patamar igual ou maior (neste último caso, quando desejável) que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente.

⁽³⁾Conceito prospectivo atribuído pelos respectivos órgãos executores à execução física da meta: AP - alta possibilidade, quando é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; MP - média possibilidade, quando não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; e BP - baixa possibilidade, quando a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida.

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

De acordo com os procedimentos metodológicos adotados, a avaliação do Programa 212 - Educar para Transformar foi aferida pelo conjunto dos órgãos executores, a partir da evolução dos indicadores e execução parcial das 42 metas avaliadas, ou cerca de 40% das metas do Programa, que concentraram, no período 2016/2017, 7,83% dos recursos orçamentários acumulados do Programa.

Os resultados obtidos sugerem que o Programa 212 apresenta um desempenho prospectivo com alta possibilidade de alcançar os principais objetivos ao final do PPA, expresso por mais de 61% das metas avaliadas com alta possibilidade de atingir os principais resultados pretendidos até 2019, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

Continua

Continuação

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

No que diz respeito às metas avaliadas:

- 26 (61,90%) registraram um desempenho AP, ou seja, apresentam ALTA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ano final do PPA Participativo 2016/2019, ou que é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação. Dentre estas, sete já atingiram (M2C3) ou superaram (M1C1, M2C2, M4C3, M8C3, M1C11 e M7C22) os valores projetados para o quadriênio e seis (M10C3, M11C20, M1C21, M1C22, M3C22 e M5C22) têm mantido anualmente os valores esperados;
- cinco (11,90%) registraram desempenho MP, ou seja, apresentam MÉDIA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação; e
- 11 (26,19%) registraram desempenho BP, ou seja, apresentam BAIXA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

Quanto aos sete indicadores do Programa, comparando os dados apurados em 2017 com os valores parciais de 2016:

- quatro registraram evolução positiva: *I2 - Nº de cursos de graduação ofertados na rede estadual*, vinculado ao Compromisso 12 “Consolidar e ampliar as ações de ensino, pesquisa e extensão nas universidades estaduais”, com incremento de 0,83%; *I5 - Nº de matrículas na educação profissional da rede estadual*, vinculado ao Compromisso 3 “Fortalecer a educação profissional na rede estadual”, com aumento de 4,17%; *I6 - Nº de vagas do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITEC) na rede estadual*, vinculado ao Compromisso 20 “Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino”, com incremento de 33,78; e *I7 - Proporção de unidades escolares estaduais com Sistema de Bibliotecas Escolares implantado*, também vinculado ao Compromisso 20, com acréscimo de 33,78%;
- três registraram evolução negativa, ressaltando que o valor consolidado para 2016 não sofreu alteração em relação ao valor parcial: *I1 - Nº de bolsas de iniciação científica, tecnológica e de inovação ofertadas na rede estadual*, vinculado ao Compromisso, com redução de 12,26%; *I3 - Nº de cursos de pós-graduação ofertados na rede estadual*, também vinculado ao Compromisso 12, com redução de 6,15%; e *I4 - Nº de estudantes do 3º ano do Ensino Médio da rede pública estadual no Programa Universidade Para Todos (UPT)*, vinculado ao Compromisso 20, com redução de 2,53%.



Programa 213 Água para Todos

PROGRAMA 213 – ÁGUA PARA TODOS

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

Ementa

Ampliação e fortalecimento da segurança hídrica; Oferta de água para consumo humano e produtivo; Acesso aos serviços de saneamento, tratamento e distribuição de água para consumo humano; Tratamento de esgoto; Resíduos sólidos; Educação ambiental, meio ambiente, manejo de recursos hídricos e conservação; Segurança alimentar e nutricional; Articulação, integração e descentralização de ações.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS

Diretriz IX – Meio Ambiente: Promover o desenvolvimento sustentável, a socioeconomia da biodiversidade e conservação dos biomas, bacias hidrográficas e recursos naturais.

Diretriz X – Convivência com o Semiárido, Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar: Promover o desenvolvimento e a adoção de tecnologias apropriadas, o associativismo, o cooperativismo, o empreendedorismo e os arranjos produtivos locais no meio rural.

Diretriz XII – Desenvolvimento Urbano: Promover o desenvolvimento sistêmico das diversas áreas urbanas, com destaque para as ações de infraestrutura, habitação, mobilidade, saneamento, comunicação, qualidade ambiental, turismo e de fortalecimento da rede de cidades de pequeno e médio portes.

Número de Componentes por Secretaria Envolvida

SECRETARIA	INDICADOR	COMPROMISSO	META	INICIATIVA
CASA CIVIL	0	1	1	1
SDR	0	1	2	5
SEAGRI	0	0	1	1
SEDUR	1	2	6	10
SEMA	0	1	2	2
SETUR	0	0	2	2
SIHS	5	5	40	41
SJDHDS	1	0	2	2
TOTAL	7	10	56	64

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
1	Índice do número de planos de resíduos sólidos aprovados	%	2015	100,00	0,00	0,00
2	Proporção da população rural atendida com abastecimento de água ⁽²⁾	%	2013	59,00	—	—
3	Proporção da população rural atendida com esgotamento sanitário adequado ⁽²⁾	%	2013	22,30	—	—

Continua

Continuação

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
4	Proporção da população urbana atendida com abastecimento de água ⁽²⁾	%	2013	97,60	—	—
5	Proporção da população urbana atendida com esgotamento sanitário adequado ⁽²⁾	%	2013	77,10	—	—
6	Proporção de escolas rurais com abastecimento de água ⁽³⁾	%	2011	96,39	—	—
7	Proporção de poços perfurados	%	2015	0,00	24,76	37,72

FONTES:

- 1-Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SEDUR).
 2-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
 3-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
 4-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
 5-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
 6-Sistema de Informação Multidimensional (AZIMUTE) / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).
 7-Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento (SIHS).

Convenções:
 Traço – dado inexistente
 Três Pontos – dado desconhecido

NOTAS:

- ⁽¹⁾Valores apurados até outubro de 2017.
⁽²⁾Dados não divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
⁽³⁾O Sistema de Informação Multidimensional (AZIMUTE) encontra-se em fase de atualização.

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C1	Promover a inovação da gestão estadual do saneamento básico – SIHS							
M3C1	Elaborar o plano estadual de saneamento básico – SIHS	un	1	0	0	0,00	1	BP
M4C1	Elaborar o plano estadual de segurança hídrica – SIHS	un	1	0	0	0,00	1	BP
C2	Reestruturar a atividade de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, garantindo a eficiência, a qualidade e o bom atendimento – SIHS							
M1C2	Fiscalizar os serviços públicos de saneamento básico em municípios atendidos pela Embasa – SIHS	un	182	27	76	41,76	2	AP

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C6	Ampliar a cobertura de esgotamento sanitário compreendendo coleta, tratamento e destinação adequados – SIHS							
M1C6	Implantar sistemas de esgotamento sanitário – SIHS	un	60	3	3	5,00	1	BP
M2C6	Ampliar sistemas de esgotamento sanitário – SIHS	un	46	11	20	43,48	2	MP
M3C6	Construir módulos sanitários domiciliares – SIHS	un	1.000	701	1.059	105,90	3	AP
C7	Ampliar a infraestrutura hídrica para a oferta de água de uso múltiplo e sustentável, com qualidade e em quantidade suficiente, visando principalmente a universalização do abastecimento humano – SIHS							
M1C7	Construir barragens – SIHS ⁽⁴⁾	un	11	0	0	0,00	1	BP
M2C7	Ampliar barragens – SIHS ⁽⁵⁾	un	6	1	1	16,67	2	MP
M4C7	Implantar sistemas de abastecimento de água – SIHS	un	26	28	44	169,23	3	AP
M5C7	Implantar sistemas convencionais de abastecimento de água – SIHS	un	275	6	6	2,18	1	BP
M6C7	Implantar sistemas simplificados de abastecimento de água – SIHS	un	1.830	549	678	37,05	2	AP
M7C7	Ampliar sistemas de abastecimento de água – SIHS	un	61	33	37	60,66	2	AP
M14C7	Implantar tecnologias sociais de acesso à água – SJDHDS	un	120.447	13.419	20.930	17,38	1	BP
M15C7	Implantar sistemas integrados de abastecimento de água com adutoras – SIHS	un	8	1	4	50,00	2	AP
M17C7	Ampliar sistemas integrados de abastecimento de água – SIHS	un	12	4	4	33,33	2	AP
C8	Implantar soluções hídricas emergenciais para viabilizar a convivência com a estiagem – CASA CIVIL							
M1C8	Apoiar a implantação de soluções hídricas para viabilizar a convivência com a estiagem – CASA CIVIL	un	1.000	0	0	0,00	0	MP
C9	Implementar ações a partir de pesquisas e estudos técnicos para viabilizar soluções sustentáveis e inovadoras na área de saneamento básico – SIHS							
M1C9	Implantar projetos de reuso – SIHS	un	2	0	0	0,00	1	BP
M3C9	Implantar projetos de eficiência energética em sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário – SIHS	un	10	1	2	20,00	1	BP

Continua

Continuação

continuação

C14	Implementar a política estadual de resíduos sólidos – SEDUR							
3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS – PERÍODO 2016/2017								
COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M1C14	Regulamentar a Política Estadual de Resíduos Sólidos (Lei Estadual nº 12.932/2014) – SEDUR	un	1	1	1	100,00	2	AP
M3C14	Elaborar planos de resíduos sólidos – SEDUR	un	3	0	0	0,00	1	AP
M5C14	Estruturar o Sistema Estadual de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos – SEDUR	un	1	0	0	0,00	1	MP
C15	Promover o manejo das águas pluviais, em parcerias com os municípios, priorizando as áreas de maior sensibilidade e risco ambiental, bem como aqueles objeto de implantação de infraestrutura urbana e turística – SEDUR							
M1C15	Executar obras de macrodrenagem com sistema de águas pluviais e galerias e readequação de canais – SEDUR	un	4	0	1	25,00	2	AP
C17	Ampliar a infraestrutura hídrica de uso múltiplo, garantindo a transição agroecológica para o desenvolvimento rural – SDR							
M2C17	Implementar tecnologias sociais para captar e reservar água de chuva para consumo, produção de alimentos e dessedentação animal – SDR	un	34.107	12.910	15.420	45,21	2	MP

NOTAS:

⁽¹⁾Valores extraídos do Fiplan, Relatório M&A100, em 07/11/2017. Dados de 2017 referem-se à segunda apuração de metas (30/09/2017).

⁽²⁾Graus de execução física: 0 – a execução física da meta está programada para exercícios posteriores, não sendo exigíveis resultados, portanto; 1 – a execução física da meta se encontra em patamar muito menor que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente; 2 – a execução física da meta está ocorrendo de acordo com o programado para o quadriênio; 3 – execução física da meta se encontra em patamar igual ou maior (neste último caso, quando desejável) que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente.

⁽³⁾Conceito prospectivo atribuído pelos respectivos órgãos executores à execução física da meta: AP – alta possibilidade, quando é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; MP – média possibilidade, quando não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; e BP – baixa possibilidade, quando a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida.

⁽⁴⁾Barragem do Rio Colônia em andamento, com cerca de 84% das obras concluídas, para atendimento dos municípios de Itabuna e Itapé; Barragem de Baraúnas (Vazante) em andamento, para atendimento dos municípios de Seabra, Boninal e Piatã; Barragem do Rio Catolé em processo licitatório, para atendimento dos municípios de Vitória da Conquista, Belo Campo e Tremedal; celebração de Termo de Compromisso entre o Estado da Bahia e o Agropolo, para fins de elaboração dos estudos necessários para construção da Barragem de Casa Branca no município de Mucugê.

⁽⁵⁾Conclusão da ampliação da Barragem de Tapera – Sistema Fusegate, que atende aos municípios de Itaparica, Vera Cruz e Jaguaribe; celebração de contrato para implantação do sistema Fusegate no vertedouro da Barragem de Ponto Novo, para atendimento de nove municípios nos territórios de identidade de Piemonte Norte do Itapicuru e Sisal.

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

De acordo com os procedimentos metodológicos adotados, a avaliação do Programa 213 – Água para Todos foi aferida pelo conjunto dos órgãos executores, a partir da evolução dos indicadores e execução parcial das 23 metas avaliadas, ou cerca de 41% das metas do Programa, que concentraram, no período 2016/2017, 91,40% dos recursos orçamentários acumulados do Programa.

Os resultados obtidos sugerem que o Programa 213 apresenta um desempenho prospectivo pouco favorável ao alcance dos principais resultados esperados ao final do PPA, expresso por mais de 43% das metas avaliadas com alta possibilidade, de atingir os principais resultados pretendidos até 2019, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação, ressaltando que cerca de 35% das metas registraram baixa possibilidade.

No que diz respeito às metas avaliadas:

- dez (43,48%) registraram um desempenho AP, ou seja, apresentam ALTA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ano final do PPA Participativo 2016/2019, ou que é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação. Dentre estas, três atingiram (M1C4) ou superaram (M3C6 e M4C7) os valores projetados para o quadriênio;
- cinco (21,74%) registraram desempenho MP, ou seja, apresentam MÉDIA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação; e
- oito (34,78%) registraram desempenho BP, ou seja, apresentam BAIXA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

Quanto aos sete indicadores do Programa, comparando os dados apurados em 2017 com os valores parciais de 2016:

- um registrou evolução positiva: *I7 – Proporção de poços perfurados*, vinculado ao Compromisso 7 “Ampliar a infraestrutura hídrica para a oferta de água de uso múltiplo e sustentável, com qualidade e em quantidade suficiente, visando principalmente a universalização do abastecimento humano”, com incremento de 63,15%;
- um registrou evolução nula: *I1 – Índice do número de planos de resíduos sólidos aprovados*, vinculado ao Compromisso 14 “Implementar a política estadual de resíduos sólidos”; e
- cinco ainda não foram aferidos, devido à indisponibilidade de dados na fonte de informações: *I2 – Proporção da população rural atendida com abastecimento de água; I3 – Proporção da população rural atendida com esgotamento sanitário adequado; I4 – Proporção da população urbana atendida com abastecimento de água; I5 – Proporção da população urbana atendida com esgotamento sanitário adequado; e I6 – Proporção de escolas rurais com abastecimento de água.*



Programa 214 Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais

PROGRAMA 214 – IGUALDADE RACIAL, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA****Ementa**

Igualdade racial; Participação Política e Gestão Democrática, Combate ao Racismo Institucional, Sistema Estadual de Promoção da Igualdade Racial; Povos e Comunidades Tradicionais; Povos Indígenas, ciganos e de terreiros; Comunidades Tradicionais de Quilombo, Geraizeiros, Marisqueiras, Pescadores, Fundo e Fecho de Pasto e Extrativistas; Regularização Fundiária; Juventude negra; Empreendedorismo de Negros e de Mulheres; Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância; Educação em diversidade étnico racial; Direito ao Esporte e ao Lazer; Trabalho e geração de renda; Comunicação Social; Saúde da população negra; Saúde da população indígena; Ações afirmativas; Desenvolvimento sustentável e inclusão socioproductiva; Economia solidária; Segurança pública e acesso à justiça; Cultura, diversidade e identidades

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS

Diretriz I – Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Socioproductiva: promover o desenvolvimento orientado para a redução das desigualdades entre os Territórios de Identidade do Estado, de forma ambiental e socialmente sustentável, com inclusão socioproductiva.

Diretriz III – Educação e Cultura: ampliar o acesso à educação, cultura, esporte educativo e lazer de qualidade com a valorização da diversidade, identidade e memória.

Diretriz V – Cidadania e Direitos Humanos: promover a inclusão social, o trabalho decente e a universalização do acesso a serviços públicos de qualidade, priorizando os grupos historicamente discriminados da sociedade, respeitando as características de geração, gênero e étnico-racial e a diversidade.

Número de Componentes por Secretaria Envolvida

SECRETARIA	INDICADOR	COMPROMISSO	META	INICIATIVA
SECULT	0	1	2	2
SEPMI	6	5	23	48
SERIN	0	0	0	4
SETRE	0	0	1	1
SETUR	0	0	1	1
SIHS	0	1	1	1
SPM	0	0	1	1
TOTAL	6	7	29	58

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
1	Número de atendimentos de denúncias de casos de racismo e intolerância religiosa ⁽²⁾	un	2015	153,00	238,00	280,00

Continua

Continuação

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
2	Número de Planos de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental Sustentável – PLANSEAS realizadas para Povos e/ou Comunidades Tradicionais ⁽³⁾	un	2015	8,00	8,00	8,00
3	Proporção de comunidades de fundo ou fecho de pasto certificadas	%	2015	31,33	42,33	45,83
4	Proporção de municípios com adesão ao fórum de Gestores Municipais de Promoção da Igualdade Racial ⁽⁴⁾	%	2015	23,26	24,22	37,17
5	Proporção de municípios com adesão ao Plano Juventude Viva ⁽⁵⁾	%	2015	4,80	4,80	4,80
6	Proporção de segmentos de povos e comunidades tradicionais mapeados ⁽⁶⁾	%	2015	12,50	12,50	12,50

FONTES:

- 1 – Coordenação de Promoção da Igualdade Racial (CPIR) / Secretaria da Promoção de Igualdade Racial (SEPROMI).
 2 – Coordenação de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais (CPCT) / Secretaria da Promoção de Igualdade Racial (SEPROMI).
 3 – Coordenação de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais (CPCT) / Secretaria da Promoção de Igualdade Racial (SEPROMI).
 4 – Coordenação de Promoção da Igualdade Racial (CPIR) / Secretaria da Promoção de Igualdade Racial (SEPROMI).
 5 – Coordenação de Promoção da Igualdade Racial (CPIR) / Secretaria da Promoção de Igualdade Racial (SEPROMI).
 6 – Coordenação de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais (CPCT) / Secretaria da Promoção de Igualdade Racial (SEPROMI).

Convenções:

Traço – dado inexistente

Três Pontos – dado desconhecido

NOTAS:

- ⁽¹⁾Valores apurados até outubro de 2017.
⁽²⁾Valor parcial apurado em 2016, de 215 atendimentos, foi fornecido equivocadamente pela Secretaria.
⁽³⁾O edital de chamada pública para contratação dos serviços de elaboração dos PLANSEAS encontra-se em processo de construção.
⁽⁴⁾Recursos contingenciados e dificuldade da aquisição do Centro de Referência Móvel têm prejudicado a evolução desse indicador.
⁽⁵⁾Os recursos destinados ao compromisso/ação para realização das iniciativas foram 100% contingenciados pelo Governo Federal.
⁽⁶⁾Está em processo de lançamento a licitação para contratação das instituições que farão o mapeamento das comunidades de marisqueiras e das comunidades de Fundo e Fecho de Pasto.

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS – PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C4	Promover acesso a terra e permanência nos territórios tradicionais dos povos e comunidades tradicionais – SEPROMI							

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M1C4	Certificar comunidades de fundo e fecho de pasto - SEPRMI	un	332	66	87	26,20	1	AP
M2C4	Realizar mapeamentos de povos e comunidades tradicionais - SEPRMI	un	4	0	0	0,00	1	BP
M3C4	Realizar busca ativa de povos e comunidades tradicionais - SEPRMI	un	4	1	1	25,00	1	MP
M4C4	Apoiar técnico e institucionalmente povos e comunidades tradicionais em situação de conflitos fundiários - SEPRMI	un	3	62	96	3.200,00	3	AP
C6	Promover o reconhecimento e o fortalecimento das identidades de povos e comunidades tradicionais - SECULT							
M2C6	Desenvolver atividades de proteção e promoção dos bens culturais dos povos e comunidades tradicionais - SECULT	un	6	1	5	83,33	2	AP
C7	Promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável de povos e comunidades tradicionais, contribuindo assim para a redução das desigualdades e melhoria da qualidade de vida dos mesmos - SEPRMI							
M1C7	Elaborar planos de desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentável - SEPRMI	un	22	0	0	0,00	1	AP
M2C7	Apoiar técnico e financeiramente projetos para o desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais - SEPRMI	un	20	0	12	60,00	2	AP
M3C7	Capacitar povos e comunidades tradicionais para o desenvolvimento socioeconômico sustentável - SEPRMI	un	18	16	22	122,22	3	AP
M6C7	Realizar Encontro Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais - SEPRMI	un	1	1	1	100,00	3	AP
C13	Promover o combate ao racismo, à intolerância religiosa e ao racismo institucional, segundo o Estatuto da Igualdade Racial e Intolerância Religiosa - SEPRMI							
M1C13	Oferecer atendimentos nos casos de racismo e intolerância religiosa - SEPRMI	un	600	85	127	21,17	1	BP
M3C13	Integrar municípios ao Fórum Estadual de Gestores Municipais de Promoção da Igualdade Racial - SEPRMI	un	102	1	55	53,92	2	AP

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C14	Promover o empreendedorismo de negros e mulheres – SEPROMI							
M2C14	Apoiar técnico e financeiramente projetos de empreendedorismo de negros e mulheres – SEPROMI	un	20	0	10	50,00	2	AP
M4C14	Realizar capacitação para empreendedores negros e mulheres – SEPROMI	un	4	1	6	150,00	3	AP
C15	Promover a inclusão social e a autonomia dos jovens negros, reduzindo a vulnerabilidade da juventude negra em situação de violência física e simbólica – SEPROMI							
M1C15	Ampliar o número de municípios baianos com adesão ao Plano Juventude Viva – SEPROMI	un	80	0	0	0,00	1	BP
M2C15	Apoiar técnico e financeiramente a implantação de espaços interativos Juventude Viva Mais – SEPROMI	un	4	0	0	0,00	1	BP
C16	Ampliar a oferta de água em áreas de povos e comunidades tradicionais e em assentamentos rurais – SIHS							
M1C16	Implantar sistemas simplificados de abastecimento de água em áreas de povos e comunidades tradicionais e em assentamentos rurais – SIHS	un	300	15	31	10,33	1	BP

NOTAS:

⁽¹⁾Valores extraídos do Fiplan, Relatório M&A100, em 07/11/2017. Dados de 2017 referem-se à segunda apuração de metas (30/09/2017).

⁽²⁾Graus de execução física: 0 – a execução física da meta está programada para exercícios posteriores, não sendo exigíveis resultados, portanto; 1 – a execução física da meta se encontra em patamar muito menor que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente; 2 – a execução física da meta está ocorrendo de acordo com o programado para o quadriênio; 3 – execução física da meta se encontrar em patamar igual ou maior (neste último caso, quando desejável) que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente.

⁽³⁾Conceito prospectivo atribuído pelos respectivos órgãos executores à execução física da meta: AP – alta possibilidade, quando é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; MP – média possibilidade, quando não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; e BP – baixa possibilidade, quando a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida.

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

De acordo com os procedimentos metodológicos adotados, a avaliação do Programa 214 – Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais foi aferida pelo conjunto dos órgãos executores, a partir da evolução dos indicadores e execução parcial das 16 metas avaliadas, ou cerca de 55% das metas do Programa, que concentraram, no período 2016/2017, 80,06% dos recursos orçamentários acumulados do Programa.

Continua

Continuação

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

Os resultados obtidos sugerem que o Programa 214 apresenta um desempenho prospectivo com alta possibilidade de alcançar os principais objetivos ao final do PPA, expresso por mais de 62% das metas avaliadas com alta possibilidade de atingir os principais resultados esperados até 2019, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

No que diz respeito às metas avaliadas:

- dez (62,50%) registraram um desempenho AP, ou seja, apresentam ALTA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ano final do PPA Participativo 2016/2019, ou que é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas condições atuais e as perspectivas presentes de implementação. Dentre estas, duas (M4C4 e M3C7) já superaram os valores projetados para o quadriênio e uma (M6C7) tem mantido anualmente o valor esperado;
- um (6,25%) registrou desempenho MP, ou seja, apresenta MÉDIA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação; e
- cinco (31,25%) registraram desempenho BP, ou seja, apresentam BAIXA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

Quanto aos seis indicadores do Programa, comparando os dados apurados em 2017 com os valores parciais de 2016:

- três registraram evolução positiva: *I1 – Número de atendimentos das denúncias de casos de racismo e intolerância religiosa*, vinculado ao Compromisso 13 “Promover o combate ao racismo, à intolerância religiosa e ao racismo institucional, segundo o Estatuto da Igualdade Racial e Intolerância Religiosa”, com incremento de 30,23%; *I3 – Proporção de comunidades de fundo ou fecho de pasto certificadas*, vinculado ao Compromisso 4 “Promover acesso a terra e permanência nos territórios tradicionais dos povos e comunidades tradicionais”, cujo aumento foi de 8,27%; e *I4 – Proporção de municípios com adesão ao fórum de Gestores Municipais de Promoção da Igualdade Racial*, vinculado ao Compromisso 13 “Promover o combate ao racismo, à intolerância religiosa e ao racismo institucional, segundo o Estatuto da Igualdade Racial e Intolerância Religiosa”, com 55,00% de incremento; e
- três registraram evolução nula: *I2 – Número de Planos de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental Sustentável – PLANSEAS realizados para Povos e/ou Comunidades Tradicionais*; *I5 – Proporção de municípios com adesão ao Plano Juventude Viva*; e *I6 – Proporção de segmentos de povos e comunidades tradicionais mapeados*.



Programa 215 Cidadania e Direitos

PROGRAMA 215 – CIDADANIA E DIREITOS

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

Ementa

Direitos humanos; Pessoas com deficiência ou necessidades especiais; População em privação de liberdade; População em situação de rua; Infância e Adolescência; Sistema de Garantia de Direitos; Direito à Comunicação; Juventude; Direitos do trabalhador; Diversidade LGBT.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS

Diretriz V – Cidadania e Direitos Humanos: promover a inclusão social, o trabalho decente e a universalização do acesso a serviços públicos de qualidade, priorizando os grupos historicamente discriminados da sociedade, respeitando as características de geração, gênero e étnico-racial e a diversidade.

Número de Componentes por Secretaria Envolvida

SECRETARIA	INDICADOR	COMPROMISSO	META	INICIATIVA
CASA CIVIL	0	1	3	6
SDE	0	0	1	1
SEAP	1	3	7	18
SERIN	0	0	3	3
SESAB	0	0	1	1
SETRE	0	1	1	1
SJDHDS	3	11	63	85
TOTAL	4	16	79	115

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
1	Proporção de municípios com cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de alta complexidade apoiados	%	2015	23,26	23,26	23,02
2	Proporção de municípios com cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de média complexidade apoiados	%	2015	51,08	51,08	51,08
3	Proporção de pessoas privadas de liberdade com acesso efetivo a atividades ressocializadoras	%	2014	23,88	34,96	28,70

Continua

Continuação

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
4	Taxa de cobertura do PROCON ⁽²⁾	%	2015	27,05	29,63	29,69

FONTES:

1 - Superintendência de Assistência Social (SAS) / Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) / Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS).

2 - Superintendência de Assistência Social (SAS) / Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) / Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS).

3 - Superintendência de Ressocialização (SRS) / Diretoria de Integração Social (DISO) / Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP).

4 - Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) / Secretaria da Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Convenções:

Traço - dado inexistente

Três Pontos - dado desconhecido

NOTAS:

⁽¹⁾Valores apurados até outubro de 2017.

⁽²⁾Para 2016, houve atualização do valor das estimativas da população residente na Bahia (15.276.566 habitantes), com data de referência em 1º de julho de 2016. Para 2017, as estimativas da população residente na Bahia e nos municípios têm data de referência em 1º de julho de 2017.

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C1	Fortalecer a ressocialização do interno e egresso do Sistema Penitenciário, por meio de atividades de educação, profissionalização, trabalho, de assistência social, religiosa e à saúde, resguardando as especificidades de gênero, identidade e igualdade racial – SEAP							
M9C1	Oferecer a pessoas privadas de liberdade acesso efetivo a atividades ressocializadoras – SEAP	un	4.000	4.718	4.718	117,95	3	AP
C2	Fortalecer os mecanismos de aplicação de penas e medidas alternativas, seu efetivo acompanhamento e o reconhecimento de sua legitimidade pela sociedade e operadores do direito como medidas punitivas de caráter educativo – SEAP							
M1C2	Implantar Núcleos da Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas – SEAP	un	10	0	1	10,00	1	BP
M2C2	Atender a cumpridores de penas e medidas alternativas na estrutura dos Núcleos e na Central de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas – SEAP	un	20.600	6.238	13.310	64,61	2	AP

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C3	Promover a modernização e a melhoria contínua do Sistema Penitenciário com ênfase na racionalização da gestão das práticas operacionais e no aprimoramento das condições materiais e de segurança do interno – SEAP							
M1C3	Fortalecer o funcionamento do Sistema Penitenciário – SEAP	%	1	1	1	100,00	3	AP
M2C3	Implantar monitoramentos eletrônicos de apenados – SEAP	un	900	0	0	0,00	1	AP
M3C3	Implantar Escola de Administração Penitenciária – SEAP	un	1	0	0	0,00	0	AP
C4	Ampliar a oferta de vagas de qualificação profissional para as pessoas privadas de liberdade visando à inserção produtiva – SETRE							
M1C4	Qualificar social e profissionalmente pessoas privadas de liberdade – SETRE	un	1.245	0	0	0,00	0	BP
C5	Promover o acesso ao direito humano à alimentação adequada e saudável e a segurança alimentar e nutricional às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social – SJDHDS							
M3C5	Fornecer refeições balanceadas nos restaurantes populares – SJDHDS	un	6.700.000	1.216.170	2.135.940	31,88	2	BP
M4C5	Distribuir leite – SJDHDS	litro	71.000.000	7.807.138	10.242.906	14,43	1	BP
C11	Estruturar ações estratégicas para articulação intersetorial dos órgãos e instituições integrantes da rede de políticas públicas nos municípios com ausência ou insuficiência de rede socioassistencial – SJDHDS							
M1C11	Apoiar técnica e financeiramente entidades sem fins lucrativos na execução de programas sociais – SJDHDS	un	300	376	720	240,00	3	AP
C12	Fortalecer as ações de proteção social voltadas ao público em situação de vulnerabilidade e risco social – SJDHDS							
M1C12	Atender pessoas com serviços complementares de proteção básica e especial – SJDHDS	un	1.500	1.022	1.790	119,33	3	AP
M2C12	Apoiar financeiramente os municípios com cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de média complexidade – SJDHDS ⁽⁴⁾	un	248	186	429	-	-	AP
M4C12	Apoiar financeiramente os municípios com cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de alta complexidade – SJDHDS ⁽⁴⁾	un	107	81	161	-	-	AP

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M5C12	Apoiar financeiramente os municípios com cofinanciamento dos serviços de proteção social básica (SJDHDS) ⁽⁴⁾	un	417	338	965	-	-	AP
M6C12	Prestar assistência técnica a municípios que desenvolvam ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI - SJDHDS	un	125	12	105	84,00	2	MP
M7C12	Apoiar os municípios com cofinanciamento para concessão de Benefícios Eventuais-BE - SJDHDS ⁽⁴⁾	un	417	274	522	-	-	MP
M10C12	Apoiar municípios na execução da política estadual de pessoas em situação de rua - SJDHDS	un	417	0	0	0,00	0	BP
C14	Fortalecer as ações voltadas ao acesso da população com perfil ao CadÚnico, aos programas de transferência de renda e aos benefícios sociais - SJDHDS							
M1C14	Monitorar os municípios na gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família - SJDHDS ⁽⁴⁾	un	417	1	1	-	-	AP
M2C14	Realizar eventos de capacitação para técnicos e gestores do Cadastro Único e Programa Bolsa Família e parceiros - SJDHDS	un	20	15	77	385,00	3	AP
M3C14	Desenvolver ações para fortalecimento da gestão estadual do CadÚnico do Programa Bolsa Família - SJDHDS	un	2	0	0	0,00	1	MP
C15	Promover acesso as políticas públicas do Estado, às pessoas com deficiências e necessidades especiais, nos municípios pólos dos territórios de identidade - SJDHDS							
M1C15	Implantar fórum para o enfrentamento a violência contra a pessoa com deficiência com a participação do sistema de garantia de direitos - SJDHDS	un	1	0	1	100,00	3	AP
M3C15	Conceder Passe Livre Intermunicipal a pessoas com deficiência comprovadamente carentes contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e inclusão social - SJDHDS	un	81.952	11.620	18.257	22,28	2	AP
M6C15	Implantar o Plano Estadual de Acessibilidade como ferramenta para adequação de espaços, equipamentos e serviços públicos - SJDHDS	un	1	0	0	0,00	1	MP
C16	Ampliar o acesso à informação e proteção entre os participantes das relações de consumo - SJDHDS							
M4C16	Informar ao cidadão baiano sobre educação para o consumo e direitos do consumidor - SDE	un	70.000	20.117	52.185	74,55	2	AP

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C18	Fortalecer a gestão descentralizada e participativa do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – SJDHDS							
M1C18	Promover ações de educação permanente do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – SJDHDS ⁽⁴⁾	un	417	8	26	-	-	AP
M2C18	Apoiar municípios no fortalecimento da gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – SJDHDS ⁽⁴⁾	un	417	19	102	-	-	AP
M3C18	Monitorar os municípios com ênfase na vigilância socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – SJDHDS ⁽⁴⁾	un	417	1	1	-	-	AP
M4C18	Realizar diagnóstico situacional do Sistema Único de Assistência Social no Estado – SUAS – SJDHDS	un	417	0	0	0,00	0	MP
M5C18	Apoiar as atividades realizadas pelo Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS – SJDHDS	un	1	1	1	100,00	3	AP
M6C18	Desenvolver ações para fortalecimento da gestão estadual do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – SJDHDS	un	1	1	1	100,00	3	AP
C19	Fortalecer o Sistema Estadual de Defesa Civil com ações emergenciais e preventivas, para garantir a integridade física do cidadão – Casa Civil							
M1C19	Assistir municípios em situação de emergência ou calamidade pública – Casa Civil ⁽⁵⁾	%	100	78	121	-	-	MP
M3C19	Realizar ações preventivas em proteção social e defesa civil – Casa Civil	un	31	0	2	6,45	1	BP

NOTAS:

⁽¹⁾Valores extraídos do Fiplan, Relatório M&A100, em 07/11/2017. Dados de 2017 referem-se à segunda apuração de metas (30/09/2017).

⁽²⁾Graus de execução física: 0 – a execução física da meta está programada para exercícios posteriores, não sendo exigíveis resultados, portanto; 1 – a execução física da meta se encontra em patamar muito menor que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente; 2 – a execução física da meta está ocorrendo de acordo com o programado para o quadriênio; 3 – execução física da meta se encontra em patamar igual ou maior (neste último caso, quando desejável) que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente.

⁽³⁾Conceito prospectivo atribuído pelos respectivos órgãos executores à execução física da meta: AP – alta possibilidade, quando é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; MP – média possibilidade, quando não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; e BP – baixa possibilidade, quando a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida.

⁽⁴⁾O valor apurado refere-se à quantidade de serviços ou ações, enquanto o valor final previsto corresponde ao número de municípios atendidos, motivo pelo qual não foi calculado o percentual de execução física.

⁽⁵⁾O valor apurado para 2017 refere-se ao número de convênios, enquanto o valor final previsto se refere ao percentual de municípios, motivo pelo qual não foi calculado o percentual de execução física. Ressalte-se que nem todos os municípios em situação de emergência ou calamidade solicitam assistência, porém todos que solicitam são atendidos.

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

De acordo com os procedimentos metodológicos adotados, a avaliação do Programa 215 – Cidadania e Direitos foi aferida pelo conjunto dos órgãos executores, a partir da evolução dos indicadores e execução parcial das 32 metas avaliadas, ou cerca de 40% das metas do Programa, que concentraram, no período 2016/2017, 94,87% dos recursos orçamentários acumulados do Programa.

Os resultados obtidos sugerem que o Programa 215 apresenta um desempenho prospectivo com alta possibilidade de alcançar os principais objetivos ao final do PPA, expresso por mais de 62% das metas avaliadas com alta possibilidade de atingir os principais resultados esperados até 2019, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

No que diz respeito às metas avaliadas:

- 20 (62,50%) registraram um desempenho AP, ou seja, apresentam ALTA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ano final do PPA Participativo 2016/2019, ou que é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação. Dentre estas, cinco já atingiram (M1C15) ou superaram (M9C1, M1C11, M1C12 e M2C14) o valores projetados para o quadriênio e três (M1C3, M5C18 e M6C18) têm mantido anualmente os valores esperados;
- seis (18,75%) registraram desempenho MP, ou seja, apresentam MÉDIA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que não é certo que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação; e
- seis (18,75%) registraram desempenho BP, ou seja, apresentam BAIXA POSSIBILIDADE de atingir os resultados esperados ao final do quadriênio, ou que a meta projetada para 2019 provavelmente não seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

Quanto aos quatro indicadores do Programa, comparando os dados apurados em 2017 com os valores parciais de 2016:

- dois apresentaram evolução positiva: *I1 – Proporção de municípios com cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de alta complexidade apoiados* e *I2 – Proporção de municípios com cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de média complexidade apoiados*, ambos vinculados ao Compromisso 12 “Fortalecer as ações de proteção social voltadas ao público em situação de vulnerabilidade e risco social”, com incremento de 3,23% e 15,78%, respectivamente;
- dois apresentaram evolução negativa: *I3 – Proporção de pessoas privadas de liberdade com acesso efetivo a atividades ressocializadoras*, vinculado ao Compromisso 1 “Fortalecer a ressocialização do interno e egresso do Sistema Penitenciário”, por meio de atividades de educação, profissionalização, trabalho, de assistência social, religiosa e à saúde, resguardando as especificidades de gênero, identidade e igualdade racial, e *I4 – Taxa de cobertura do PRO-CON*, vinculado ao Compromisso 16 “Ampliar o acesso à informação e proteção entre os participantes das relações de consumo”, apresentaram evolução negativa, com decréscimo de 1,44% e 5,96%, respectivamente.



Programa 216 Vida Melhor

PROGRAMA 216 – VIDA MELHOR**1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA****Ementa**

Pobreza, Inclusão socioprodutiva; Trabalho; Educação; Emprego; Geração de Renda; Juventude; Empreendedorismo; Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER; Economia solidária; Associativismo e cooperativismo; Financiamento produtivo; Apoio à gestão de empreendimentos.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS

Diretriz I – Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Socioprodutiva: promover o desenvolvimento orientado para a redução das desigualdades entre os Territórios de Identidade do Estado, de forma ambiental e socialmente sustentável, com inclusão socioprodutiva.

Diretriz II – Redução da Pobreza Extrema: garantir a prioridade na redução da pobreza extrema de forma multidimensional e transversal.

Número de Componentes por Secretaria Envolvida

SECRETARIA	INDICADOR	COMPROMISSO	META	INICIATIVA
Casa Civil	1	0	0	0
SDE	0	0	4	6
SDR	1	1	2	4
SEAGRI	1	1	7	7
SEFAZ	0	2	2	2
SEMA	0	0	1	1
SETRE	2	6	15	20
SJDHDS	0	1	2	3
SPM	0	0	2	2
TOTAL	5	11	35	45

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
1	Índice real da receita do artesanato ⁽²⁾	%	2015	100,00	71,74	98,35
2	Índice real da renda oriunda das atividades produtivas apoiadas pelo Programa ⁽³⁾	%	2015	100,00	92,75	...
3	Número de Carteiras Nacionais do Artesão emitidas ⁽⁴⁾	un	2014	762,00	0,00	225,00
4	Número de projetos de apoio a produção de pescado da pesca e aquicultura implantados ⁽⁵⁾	un	2014	814,00	0,00	-

Continua

Continuação

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
5	Proporção de agricultores familiares que aderiram ao Programa Garantia Safra ⁽⁶⁾	%	2014	34,40	40,20	38,30

FONTES:

1 – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE).

2 – Casa Civil.

3 – Coordenação de Fomento ao Artesanato (CFA) / Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE).

4 – Empresa de Pesca e Aquicultura do Estado (Bahia Pesca) / Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI).

5 – Superintendência de Agricultura Familiar (SUAF) / Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

NOTAS:

⁽¹⁾Valores apurados até outubro de 2017.⁽²⁾A renda dos beneficiários, com perfil de artesão, do Programa Vida Melhor, foi extraída das bases do CadÚnico e corrigida para outubro de 2017.⁽³⁾Devido a ausência da informação de alguns beneficiários não foi possível obter o cálculo atualizado para 2016 e o valor parcial de 2017.⁽⁴⁾Houve um equívoco no valor parcial apurado pela SETRE em 2016. Segundo a Secretaria, em 2016 não foram emitidas carteiras de artesãos.⁽⁵⁾Segundo a Bahia Pesca não há como aferir esse indicador.⁽⁶⁾Houve um erro de arredondamento do sistema na referência, o valor correto é 34,43.

Convenções:

Traço – dado inexistente

Três Pontos – dado desconhecido

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS – PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C1	Promover o desenvolvimento da economia popular e solidária, considerando as diversidades dos territórios, das cadeias produtivas, as necessidades de gênero, raça/etnia, das comunidades tradicionais e das pessoas em situação de vulnerabilidade social – SETRE							
M5C1	Qualificar a atividade produtiva de mulheres da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais com capacitação e cessão de equipamentos – SPM	un	5	5	24	480,00	3	AP
M6C1	Fortalecer empreendimentos da economia solidária rural e urbana – SETRE	un	5.500	1.570	1.570	28,55	1	AP

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C2	Promover a formação, a inovação tecnológica e a cultura do cooperativismo e do associativismo – SETRE							
M8C2	Capacitar mulheres multiplicadoras para o exercício da liderança e ocupação de espaço de poder e decisão no âmbito de associações, cooperativas e organizações da economia solidária – SPM ⁽⁴⁾	un	20	20	367	-	-	AP
M9C2	Formar empreendedores através de ações de educação popular, nos espaços formais e não formais, ampliando a difusão da cultura do Cooperativismo e da economia solidária – SETRE	un	6.500	0	0	0,00	1	BP
C3	Promover o comércio justo de produtos e serviços das cooperativas, associações e empreendimentos de economia popular e solidária – SETRE							
M7C3	Implantar circuitos de feiras da economia solidária e da agricultura familiar – SETRE	un	1	0	0	0,00	1	AP
C4	Promover o microcrédito e a implantação do sistema de finanças solidárias como instrumento de inclusão sócioprodutiva e desenvolvimento de economias territoriais – SETRE							
M3C4	Viabilizar contratos de microcrédito ao empreendedor individual da economia popular e solidária – SETRE	un	180.000	18.774	29.435	16,35	1	BP
C5	Promover a qualificação social e profissional de trabalhadores (as) e jovens em situação de insegurança alimentar e nutricional – SETRE							
M1C5	Qualificar jovens em situação de insegurança alimentar e nutricional – SETRE	un	3.037	0	0	0,00	1	BP
C6	Ampliar a participação da produção da agricultura familiar, de povos e comunidades tradicionais e de assentados da reforma agrária na política estadual de segurança alimentar e nutricional – SDR							
M1C6	Promover a adesão dos municípios e de agricultores familiares ao programa Garantia Safra – SDR	un	980.392	267.619	522.348	53,28	2	AP
C7	Promover o desenvolvimento do artesanato baiano – SETRE							
M2C7	Qualificar artesãos no processo da cadeia produtiva, em Territórios de Identidade – SETRE	un	3.000	1.232	1.457	48,57	2	AP

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M3C7	Implantar Centro de Referência do Artesanato Baiano – SETRE	un	1	0	0	0,00	1	BP
M4C7	Comercializar produtos artesanais oriundos de Territórios de Identidade da Bahia – SETRE	un	80.000	0	3.740	4,68	1	BP
M5C7	Promover eventos de comercialização do artesanato baiano – SETRE	un	20	3	5	25,00	1	MP
C8	Apoiar o financiamento para o empreendimento individual, de micro e pequenas empresas e de economia solidária por meio da disponibilização de crédito – SEFAZ							
M1C8	Disponibilizar linhas de financiamento à microempreendedores e instituições repassadoras de microcrédito para o Programa Vida Melhor – SEFAZ	un	1	1	1	100,00	3	MP
C9	Apoiar o financiamento para o crescimento e desenvolvimento das atividades produtivas organizadas como empreendimentos individuais, micro e pequenas empresas e empreendimentos de economia solidária, por meio da disponibilização de crédito – SEFAZ							
M1C9	Disponibilizar linhas de financiamento à microempreendedores e instituições repassadoras de microcrédito para o Programa Vida Melhor – SEFAZ	un	4	4	4	100,00	3	MP
C14	Fortalecer as atividades de pesca e aquicultura no Estado – SEAGRI							
M12C14	Produzir alevinos para atender projetos sociais – SEAGRI	un	120.000.000	13.074.482	19.711.482	16,43	1	BP
M14C14	Assistir famílias com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) – SEAGRI	un	10.000	2.391	4.972	49,72	2	AP

NOTAS:

⁽¹⁾Valores extraídos do Fiplan, Relatório M&A100, em 07/11/2017. Dados de 2017 referem-se à segunda apuração de metas (30/09/2017).

⁽²⁾Graus de execução física: 0 – a execução física da meta está programada para exercícios posteriores, não sendo exigíveis resultados, portanto; 1 – a execução física da meta se encontra em patamar muito menor que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente; 2 – a execução física da meta está ocorrendo de acordo com o programado para o quadriênio; 3 – execução física da meta se encontra em patamar igual ou maior (neste último caso, quando desejável) que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente.

⁽³⁾Conceito prospectivo atribuído pelos respectivos órgãos executores à execução física da meta: AP – alta possibilidade, quando é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; MP – média possibilidade, quando não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; e BP – baixa possibilidade, quando a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida.

⁽⁴⁾O valor apurado em 2017 corresponde à quantidade de mulheres capacitadas e o valor final previsto corresponde ao número de capacitações, motivo pelo qual não foi calculado o percentual de execução física.

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

De acordo com os procedimentos metodológicos adotados, a avaliação do Programa 216 – Vida Melhor foi aferida pelo conjunto dos órgãos executores, a partir da evolução dos indicadores e execução parcial das 16 metas avaliadas, ou cerca de 46% das metas do Programa, que concentraram, no período 2016/2017, 91,73% dos recursos orçamentários acumulados do Programa.

Os resultados obtidos sugerem que o Programa 216 apresenta um desempenho prospectivo pouco favorável ao alcance dos principais objetivos ao final do PPA, expresso por mais de 43% das metas avaliadas com alta possibilidade de atingir os principais resultados pretendidos até 2019, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação, ressaltando-se que cerca de 38% das metas registraram baixa possibilidade de atingir os valores projetados.

No que diz respeito às metas avaliadas:

- sete (43,75%) registraram um desempenho AP, ou seja, apresentam ALTA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ano final do PPA Participativo 2016-2019, ou que é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação. Dentre estas, uma (M5C1) já superou o valor projetado para o quadriênio e duas (M1C8 e M1C9) têm mantido os valores anualmente esperados;
- três (18,75%) registraram desempenho MP, ou seja, apresentam MÉDIA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação; e
- seis (37,50%) registraram desempenho BP, ou seja, apresentam BAIXA POSSIBILIDADE de atingir os resultados esperados ao final do quadriênio, ou que a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

Quanto aos cinco indicadores do Programa, comparativamente ao exercício de 2016

- dois registraram evolução positiva: *I1 – Índice real da receita do artesanato* e *I3 – Número de Carteiras Nacionais do Artesão emitida*, ambos vinculados ao Compromisso 7 “Promover o desenvolvimento do artesanato baiano”, com acréscimos de 50,80% e 225%, respectivamente;
- um apresentou evolução negativa: *I5 – Proporção de agricultores familiares que aderiram ao Programa Garantia Safra*, vinculado ao Compromisso 6 “Ampliar a participação da produção da agricultura familiar, de povos e comunidades tradicionais e de assentados da reforma agrária na política estadual de segurança alimentar e nutricional”, com decréscimo de 4,73%; e
- dois não foram apurados devido, respectivamente, à ausência de informações relativas aos beneficiários e à impossibilidade de aferição, segundo os órgãos responsáveis pela apuração: *I2 – Índice real da renda oriunda das atividades produtivas apoiadas pelo Programa* e *I4 – Número de projetos de apoio a produção de pescado da pesca e aquicultura implantados*.



Programa 217 Esporte e Lazer

PROGRAMA 217 – ESPORTE E LAZER**1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA****Ementa**

Esporte profissional, de alto rendimento e competitivo; Esporte comunitário, educativo e inclusivo; Lazer e convivência comunitária; Grandes eventos desportivos.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS

Diretriz III – Educação e Cultura: ampliar o acesso à educação, cultura, esporte educativo e lazer de qualidade com a valorização da diversidade, identidade e memória

Número de Componentes por Secretaria Envolvida

SECRETARIA	INDICADOR	COMPROMISSO	META	INICIATIVA
SEDUR	0	1	1	4
SERIN	0	0	0	1
SETRE	5	4	13	18
TOTAL	5	5	14	23

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
1	Número de Atletas / Paratletas beneficiados com ações voltadas para o esporte de alto rendimento	un	2015	0,00	-	1.428,00
2	Nº de gestores públicos capacitados em gestão de esporte e lazer	un	2015	0,00	0,00	664,00
3	Nº de pessoas atendidas no Esporte de Participação (comunitário)	un	2015	0,00	40.343,00	117.998,00
4	Nº de projetos beneficiados pelo Programa FazAtleta	un	2014	71,00	76,00	145,00
5	Percentual de equipamentos de lazer e esporte implantados ⁽²⁾	%	2015	0,00	125,00	225,00

FONTES:

- 1 – Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (SUDESB) / Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE).
 2 – Coordenação de Esportes / Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE).
 3 – Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (SUDESB) / Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE).
 4 – Coordenação de Esportes / Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE).
 5 – Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (SUDESB) / Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE).

Convenções:
 Traço - dado inexistente
 Três Pontos - dado desconhecido

Continua

Continuação

NOTAS:

⁽¹⁾Valores apurados até outubro de 2017.⁽²⁾O indicador refere-se à construção, ampliação e reforma de equipamentos de lazer e esporte, por meio de projetos de infraestrutura física executados pelos municípios, com o apoio da SUDESB.**3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017**

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C11	Fomentar o esporte de alto rendimento, com apoio aos atletas e paratletas – SETRE							
M1C11	Apoiar operacionalmente projetos para o desenvolvimento de atletas e paratletas, no esporte de alto rendimento - SETRE	un	300	76	145	48,33	2	AP
M2C11	Promover eventos esportivos de alto rendimento – SETRE	un	100	32	52	52,00	2	AP
M3C11	Apoiar técnico e financeiramente atletas e paratletas de alto rendimento – SETRE	un	750	708	1.428	190,40	3	AP
C14	Promover o esporte de participação, as práticas esportivas tradicionais e não tradicionais, preservando a cultura, o desenvolvimento integral e a formação da cidadania, permitindo o acesso dos povos e comunidades tradicionais – SETRE							
M1C14	Promover eventos de fomento ao esporte e lazer, inclusive as práticas esportivas educacionais, tradicionais e não tradicionais – SETRE	un	400	98	237	59,25	2	AP
M4C14	Implementar núcleos de iniciação esportiva, lazer, arte e cidadania – SETRE	un	210	7	19	9,05	1	BP
M6C14	Promover eventos de atualização para árbitros, técnicos e capacitação para agentes de lazer comunitário – SETRE	un	120	27	76	63,33	2	AP
C15	Promover a melhoria da infraestrutura esportiva necessária ao desenvolvimento do desporto, paradesporto e lazer, dentro dos princípios de acessibilidade, sustentabilidade e ação social – SETRE							
M1C15	Realizar projetos de infraestrutura física de esporte e lazer – SETRE	un	44	6	11	25,00	1	AP
M2C15	Apoiar técnico e financeiramente projetos de infraestrutura física de esporte e lazer – SETRE	un	104	9	16	15,38	1	BP
M3C15	Assegurar o funcionamento de equipamentos esportivos e de lazer de responsabilidade do Estado – SETRE	un	8	11	11	137,50	3	AP

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C20	Fortalecer o sistema público de esporte e lazer – SETRE							
M1C20	Implantar sistema integrado de gestão para fortalecimento da política de esporte e lazer – SETRE	un	1	0	0	0,00	0	AP
M2C20	Capacitar gestores públicos de esporte e lazer – SETRE	un	200	0	28	14,00	1	AP

NOTAS:

⁽¹⁾Valores extraídos do Fiplan, Relatório M&A100, em 07/11/2017. Dados de 2017 referem-se à segunda apuração de metas (30/09/2017).

⁽²⁾Graus de execução física: 0 – a execução física da meta está programada para exercícios posteriores, não sendo exigíveis resultados, portanto; 1 – a execução física da meta se encontra em patamar muito menor que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente; 2 – a execução física da meta está ocorrendo de acordo com o programado para o quadriênio; 3 – execução física da meta se encontra em patamar igual ou maior (neste último caso, quando desejável) que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente.

⁽³⁾Conceito prospectivo atribuído pelos respectivos órgãos executores à execução física da meta: AP – alta possibilidade, quando é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; MP – média possibilidade, quando não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; e BP – baixa possibilidade, quando a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida.

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

De acordo com os procedimentos metodológicos adotados, a avaliação do Programa 217 – Esporte e Lazer foi aferida pelo conjunto dos órgãos executores, a partir da evolução dos indicadores e execução parcial das 11 metas avaliadas, ou cerca de 79% das metas do Programa, que concentraram, no período 2016/2017, 92,90% dos recursos orçamentários acumulados do Programa.

Os resultados obtidos sugerem que o Programa 217 apresenta um desempenho prospectivo com alta possibilidade de alcançar os principais objetivos ao final do PPA, expresso por mais de 80% das metas avaliadas com alta possibilidade de atingir os principais resultados projetados para 2019, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

No que diz respeito às metas avaliadas:

- nove (81,82%) registraram um desempenho AP, ou seja, apresentaram ALTA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ano final do PPA Participativo 2016/2019, ou que é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação. Destas, duas (M3C11 e M3C15) já superaram os valores projetados para o quadriênio; e
- duas (18,18%) registraram desempenho BP, ou seja, apresentaram BAIXA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

Quanto aos cinco indicadores do Programa, comparativamente ao exercício de 2016, todos apresentaram evolução positiva:

Continua

Continuação

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

- *I1 – Número de Atletas / Paratletas beneficiados com ações voltadas para o esporte de alto rendimento, vinculado ao Compromisso 11 “Fomentar o esporte de alto rendimento, com apoio aos atletas e paratletas”, saindo do 0 (zero) para 1.428, neste caso comparado com a referência, uma vez que o indicador não existia em 2016*
- *I4 – Nº de projetos beneficiados pelo Programa Fazatleta, também vinculado ao Compromisso 11, com incremento de 90,79%;*
- *I2 – Nº de gestores públicos capacitados em gestão de esporte e lazer e I3 – Nº de pessoas atendidas no Esporte de Participação (comunitário), vinculados ao Compromisso 14 “Promover o esporte de participação, as práticas esportivas tradicionais e não tradicionais, preservando a cultura, o desenvolvimento integral e a formação da cidadania, permitindo o acesso dos povos e comunidades tradicionais”, com acréscimo de 664% e 192,49%, respectivamente; e*
- *I5 – Percentual de equipamentos de lazer e esporte implantados, vinculado aos Compromissos 4 “Ampliar a oferta de infraestrutura adequada para a prática de lazer e esporte propiciando a saúde física e mental”, não apropriado na avaliação, e 15 “Promover a melhoria da infraestrutura esportiva necessária ao desenvolvimento do desporto, paradesporto e lazer, dentro dos princípios de acessibilidade, sustentabilidade e ação social”, com incremento de 100%.*



Programa 218 Gestão Participativa

PROGRAMA 218 – GESTÃO PARTICIPATIVA

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA

Ementa

Gestão do Conhecimento; Tecnologia da Informação (TI); Tecnologias de Gestão Organizacional; Qualificação dos Serviços Públicos; Produção e uso da Informação;
 Gestão Estratégica; Planejamento Estratégico; Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE); Qualidade do Gasto Público; Planejamento e Gestão Territorial; Participação Social; Comunicação; Modelos Institucionais; Consórcios Públicos; Comunicação; Gestão fiscal e tributária; Gestão previdenciária do servidor público sob a ótica fiscal; Gestão de Logística e Suprimentos; Gestão Patrimonial; Obras Públicas Administrativas; Gestão de Pessoas; Gestão previdenciária do servidor público.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS

Diretriz XIII – Democracia e Participação Social: Garantir a participação da sociedade, ampliando o diálogo social, a transparência da ação pública, a comunicação social e fortalecendo as instâncias gestoras locais, a governança e o planejamento territorial

Diretriz XIV – Planejamento e Gestão Pública: Fortalecer a cultura de planejamento e gestão do Estado, valorizando a ética no serviço público, a qualidade dos serviços prestados ao cidadão, a intersetorialidade e transversalidade das políticas públicas.

Número de Componentes por Secretaria Envolvida

SECRETARIA	INDICADOR	COMPROMISSO	META	INICIATIVA
CASA CIVIL	0	3	5	6
GAB GOV	0	1	1	2
PGE	0	5	22	25
SAEB	1	13	36	59
SDE	0	0	4	4
SEAGRI	0	0	1	1
SECOM	1	1	4	15
SEDUR	0	1	3	3
SEFAZ	2	4	4	13
SEINFRA	0	0	0	1
SEMA	0	0	7	7
SEPLAN	2	8	21	41
SEPROMI	0	0	1	1
SERIN	0	1	3	15
SESAB	0	0	1	1
SETUR	0	0	1	1
SSP	0	0	1	1
TOTAL	6	37	115	196

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016	2017 ⁽¹⁾
1	Nível de execução orçamentária	%	2014	73,00	67,33	84,34
2	Nível de satisfação do cidadão na avaliação do atendimento na Rede SAC ⁽²⁾	%	2007	94,10	95,11	94,83
3	Número de veículos de comunicação comunitários cadastrados como instrumentos de inclusão social ⁽³⁾	un	2015	0,00	0,00	0,00
4	Percentual da dívida ativa recuperada	%	2014	1,50	0,72	1,55
5	Proporção de municípios envolvidos em consórcios públicos multifinalitários ⁽⁴⁾	%	2015	46,28	61,87	61,87
6	Proporção dos territórios de identidade com planos de desenvolvimento elaborados	%	2015	40,74	40,74	55,56

FONTES:

1 – Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Governo do Estado da Bahia (FIPLAN) Gerencial / Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ).

2 – Superintendência de Atendimento ao Cidadão (SAC) / Secretaria da Administração (SAEB).

3 – Secretaria de Comunicação Social (SECOM).

4 – Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária (SIGAT) / Diretoria de Arrecadação, Crédito Tributário e Controle (DARC) / Secretaria da Fazenda (SEFAZ).

5 – Federação dos Consórcios Públicos da Bahia (FECBAHIA) / Diretoria de Planejamento Territorial (DPT) / Superintendência de Planejamento Estratégico (SPE) / Secretaria do Planejamento (SEPLAN).

6 – Diretoria de Planejamento Territorial (DPT) / Superintendência de Planejamento Estratégico (SPE) / Secretaria do Planejamento (SEPLAN).

NOTAS:

⁽¹⁾Valores apurados até outubro de 2017.

⁽²⁾A pesquisa de satisfação foi aplicada aos usuários de postos da Rede SAC da capital e da Região Metropolitana de Salvador.

⁽³⁾O credenciamento das rádios foi submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado (PGE), constando-se a impossibilidade de prosseguimento do feito, devido ao esgotamento de sua finalidade, com base no art. 37 da Lei Estadual nº 12.209/2011.

⁽⁴⁾Houve um equívoco no valor parcial apurado de 2016, sendo o valor correto 61,87.

Convenções:

Traço – dado inexistente

Três Pontos – dado desconhecido

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS – PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C8	Aprimorar a gestão dos recursos financeiros do estado, para viabilizar a execução das políticas públicas, mantendo o equilíbrio fiscal e contribuindo para o aperfeiçoamento da qualidade do gasto público – SEFAZ							

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS – PERÍODO 2016/2017								
COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M1C8	Promover o cumprimento de todas as medidas estabelecidas no Programa de Ajuste Fiscal – PAF – SEFAZ	un	1	1	1	100,00	3	AP
C9	Otimizar as receitas tributárias, melhorando a produtividade da fiscalização, fortalecendo a recuperação do crédito tributário e disseminando a política de educação fiscal – SEFAZ							
M2C9	Prover recursos financeiros para as secretarias e órgãos, objetivando o cumprimento das políticas públicas traduzidas no PPA 2016-2019 e nos orçamentos anuais – SEFAZ	un	1	1	1	100,00	3	AP
C11	Fortalecer as ações de relações internacionais como suporte ao desenvolvimento estadual em consonância com a política externa brasileira – GABGOV							
M8C11	Participar de eventos nacionais e internacionais para atração de investimentos e empreendimentos – SDE	un	10	0	8	80,00	2	AP
M9C11	Promover a organização, participação e monitoramento de eventos, visitas e missões internacionais – GABGOV	un	190	58	89	46,84	2	AP
C13	Aprimorar a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão, com ênfase na desburocratização, na simplificação de processos e na impessoalidade do atendimento – SAEB							
M3C13	Certificar, com base na norma ISO 9001, os processos de órgãos e/ou entidades da administração pública – SDE	un	6	0	3	50,00	2	AP
M4C13	Assegurar o funcionamento regular das unidades da rede do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC – SAEB	un	76	64	63	82,89	2	AP
M5C13	Obter índice satisfatório do cidadão na avaliação do atendimento da rede do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC – SAEB	%	90	0	95	105,67	3	AP
M7C13	Ampliar a oferta de serviços ao cidadão através do Portal SAC – SAEB	%	30	6	19	63,33	2	AP
M9C13	Disseminar a tecnologia de atendimento da rede do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC – SAEB	un	4	4	4	100,00	3	AP
M12C13	Assegurar o funcionamento regular das unidades do SAC Móvel – SAEB	un	3	0	3	100,00	3	AP

Continua

Continuação

continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017								
COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C14	Intensificar o uso de tecnologia de informação e comunicação – TIC para facilitar o acesso à informação e qualificar a prestação de serviços públicos – SAEB							
M1C14	Ampliar o percentual de usuários satisfeitos com os serviços de TIC – SAEB	%	50	0	0	0,00	0	AP
C16	Qualificar as obras e serviços de engenharia nos prédios públicos do Executivo – SAEB							
M1C16	Implementar ações voltadas a assegurar a infraestrutura física para as unidades do Executivo – SAEB	un	5	4	6	120,00	3	AP
M4C16	Padronizar a gestão das obras e serviços de engenharia – SAEB	un	1	0	2	200,00	3	AP
M5C16	Aperfeiçoar os critérios técnicos para otimizar a gestão das obras e serviços de engenharia – SAEB	un	1	0	3	300,00	3	AP
C17	Promover mecanismos de integração de informações institucionais – CASA CIVIL							
M1C17	Implantar o sistema de gestão das ações prioritárias nas secretarias e entidades da Administração Pública – CASA CIVIL	un	23	3	4	17,39	1	BP
M2C17	Modernizar o sistema de publicação de atos e normas do Estado – CASA CIVIL	un	1	0	1	100,00	2	MP
C18	Aprimorar o intercâmbio e a articulação com os demais entes federativos e a sociedade civil organizada, garantindo-se o diálogo social e a participação popular nas ações governamentais – SERIN							
M1C18	Promover encontros de articulação entre representantes dos entes da federação, objetivando o desenvolvimento e consolidação do Pacto Federativo: Poder Executivo e demais poderes – SERIN	un	30	5	7	23,33	2	AP
M2C18	Promover encontros de articulação, oferecendo suporte técnico-político nos diálogos e escutas sociais nos território de identidade, assegurando o caráter democrático na elaboração e implementação das políticas públicas – SERIN	un	30	9	17	56,67	2	AP
C19	Aperfeiçoar os processos organizacionais, para melhorar a qualidade dos serviços prestados – SAEB							
M1C19	Aperfeiçoar os processos organizacionais – SAEB	%	40	13	28	70,50	2	AP
C20	Aprimorar os modelos institucionais da administração pública – SAEB							

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS – PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M1C20	Adequar os modelos institucionais à execução da estratégia governamental – SAEB	un	3	1	1	33,33	2	AP
C21	Fortalecer a gestão de pessoas através da modernização de seus processos e da qualificação do servidor público – SAEB							
M1C21	Adequar os modelos institucionais à execução da estratégia governamental – SAEB	%	100	50	65	65,00	2	AP
C23	Prover o estado de geoinformação oficial de referência e temática, de qualidade e em escalas compatíveis com os temas relacionados, visando atender as demandas dos projetos e ações do governo e sociedade civil – SEPLAN							
M1C23	Produzir dados geoespaciais de referência do território baiano – SEPLAN	Km²	280.000	0	0	0,00	1	BP
M2C23	Produzir dados geoespaciais temáticos do território baiano – SEPLAN	Km²	480.000	0	0	0,00	1	BP
M4C23	Dar cobertura a todo o Estado com geoinformação temática da agropecuária – SEAGRI	%	100	0	50	50,00	1	BP
M5C23	Consolidar a Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado da Bahia – IDE- Bahia – SEPLAN	un	1	0	0	0,00	2	AP
M6C23	Atualizar os limites estaduais, municipais e distritais no território estadual – SEPLAN	%	100	47	52	52,37	2	AP
M7C23	Apoiar tecnicamente a modernização da base de dados geoespaciais da segurança pública nos municípios com mais de 100 mil habitantes – SSP	un	16	6	9	56,25	2	AP
C25	Modernizar a Plataforma Tecnológica a serviço do planejamento e da gestão estratégica, possibilitando uma maior qualidade e disponibilidade das informações para o governo e sociedade – SEPLAN							
M1C25	Modernizar a Plataforma Tecnológica a serviço do Planejamento e da Gestão Estratégica – SEPLAN	un	1	0	0	0,00	2	AP
C26	Promover projetos especiais propulsores do desenvolvimento econômico e social sustentável do Estado – SEPLAN							
M1C26	Promover projetos especiais para o desenvolvimento do Estado – SEPLAN	un	4	1	1	25,00	1	BP

Continua

Continuação

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017								
COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
C27	Implantar o sistema estadual de planejamento e gestão estratégica, com o aprimoramento dos seus processos, a integração das funções do ciclo de planejamento e o fortalecimento da dimensão territorial, da participação social e da atuação em rede - SEPLAN							
M1C27	Implantar o sistema estadual de planejamento e gestão estratégica - SEPLAN	un	1	0	0	0,00	2	AP
C28	Promover a governança territorial, com o suporte aos espaços de participação e concertação e o acompanhamento da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia - SEPLAN							
M1C28	Prestar suporte administrativo, técnico e financeiro ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER - SEPLAN	un	1	0	1	100,00	3	AP
M2C28	Prestar suporte administrativo, técnico e financeiro aos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETER - SEPLAN	un	27	27	27	100,00	3	AP
M3C28	Elaborar planos para o desenvolvimento dos territórios de identidade - SEPLAN	un	27	0	15	55,56	2	AP
M8C28	Articular com as setoriais para a discussão e pactuação nos espaços de governança territorial na implementação de políticas públicas - SEPLAN	un	10	5	6	60,00	2	AP
M9C28	Implantar agenda territorial - AGTER nos 27 Territórios de Identidade do Estado da Bahia - SEPLAN	un	1	0	0	0,00	1	MP
C29	Promover o consorciamento de municípios, com vistas ao planejamento, à regulação e à execução de serviços públicos, em cooperação com o Estado - SEPLAN							
M1C29	Instituir a Política Estadual de Apoio e Fomento aos Consórcios Públicos - SEPLAN	un	1	0	0	0,00	0	MP
M2C29	Ampliar a quantidade de consórcios públicos formados e estruturados - SEPLAN	un	12	6	6	50,00	2	AP
M3C29	Prestar suporte técnico e capacitação para a gestão de consórcios públicos - SEPLAN	un	1	1	1	100,00	3	AP
M4C29	Apoiar a criação do Centro de Referência e Assessoramento aos Consórcios Públicos e Colegiados de Desenvolvimento Territorial Sustentável - Codeter - SEPLAN	un	1	0	0	0,00	2	AP

Continua

Continuação

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽³⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016	2017	%	GRAU ⁽²⁾ (0; 1; 2; 3)	
M5C29	Ampliar a quantidade de programas executados por meio de consórcios públicos - SEPLAN	un	4	3	3	75,00	2	AP
C35	Modernizar a gestão logística de suprimentos, priorizando a utilização de tecnologias estruturantes - SAEB							
M1C35	Implantar sistemas corporativos para a área de recursos logísticos - SAEB	un	2	0	0	0,00	0	BP
M3C35	Aprimorar a gestão da frota de veículos do Poder Executivo - SAEB	un	1	0	0	0,00	1	AP
M6C35	Implantar pontos de recolhimento de bens móveis e de pneus - SAEB	un	7	0	0	0,00	0	BP
M11C35	Realizar ações para assistir às comissões de licitação e os pregoeiros - SAEB	un	4	4	15	375,00	3	AP
M13C35	Implementar novo Modelo de contratação de serviços terceirizados - SAEB	un	1	0	2	200,00	3	AP
M14C35	Elevar a capilaridade das ações de melhoria de gestão através do Secretaria da Administração - SAEB Móvel - SAEB	un	14	0	0	0,00	0	MP
C37	Promover o Ordenamento Territorial, por meio do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE - SEPLAN							
M9C37	Implantar o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE - SEPLAN	un	1	0	0	0,00	2	AP
C40	Disponibilizar aos cidadãos, com qualidade, de forma ágil e descentralizada os serviços do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, previstos no Código Nacional de Trânsito - CNT - SAEB							
M1C40	Prover os serviços de trânsito demandados pelo cidadão - SAEB	%	100	100	100	100,00	3	AP
M2C40	Assegurar o funcionamento regular das unidades do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN - SAEB	un	210	210	210	100,00	3	AP
C47	Ampliar a assistência à saúde dos beneficiários do PLANSEV, priorizando a qualificação dos serviços e a interiorização do acesso - SAEB							
M1C47	Aumentar o índice de suficiência da rede de prestadores de serviços nas sedes de microrregião - SAEB	%	20	6	6	31,25	2	AP

NOTAS:

⁽¹⁾Valores extraídos do Fiplan, Relatório M&A100, em 07/11/2017. Dados de 2017 referem-se à segunda apuração de metas (30/09/2017)

⁽²⁾Graus de execução física: 0 – a execução física da meta está programada para exercícios posteriores, não sendo exigíveis resultados, portanto; 1 – a execução física da meta se encontra em patamar muito menor que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente; 2 – a execução física da meta está ocorrendo de acordo com o programado para o quadriênio; 3 – execução física da meta se encontra em patamar igual ou maior (neste último caso, quando desejável) que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente.

⁽³⁾Conceito prospectivo atribuído pelos respectivos órgãos executores à execução física da meta: AP – alta possibilidade, quando é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; MP – média possibilidade, quando não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; e BP – baixa possibilidade, quando a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida.

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

De acordo com os procedimentos metodológicos adotados, a avaliação do Programa 218 – Gestão Participativa foi aferida pelo conjunto dos órgãos executores a partir da evolução dos indicadores e execução parcial das 50 metas avaliadas, ou cerca de 43% das metas do Programa, que concentraram, no período 2016/2017, 41,50% dos recursos orçamentários acumulados do Programa.

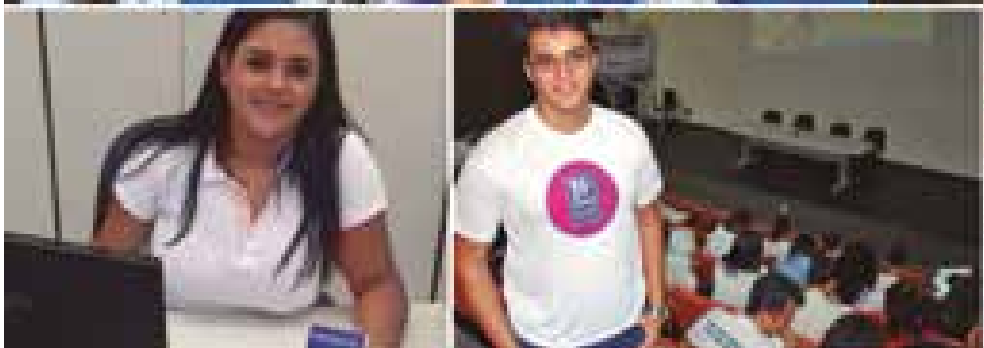
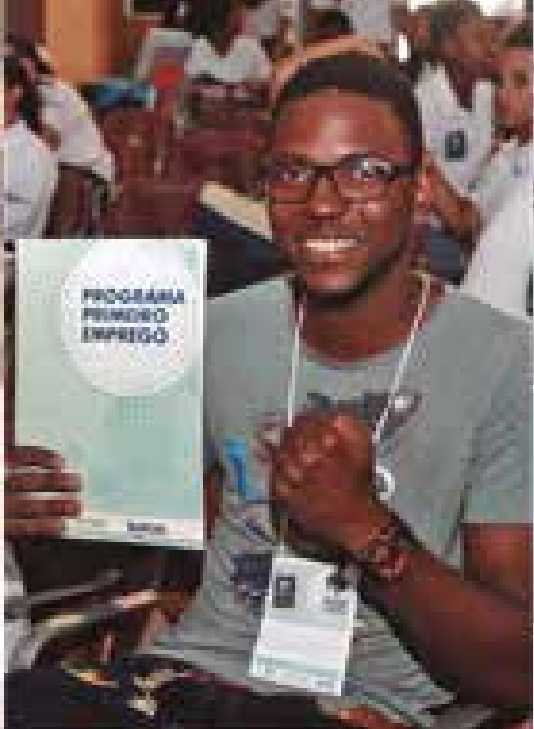
Os resultados obtidos sugerem que o Programa 218 apresenta um desempenho prospectivo com alta possibilidade de alcançar os principais objetivos ao final do PPA, expresso por 78% das metas avaliadas com alta possibilidade de atingir os principais resultados esperados até 2019, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

No que diz respeito às metas avaliadas:

- 39 (78,00%) registraram um desempenho AP, ou seja, apresentam ALTA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ano final do PPA Participativo 2016/2019, ou que é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação. Entre essas, nove já atingiram (M12C13, M2C17 e M1C28) ou superaram (M5C13, M1C16, M4C16, M5C16, M11C35 e M13C35) o valor projetado para o quadriênio, e sete (M1C8, M2C9, M9C13, M2C28, M3C29, M1C40 e M2C40) têm mantido anualmente o valor esperado;
- quatro (8,00%) registraram desempenho MP, ou seja, apresentam MÉDIA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação;
- sete (14,00%) registraram desempenho BP, ou seja, apresentam BAIXA POSSIBILIDADE de atingir os resultados esperados ao final do quadriênio, ou que a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

Quanto aos seis indicadores do Programa, comparando os dados apurados em 2017 com os valores parciais de 2016:

- três registraram evolução positiva: *I1 – Nível de execução orçamentária*, vinculado ao Compromisso 8 “Aprimorar a gestão dos recursos financeiros do estado, para viabilizar a execução das políticas públicas, mantendo o equilíbrio fiscal e contribuindo para o aperfeiçoamento da qualidade do gasto público”, com incremento de 25,26%; *I4 – Percentual da dívida ativa recuperada*, vinculado ao Compromisso 5 “Aperfeiçoar a cobrança judicial e extrajudicial de débitos tributários e não tributários, permitindo a recuperação dos créditos”, com acréscimo de 115,28%, ressaltando que esse Compromisso não teve metas selecionadas como representativas dos resultados do Programa; e *I6 – Proporção dos territórios de identidade com planos de desenvolvimento* elaborado, vinculado ao Compromisso 28 “Promover a governança territorial, com o suporte aos espaços de participação e concertação e o acompanhamento da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia”, com aumento de 36,38%;
- um apresentou evolução negativa: *I2 – Nível de satisfação do cidadão na avaliação do atendimento na Rede SAC*, vinculado ao Compromisso 13 “Aprimorar a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão, com ênfase na desburocratização, na simplificação de processos e na impessoalidade do atendimento”, com redução de 0,29%; e
- dois não evoluíram: *I3 – Número de veículos de comunicação comunitários cadastrados como instrumentos de inclusão social*, ressaltando a impossibilidade legal de dar prosseguimento ao credenciamento das rádios comunitárias, com base no art. 37 da Lei Estadual nº 12.209/2011; e *I5 – Proporção de municípios envolvidos em consórcios públicos multifinalitários*, cuja evolução nula foi devido ao número de municípios ter-se mantido constante em relação a 2016.



Programa 219 Primeiro Emprego

PROGRAMA 219 – PRIMEIRO EMPREGO**1. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA****Ementa**

Educação Profissional; Mundo do Trabalho; Acesso e Permanência na Educação; Assistência Técnica e Extensão Rural; Qualificação Profissional.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS ASSOCIADAS**Diretriz II** – Redução da Pobreza Extrema: garantir a prioridade na redução da pobreza extrema de forma multidimensional e transversal.**Diretriz V** – Cidadania e Direitos Humanos: promover a inclusão social, o trabalho decente e a universalização do acesso a serviços públicos de qualidade, priorizando os grupos historicamente discriminados da sociedade, respeitando as características de geração, gênero e étnico-racial e a diversidade.**Número de Componentes por Secretaria Envolvida**

SECRETARIA	INDICADOR	COMPROMISSO	META	INICIATIVA
SAEB	0	0	2	2
SDE	0	1	6	7
SDR	0	0	1	1
SEC	0	1	3	3
SETRE	3	1	1	1
TOTAL	3	3	13	14

2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REFERÊNCIA		VALOR APURADO	
			ANO	VALOR	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽²⁾
1	Proporção de vagas captadas preenchidas no setor privado	%	2015	0,00	-	39,25
2	Proporção de vagas captadas preenchidas no setor público estadual ⁽³⁾	%	2015	0,00	-	28,03
3	Proporção de vagas captadas preenchidas no terceiro setor vinculado à agricultura familiar	%	2015	0,00	-	3,92

FONTES:

1 – BI 1º Emprego – Business Intelligence e Planilhas de Controle SIPPE / Coordenação de Intermediação para o Trabalho e Seguro-Desemprego (COINSD) / Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho (SUDET) / Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE).

2 – BI 1º Emprego – Business Intelligence e Planilhas de Controle SIPPE / Coordenação de Intermediação para o Trabalho e Seguro-Desemprego (COINSD) / Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho (SUDET) / Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE).

3- BI 1º Emprego – Business Intelligence e Planilhas de Controle SIPPE / Coordenação de Intermediação para o Trabalho e Seguro-Desemprego (COINSD) / Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho (SUDET) / Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE).

Convenções:
 Traço – dado inexistente
 Três Pontos – dado desconhecido

NOTAS:

⁽¹⁾O Programa foi criado em 2017, motivo pelo qual não foi apurado o valor de 2016.

⁽²⁾Valores apurados até outubro de 2017.

⁽³⁾O valor apurado considera as modalidades de estágio, aprendizagem e primeiro emprego, conforme parágrafo único do artigo 1º da Lei Estadual nº 13.459/2015, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 16.761/2016.

3. DESEMPENHO DAS METAS AVALIADAS - PERÍODO 2016/2017

COMPROMISSO / META		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR FINAL PPA	VALOR APURADO ⁽¹⁾		EXECUÇÃO FÍSICA		DESEMPENHO ⁽⁴⁾ (AP; MP; BP)
CÓDIGO	DESCRIÇÃO / SECRETARIA RESPONSÁVEL			2016 ⁽²⁾	2017	%	GRAU ⁽³⁾ (0; 1; 2; 3)	
C1	Promover a inserção de egressos e estudantes da rede de Educação Profissional no mundo do trabalho – SETRE							
M1C1	Construir sistema informatizado, visando acompanhamento das ações de captação de vagas e intermediação dos estudantes e jovens egressos da educação profissional no mundo do trabalho – SETRE	un	2	-	1	50,00	2	AP
M3C1	Promover a contratação de egressos e estudantes para Administração Pública Estadual – SAEB	un	8.939	-	1.849	20,68	1	MP
M4C1	Articular vagas com o setor privado através da adesão ao programa – SDE ⁽⁵⁾	un	1.000	-	2.159	215,90	3	AP
M5C1	Captar vagas de Assistência Técnica Rural – SDR ⁽⁶⁾	un	614	-	0	0,00	1	MP
C2	Promover a permanência no Ensino Superior do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica – SEC							
M1C2	Ofertar auxílio permanência – SEC	un	9.000	-	0	0,00	2	AP
M2C2	Ofertar vagas de estágio de Ensino Superior – SAEB	un	4.484	-	5.341	119,11	3	AP
C3	Reduzir as assimetrias existentes entre a oferta de qualificação profissional e a demanda dos principais setores estratégicos da economia – SDE							
M1C3	Elaborar mapas de oferta e demanda de qualificação profissional – SDE	un	4	-	2	50,00	2	AP

NOTAS:

⁽¹⁾Valores extraídos do Fiplan, Relatório M&A100, em 07/11/2017. Dados de 2017 referem-se à segunda apuração de metas (30/09/2017).

⁽²⁾Como o Programa foi criado em 2017, os valores de 2016 não foram apurados.

⁽³⁾Graus de execução física: 0 - a execução física da meta está programada para exercícios posteriores, não sendo exigíveis resultados, portanto; 1 - a execução física da meta se encontra em patamar muito menor que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente; 2 - a execução física da meta está ocorrendo de acordo com o programado para o quadriênio; 3 - execução física da meta se encontrar em patamar igual ou maior (neste último caso, quando desejável) que o programado para o quadriênio ou para o exercício, quando a meta for contabilizada anualmente.

Continua

Continuação

NOTAS:

⁽⁴⁾ Conceito prospectivo atribuído pelos respectivos órgãos executores à execução física da meta: AP – alta possibilidade, quando é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; MP – média possibilidade, quando não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida; e BP – baixa possibilidade, quando a meta projetada para 2019 provavelmente não será atingida.

⁽⁵⁾ Os valores apurados da M4C1 referem-se ao número de vagas registradas no Termo de Adesão das empresas ao Programa.

⁽⁶⁾ O valor da M5C1 refere-se ao número de jovens egressos da Rede Estadual de Educação Profissional contratados por instituições públicas e organizações produtivas da agricultura familiar (cooperativas e associações). Em 2017, o valor de 51 vagas de Assistência Técnica Rural captadas não foi registrado tempestivamente no Relatório M&A100 (extraído em 07/11/2017). O indicador I3 – *Proporção de vagas captadas preenchidas no terceiro setor vinculado à agricultura familiar*, entretanto, reflete esse número.

4. DESEMPENHO DO PROGRAMA

De acordo com os procedimentos metodológicos adotados, a avaliação do Programa 219 – Primeiro Emprego foi aferida pelo conjunto dos órgãos executores, a partir da evolução dos indicadores e execução parcial das sete metas avaliadas, ou cerca de 53% das metas do Programa, que concentraram, em 2017, 100% dos recursos orçamentários acumulados do Programa.

Os resultados obtidos sugerem que o Programa 219 apresenta um desempenho prospectivo com alta possibilidade de alcançar os principais objetivos ao final do PPA, expresso por mais de 70% das metas avaliadas com alta possibilidade de atingir os principais resultados esperados até 2019, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

No que diz respeito às metas avaliadas:

- cinco (71,43%) registraram desempenho AP, ou seja, apresentam ALTA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ano final do PPA Participativo 2016/2019, ou que é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação. Dentre essas, duas (M4C1 e M2C2) já superaram os valores projetados para o quadriênio; e
- dois (28,57%) registraram desempenho MP, ou seja, apresentam MÉDIA POSSIBILIDADE de atingir os resultados previstos para 2019, ou que não é esperado que a meta projetada para 2019 seja atingida, mantidas as condições atuais e as perspectivas presentes de implementação.

Quanto aos três indicadores do Programa, que representam a taxa de sucesso no preenchimento das vagas efetivamente disponibilizadas pelo Programa, a cada exercício, para fins de comparação, considerou-se os valores do ano de referência, pois o Programa foi criado em 2017. Tem-se:

- dois registraram evolução positiva: I2 – *Proporção de vagas captadas preenchidas no setor público estadual* e I3 – *Proporção de vagas captadas preenchidas no terceiro setor vinculado à agricultura familiar*; e
- um apresentou evolução negativa: I1 – *Proporção de vagas captadas preenchidas no setor privado* registrou evolução negativa, resultado que reflete a dificuldade, ainda presente na implementação do Programa, de articular de maneira adequada a oferta e a demanda por vagas, ou seja, a vaga existe para contratação, mas o perfil ou local de residência dos candidatos nem sempre são compatíveis com a vaga ofertada.

6. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA

Apresentar uma visão geral dos aspectos da execução orçamentário-financeira no exercício de 2017, comparativamente a 2016, é o objetivo deste capítulo, face à importância do orçamento público ao refletir, em seus processos de programação e de execução, o ciclo das políticas públicas.

A programação realizada, compatível com a disciplina fiscal e o estabelecimento de limites de despesas primárias correntes financiadas com

recursos ordinários do Tesouro, resultou na continuidade da política de controle e qualidade dos gastos públicos, visando garantir a manutenção dos investimentos.

Na busca da conciliação entre o princípio da responsabilidade fiscal e da melhoria contínua dos bens e serviços disponibilizados à população, o executivo baiano vem garantindo o equilíbrio fiscal e financeiro, num

Tabela 1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS - TODOS OS PODERES BAHIA, 2017								
Esfera Orçamentária	Valores (Em R\$ 1.000,00)						Part. % Coluna (G) = (E)/Total	% Execução Financeira (H) = ((E)/(B-C))*100
	Orçado Inicial (A)	Orçado Atual (B)	Contingenciado (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Pago (F)		
Fiscal	29.603.059	33.378.022	0	29.298.567	28.929.759	28.736.689	64,31	86,70
Investimento	5.281.527	5.281.527	0	0	0	0	0,00	0,00
Seguridade Social	14.169.525	17.310.371	0	16.271.593	16.055.449	15.935.066	35,69	92,80
Total Geral	49.054.112	55.969.920	0	45.570.160	44.985.208	44.671.756	100,0	79,50

Fonte: FIPLAN, 18/01/2018

Tabela 2

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS - PODER EXECUTIVO BAHIA, 2017

Esfera Orçamentária	Valores (Em R\$ 1.000,00)						Part. % Coluna (G) = (E)/Total	% Execução Financeira (H) = ((E)/(B-C))*100
	Orçado Inicial (A)	Orçado Atual (B)	Contingenciado (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Pago (F)		
Fiscal	25.623.468	28.868.550	0	24.940.200	24.613.725	24.427.058	60,63	85,30
Investimento	5.281.527	5.281.527	0	0	0	0	0,00	0,00
Seguridade Social	14.130.184	17.234.697	0	16.197.036	15.980.892	15.860.690	39,37	92,70
Total Geral	45.035.180	51.384.774	0	41.137.235	40.594.616	40.287.748	100,0	79,00

Fonte: FIPLAN, 18/01/2018

cenário de incertezas, além de induzir os investimentos públicos, como ferramenta motriz para o desenvolvimento do Estado da Bahia.

O recurso público alcançou, em 2017, o montante de R\$ 56,0 bilhões, representando um incremento de 0,97% em relação ao exercício anterior, considerando o valor atual das três esferas de orçamento – Fiscal, Seguridade Social e Investimento das Empresas – para todos os Poderes, dos quais R\$ 51,4 bilhões (91,80%) foram alocados no Poder Executivo que executou 79,0% dos recursos. As Tabelas 1 e 2 sintetizam esses resultados.

6.1 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

O PPA Participativo 2016-2019, em seu segundo ano de vigência, apresentou um grau de execução financeira de 78,8%, (Tabela 3), com de-

sempenho BOM, segundo a métrica da Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP (Quadro 1), mantendo o mesmo enquadramento verificado em 2016, quando a execução financeira foi de 78,4%.

Quadro 1	ÍNDICE DE DESEMPENHO BAHIA, 2017
Ótimo	> 90
Bom	> 70 ≥ 90
Regular	> 50 ≥ 70
Deficiente	> 30 ≥ 50
Altamente Deficiente	≤ 30

Fonte: Adaptação do Índice ABOP

Tabela 3		EXECUÇÃO DO PPA 2016-2019 POR PROGRAMA BAHIA, 2017									
Programas		Valores (Em R\$ 1.000,00)							Part % Linha Liquidado / Liquidado (H)	% Execução Financeira (I) = (F) / (C-D)*100	% Execução PPA J = (F) / (A)*100
		PPA 2016-2019 (A)	Orçado Inicial (B)	Orçado Atual (C)	Contingenciado (D)	Empenhado (E)	Liquidado (F)	Pago (G)			
Programas Finalísticos		83.370.896	18.907.589	23.274.911	0	18.606.164	18.339.218	18.154.879	45,18	78,79	22,00
205	Pacto pela Vida	20.781.093	4.049.772	4.751.973	0	4.597.824	4.544.528	4.499.192	24,78	95,63	21,87
212	Educar para Transformar	17.419.105	4.405.500	5.220.561	0	4.865.982	4.823.866	4.783.038	26,30	92,40	27,69
200	Saúde Mais Perto de Você	17.683.820	4.316.225	5.150.077	0	4.829.338	4.752.770	4.707.013	25,92	92,29	26,88
215	Cidadania e Direitos	1.776.170	441.522	521.947	0	480.554	476.921	475.512	2,60	91,37	26,85
219	Primeiro Emprego	75.400	40.100	49.239	0	47.668	41.043	41.043	0,22	83,36	54,43
217	Esporte e Lazer	670.581	190.572	237.449	0	204.599	190.603	189.898	1,04	80,27	28,42
207	Meio Ambiente e Sustentabilidade	241.985	81.358	99.389	0	79.722	78.301	77.804	0,43	78,78	32,36
218	Gestão Participativa	2.611.228	540.325	677.317	0	537.221	507.868	502.741	2,77	74,98	19,45
210	Turismo	270.611	69.433	108.396	0	74.949	74.319	74.317	0,41	68,56	27,46
201	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento	722.080	144.806	119.028	0	79.556	79.317	79.020	0,43	66,64	10,98
216	Vida Melhor	727.660	142.630	142.592	0	93.647	93.419	93.169	0,51	65,52	12,84
208	Bahia Trabalho Decente	95.489	15.558	22.736	0	15.531	13.899	13.878	0,08	61,13	14,56
211	Mulher Cidadã	55.991	2.377	5.705	0	3.600	3.468	3.468	0,02	60,78	6,19
202	Cultura e Identidades	386.976	73.208	104.350	0	65.151	63.158	62.811	0,34	60,53	16,32
209	Desenvolvimento Urbano	3.397.014	401.895	788.922	0	414.046	409.055	408.119	2,23	51,85	12,04

Continua

Continuação

Tabela 3		EXECUÇÃO DO PPA 2016-2019 POR PROGRAMA BAHIA, 2017									
Programas		Valores (Em R\$ 1.000,00)							Part % Linha Liquidado / Liquidado (H)	% Execução Financeira (I) = (F) / (C-D)*100	% Execução PPA J = (F) / (A)*100
		PPA 2016-2019 (A)	Orçado Inicial (B)	Orçado Atual (C)	Contingenciado (D)	Empenhado (E)	Liquidado (F)	Pago (G)			
206	Desenvolvimento Rural Sustentável	1.797.817	411.094	489.955	0	254.984	250.504	249.803	1,37	51,13	13,93
204	Infraestrutura para o Desenvolvimento	6.014.514	2.120.850	2.973.406	0	1.462.125	1.441.933	1.402.099	7,86	48,49	23,97
214	Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais	75.225	2.510	18.497	0	6.304	6.286	6.269	0,03	33,99	8,36
213	Água para Todos	6.171.483	1.032.058	1.343.312	0	382.533	378.712	376.577	2,07	28,19	6,14
203	Desenvolvimento Produtivo	2.396.654	425.797	450.061	0	110.831	109.246	109.108	0,60	24,27	4,56
Programas Meio		0	26.127.591	28.109.863	0	22.531.071	22.255.399	22.132.869	54,82	79,17	0,00
502		0	17.873.187	17.878.227	0	12.605.478	12.444.007	12.344.406	30,65	69,60	0,00
900		0	8.224.404	10.231.636	0	9.925.594	9.811.392	9.788.463	24,17	95,89	0,00
999		0	30.000	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Total Geral		0	45.035.180	51.384.774	0	41.137.235	40.594.616	40.287.748	100,00	79,00	0,00

Fonte: FIPLAN, 18/01/2018

Ainda com base na métrica da ABOP, observa-se que em 2017 quatro Programas apresentaram desempenho ÓTIMO:

- 205 – Pacto Pela Vida (execução 95,6%);
- 212 – Educar para Transformar (execução 92,4%);
- 200 – Saúde Mais Perto de Você (execução 92,3%); e

- 215 – Cidadania e Direitos (execução 91,4%).

Estes Programas absorveram 79,6% dos recursos totais (Tabela 3) e também apresentaram um desempenho prospectivo de Alta Possibilidade de alcançar o quantitativo da meta pretendida para o final do PPA-P (2019), conforme visto anteriormente no Capítulo 5.

Quatro programas situaram-se na escala BOM:

- 219 – Primeiro Emprego (execução 83,4%);
- 217 – Esporte e Lazer (execução 80,3%);
- 207 – Meio Ambiente e Sustentabilidade (execução 78,9%); e
- 218 – Gestão Participativa (execução 75%).

Oito programas registraram um grau de execução REGULAR:

- 210 – Turismo (execução 68,6%);
- 201 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento (execução 66,6%);
- 216 – Vida Melhor (execução 65,5%);
- 208 – Bahia Trabalho Decente (execução 61,1%);
- 211 – Mulher Cidadã (60,8%);
- 202 – Cultura e Identidade (execução 60,5%);
- 209 – Desenvolvimento Urbano (execução 51,8%); e
- 206 – Desenvolvimento Rural Sustentável (execução 51,1%).

Dois Programas apresentaram uma situação DEFICIENTE, com grau de execução na faixa maior que 30% e inferior a 50%: 204 – Infraestrutura para o Desenvolvimento e 214 – Igualdade Racial, Povos e Comunidades.

Apenas dois programas enquadram-se numa faixa de desempenho ALTAMENTE DEFICIENTE: 213 – Água para Todos e 203 – Desenvolvimento

Produtivo, resultado que reflete o fato dos seus orçamentos serem constituídos por recursos provenientes de operações de crédito e transferências voluntárias federais (fontes 121, 125, 131 e 331), cujo repasse não ocorreu como programado.

Igualmente, pela ótica da utilização de recursos (Tabela 3), percebe-se que 77,2% dos recursos encontram-se no nível ÓTIMO; 4,3% na faixa considerada BOM; 5,2% na escala REGULAR; 7,7% no nível DEFICIENTE; e 2,6% situam-se na métrica ALTAMENTE DEFICIENTE.

A Tabela 4 evidencia a evolução da execução financeira sob a ótica das funções e áreas. Observa-se um crescimento geral de cerca de 6,0%, em comparação a 2016, com destaque para as funções Produção e Social, que registraram incrementos em torno de 14% e 5%, respectivamente.

Tabela 4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO EM R\$ 1.000,00 BAHIA, 2017				
Função	Exercício		Total Geral	% Taxa de Cresc. Anual 2016 a 2017 (*)
	2016	2017		
Função Social	19.522.926	20.480.012	40.044.860	4,90
Assistência Social	312.328	297.389	610.291	-4,78
Cultura	211.376	178.250	390.314	-15,67
Desporto e Lazer	192.716	197.320	390.037	2,39
Direitos da Cidadania	469.494	501.574	971.073	6,83

Continua

Continuação

Tabela 4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO EM R\$ 1.000,00 BAHIA, 2017				
Função	Exercício		Total Geral	% Taxa de Cresc. Anual 2016 a 2017 (*)
	2016	2017		
Educação	5.539.621	5.683.932	11.223.729	2,61
Previdência Social	6.206.794	6.737.245	12.944.039	8,55
Saúde	6.495.661	6.761.130	13.297.270	4,09
Trabalho	94.936	123.171	218.107	29,74
Função Típica de Estado	4.974.119	5.052.137	10.026.525	1,57
Essencial à Justiça	131.328	142.435	273.798	8,46
Segurança Pública	4.842.791	4.909.702	9.752.726	1,38
Função Infraestrutura	2.876.616	2.613.410	5.491.018	-9,15
Comunicações	150.023	184.292	334.427	22,84
Energia	7.464	9.400	16.864	25,95
Habitação	205.245	73.962	279.206	-63,96
Saneamento	390.598	421.401	812.499	7,89
Transporte	466.575	544.667	1.011.303	16,74
Urbanismo	1.656.712	1.379.687	3.036.718	-16,72
Função de Produção	10.925.935	12.449.057	23.447.696	13,94
Administração	1.562.645	1.547.146	3.109.973	-0,99
Agricultura	445.038	453.412	898.478	1,88

Continua

Continuação

Tabela 4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO EM R\$ 1.000,00 BAHIA, 2017				
Função	Exercício		Total Geral	% Taxa de Cresc. Anual 2016 a 2017 (*)
	2016	2017		
Ciência e Tecnologia	96.786	109.123	205.910	12,75
Comércio e Serviços	162.084	195.919	358.126	20,87
Encargos Especiais	8.297.948	9.786.345	18.156.613	17,94
Gestão Ambiental	181.452	201.172	382.656	10,87
Indústria	156.724	137.536	294.277	-12,24
Organização Agrária	23.259	18.403	41.663	-20,88
Total Geral	38.299.596	40.594.616	79.010.099	5,99

Fonte: FIPLAN, 18/01/2018

Vale ressaltar que o desempenho da função Produção deveu-se à área Comércio e Serviços, com expansão de 20,9%; já na Função Social, o destaque coube à área Trabalho, com crescimento de 29,7%, contrabalançando as reduções apresentadas nas áreas Assistência Social e Cultura em torno de 5,0% e 16,0%, respectivamente.

A execução financeira, em 2017, a partir da classificação das ações incluídas no PPA, manteve-se no mesmo patamar registrado em 2016 (Tabela 5). No que diz respeito às ações classificadas como Atividade Meio, observa-se uma pequena redução na execução financeira de Pessoal Folha, passando

Tabela 5

EXECUÇÃO DA LOA 2017 POR CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO
BAHIA, 2017

Esfera Orçamentária	Valores (Em R\$ 1.000,00)						%Execução Financeira (G)=((E)/(B-C))*100
	Orçado Inicial (A)	Orçado Atual (B)	Contingenciado (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Pago (F)	
Ações incluídas no PPA	18.406.997	22.774.319	0	18.502.188	18.235.241	18.050.903	80,07
Atividade Finalística de Custeio	4.338.574	5.267.591	0	5.088.861	5.014.948	4.963.651	95,20
Atividade Finalística de Pessoal Folha	8.027.858	8.988.301	0	8.966.020	8.966.020	8.893.113	99,75
Atividade Finalística de Pessoal REDA	304.629	430.934	0	429.379	429.379	424.079	99,64
Projeto e Atividades Finalísticas	5.735.936	8.087.493	0	4.017.928	3.824.894	3.770.060	47,29
Ações classificadas como Atividades Meio	26.628.183	28.610.455	0	22.635.048	22.359.375	22.236.845	78,15
Custeio	7.917.506	8.017.877	0	3.337.285	3.175.815	3.171.593	39,61
Operação Especial	8.724.996	10.732.228	0	10.029.570	9.915.368	9.892.439	92,39
Pessoal Folha	9.791.193	9.757.515	0	9.175.127	9.175.127	9.081.410	94,03
Pessoal REDA	164.488	102.835	0	93.065	93.065	91.403	90,50
Reserva de Contingência	30.000	0	0	0	0	0	0,00
Total Geral	45.035.180	51.384.774	0	41.137.235	40.594.616	40.287.748	79,00

Fonte: FIPLAN, 18/01/2018

de 95,4%, em 2016, para 94%, em 2017. Quanto à rubrica Pessoal REDA, a execução ficou no patamar de 90% nos dois períodos, coerente com o cenário de restrição de contratações.

O demonstrativo do orçamento por Fonte de Recurso registrou, em 2017, uma elevação da execução financeira das Principais Fontes, alcançando 81% (em 2016, executou 79,5% dos recursos). Já os Recur-

sos de Outras Fontes alcançaram um grau de execução financeira superior a 67% em 2017 (Tabela 6), enquanto em 2016 a execução foi de 54,7%.

Vale ressaltar, que a contribuição dos Recursos Ordinários (Fonte 100), em relação ao valor liquidado, foi de 32,5%, em 2017, abaixo do resultado apresentado no exercício anterior (34%).

Tabela 6

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA POR FONTE DE RECURSO
BAHIA, 2017

Fonte de Recursos		Valores (Em R\$ 1.000,00)						% Execução Financeira (G) = ((E)/(B-C))*100
		Orçado Inicial (A)	Orçado Atual (B)	Contingenciado (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Pago (F)	
Nº	Principais Fontes	41.076.761	43.672.986	0	35.861.194	35.404.525	35.116.659	81,07
100	ORDINÁRIO	13.644.761	13.568.377	0	13.395.406	13.194.750	13.015.212	97,25
102	ICMS/MUNICÍPIO	5.010.106	5.101.152	0	5.101.152	5.047.292	5.047.292	98,94
103	IPVA/MUNICÍPIO	560.977	582.351	0	582.351	582.351	582.351	100,00
107	FUNDEB	2.898.048	2.977.048	0	2.977.048	2.977.048	2.952.968	100,00
114	VINC EDUCAÇÃO	1.631.347	1.681.247	0	1.644.533	1.605.493	1.590.422	95,49
121	OCI/MOEDA	932.680	1.602.870	0	230.135	229.656	229.656	14,33
130	VINC SAÚDE	3.085.793	3.115.793	0	3.104.785	3.094.169	3.053.972	99,31
131	TR VOL FEDERAL/DIR	1.204.783	1.325.182	0	555.067	553.663	529.130	41,78
213	RDA INDIR	5.408.062	5.447.846	0	338.849	331.547	330.572	6,09
241	FUNPREV	3.683.898	3.683.898	0	3.353.387	3.353.387	3.353.387	91,03
242	PLANSERV	1.616.307	1.618.307	0	1.617.366	1.481.822	1.481.822	91,57
281	TR SUS-BL ATEN MAC	1.400.000	1.419.735	0	1.412.798	1.407.031	1.403.558	99,11
321	OCI/MOEDA - EX ANT	0	148.607	0	147.807	145.807	145.807	98,12
658	BAPREV - EX ANT	0	1.400.574	0	1.400.511	1.400.511	1.400.511	100,00
Outras Fontes		3.958.418	7.711.788	0	5.276.042	5.190.091	5.171.088	67,30
Total Geral		45.035.180	51.384.774	0	41.137.235	40.594.616	40.287.748	79,00

Fonte: FIPLAN, 18/01/2018

Considerando o registro da execução financeira por tipo de ação, observou-se um incremento da rubrica Operação Especial (pagamento de dívidas, ressarcimentos, sentenças judiciais, transferência, indenizações, financiamentos e contribuições a entidades), passando de 88% em 2016, para 92,4% em 2017.

6.2 OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO E INTERNO

6.2.1 Operações de crédito interno

As Operações de Crédito Interno totalizaram, em 2017, o montante de R\$ 4,0 bilhões, contratados junto à Caixa Econômica Federal – CEF, Ban-

co Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Banco do Brasil – BB, com previsão de contrapartida de recursos da ordem R\$ 99,0 milhões.

Vale destacar a contratação, no exercício de 2017, do Programa Integrado de Infraestrutura nas Áreas Urbana, Hídrica, Regional, Viária e Educação – PROINFRA, com recursos do Banco do Brasil.

O Programa de Apoio ao Investimento – PROINVEST, conforme Tabela 7, por meio do BNDES, financiou obras nas áreas de infraestrutura viária, equipamento hospitalar, habitação e unidades de saúde, entre outras.

Tabela 7 OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS BAHIA, 2017				
Projeto	Agente	Valores (Em R\$ 1.000,00)		
		Valor do Financiamento	Valor da Contrapartida	Total
Programa PROINVESTE	BNDES	1.487.700	-	1.487.700
BB / PROINFRA	BB	600.000	-	600.000
Falha Geológica – 2ª Etapa	CEF	52.997	8.226	61.223
PAC Mobilidade Grandes Cidades Metrô 1	CEF	800.000	42.105	842.105
Intervenção no Rio Ipitanga, Afluentes e no Rio Joanes – L. Freitas PAC	CEF	178.880	9.415	188.295
Intervenções da Região do Dique do Cabrito – Baía do Subúrbio – B. Subúrbio – PAC	CEF	29.165	1.535	30.700
PAC Mobilidade – Metrô Linha II	CEF	600.000	31.579	631.579
Pavimentação e Qualificação das Vias Urbanas do Centro Antigo de Salvador – CAS	CEF	115.100	6.058	121.158
Total		3.863.842	98.918	3.962.760

Fonte: SEFAZ/SPF - Em 28/11/2017

A carteira de transferência de recursos oriundos da União totalizou R\$ 9,2 bilhões, sendo R\$ 8,2 bilhões de repasse e R\$ 1,0 bilhão de contrapartida. Como destaque, em dezembro de 2017, foram assinados 53 instrumentos, envolvendo recursos da ordem de R\$ 146,0 milhões (repasse federais) e contrapartida estadual de R\$ 10,0 milhões. Esses recursos serão incorporados aos valores existentes na carteira de transferências voluntárias e na Lei orçamentária Anual - LOA 2018.

6.2.2 Operações de Crédito Externo

As operações de crédito externo contaram com recursos da ordem US\$ 1,1 bilhão, dos quais US\$ 776,0 milhões corresponderam a financiamentos e US\$ 391,0 milhões à contrapartida estadual. Vale ressaltar, a conclusão do Programa com Enfoque Setorial Amplo nas Áreas de Saúde e Recursos Hídricos - SWAP, em 2017, com investimento total de US\$ 60,0 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Tabela 8

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS BAHIA, 2017

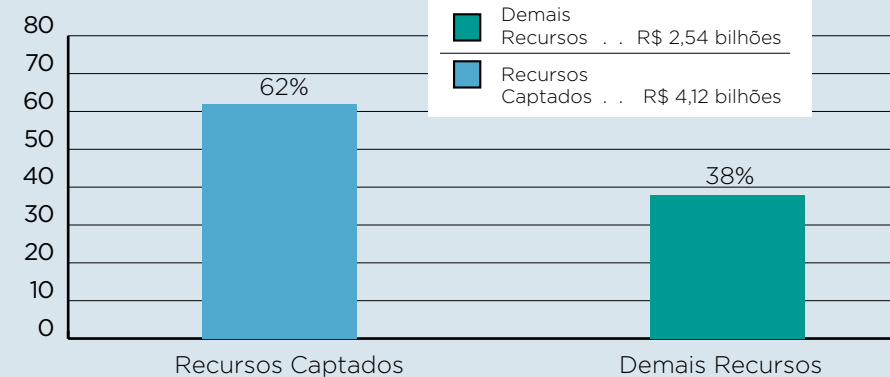
Projeto	Agente	Data de Assinatura	Vigência	Valores (Em R\$ 1.000,00)		
				Valor do Financiamento	Valor da Contrapartida	Total
Prog. com Enfoque Setorial Amplo nas Áreas de Saúde e Rec. Hídricos - SWAP	BIRD	Jul/2012	Out/2017	60.000	-	60.000
Prog. De Fortalecimento da Saúde Pública da Região Metropolitana de Salvador - PROSUS	BID	Dez/2014	Dez/2019	200.000	85.000	285.000
Programa de Desenvolvimento Ambiental - PDA	BID	Jun/2012	Abr/2018	10.000	6.700	16.700
Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias PREMAR II	BIRD	Mai/2016	Junh/2020	200.000	100.000	300.000
Programa Nacional de Desenv. do Turismo: PRODETUR NACIONAL - BAHIA	BID	Abr2014	Abr2018	50.823	33.882	84.705
Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia - PROFISCO - BAHIA	BID	Dez2014	Dez2018	45.270	5.030	50.300
Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia - PDRS/ BA	BIRD	Ago/2014	Mar/2021	150.000	110.000	260.000
Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Semiárida - PROSEMIÁRIDO	FIDA	Ago/2014	Dez/2020	50.404	50.404	100.808
Total				766.497	391.016	1.157.513

Fonte: SEFAZ/SPF - Em 28/11/2017

Evidencia-se assim, a boa capacidade de endividamento do Estado da Bahia, que permitiu a utilização, em 2017, de valores oriundos de empréstimos que totalizaram R\$ 5,1 bilhões.

Por meio do Gráfico 1, destaca-se a capacidade de captação de recursos do Estado da Bahia considerando que, do total orçado para investimentos, 62% corresponderam a recursos de captação.

Gráfico 1

**DESPESAS DE CAPITAL
BAHIA, 2017**


Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

